

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE
DE SÃO PAULO S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS
COMPLETAS DE 2017**

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 39 |
| Demonstrações contábeis auditadas | |
| Balanços patrimoniais | 47 |
| Demonstrações dos resultados | 49 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 50 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 51 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 52 |
| Demonstrações do valor adicionado | 53 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 54 |
| Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais | 147 |
| Declaração dos Diretores | 159 |
| Relatório do Comitê de Auditoria | 160 |
| Parecer do Conselho Fiscal | 161 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2017 foi um ano de grandes conquistas e importantes transformações para a Eletropaulo. Realizamos avanços significativos em nosso Plano Estratégico de Criação de Valor, que apresentamos ao mercado no início do ano, que possui como pilares: (i) Programa de Produtividade, (ii) Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos e (iii) Governança Corporativa. Fortalecemos a nossa governança corporativa, com a migração para o Novo Mercado, segmento da B3 que reúne as empresas com os mais elevados padrões de governança.

A efetivação da migração, concluída em novembro, aumenta a capacidade de investimento necessária para o nosso crescimento à medida que facilita novas captações e a redução do custo de capital. Adicionalmente, potencializa a liquidez das ações, por meio da negociação de apenas ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores e garantindo tratamento igualitário a todos os acionistas.

No curto prazo, essa transformação já trouxe efeitos positivos para a Eletropaulo. Em nosso Conselho de Administração, passamos a contar com 9 membros, sendo cinco independentes. Instituímos, ainda em 2017, os comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: Remuneração e Pessoas, Auditoria e Partes Relacionadas. Esses órgãos contribuem diretamente para a melhoria da análise de temas, que aceleram a nossa capacidade de gerar valor.

Além disso, tivemos importantes evoluções nos outros dois pilares do nosso Plano Estratégico de Criação de Valor. Na frente do Programa de Produtividade, superamos a nossa meta de redução

de despesas operacionais¹ de R\$ 200,0 milhões estipulada para o ano, alcançando R\$ 203,0 milhões, à medida que fomos mais eficientes em nossos processos. Com isso, continuamos trabalhando para melhorar nossos indicadores de qualidade, reduzir a inadimplência e atingir uma maior eficiência da nossa operação, com o compromisso de redução das despesas operacionais¹ de adicionais R\$ 150,0 milhões em 2018 e R\$ 100,0 milhões em 2019.

Para que estas ações fossem possíveis, levamos os investimentos para um novo patamar, totalizando, entre recursos próprios e de terceiros, mais de R\$ 1 bilhão no último ano. Nosso plano é investir um montante adicional de aproximadamente R\$ 4,9 bilhões, em termos nominais, no ciclo de 2018 até 2022, incluindo recursos próprios e de terceiros. O nosso foco é evoluir continuamente em busca da satisfação dos clientes, por meio da qualidade dos serviços que prestamos, sempre tendo em vista a produtividade e a eficiência operacional.

Na frente de Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos, atuamos em diversas iniciativas para redução das incertezas, com destaque para a redução da sobrecontratação, já dentro do limite regulatório para os anos de 2017 e 2018, e a busca continuada da solução das principais contingências da Companhia. Neste sentido, a Companhia aprovou em março de 2018 o acordo com a Eletrobras visando encerrar a disputa judicial quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras.

2017 foi um ano de grandes conquistas e importantes transformações para a Eletropaulo. Em 2018, tendo nossos colaboradores atuando como protagonistas alinhados com os nossos objetivos estratégicos, seguiremos com as transformações necessárias para levar a energia que faz pulsar a maior metrópole do país, satisfazer nossos clientes e aumentar o valor da Companhia para os nossos acionistas.

Britaldo Soares

Presidente do Conselho de Administração

Charles Lenzi

Diretor Presidente

¹ Os valores são em termos reais, ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com o resultado de 2016, excluindo as despesas com fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro, dos valores decorrentes do acordo com Eletrobras (R\$ 9,2 milhões).

PERFIL

A Eletropaulo é uma Companhia de capital aberto com ações listadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, o Novo Mercado, sendo a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida², estando presente em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.581³ unidades consumidoras por km², o que corresponde a 33,3%⁴ do total de energia elétrica consumida no Estado de São Paulo e 9,3%⁵ do total do Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18 milhões de pessoas todos os dias, a Eletropaulo está permanentemente comprometida em prestar serviços sempre melhor e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo sempre aberto com todos os seus públicos. A Eletropaulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do país e da sua relação de equilíbrio com o meio ambiente do qual depende.

Para atender à demanda de aproximadamente 7,2 milhões de unidades consumidoras, a Eletropaulo, que conta com 7.355 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 156 subestações (sendo 144 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 43 mil quilômetros, dos quais 1.876 km são linhas de subtransmissão, 2.306 km são redes de distribuição subterrâneas e 39.250 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 210 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da Eletropaulo está orientada por uma missão que visa promover o bem-estar e o desenvolvimento por meio do fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia.

Os objetivos de longo prazo da Companhia são a satisfação do cliente e o retorno aos acionistas acima da média setorial (representado pelo Índice de Energia Elétrica - "IEE"). Arelados a esses objetivos, a Companhia busca de maneira contínua a melhoria de sua gestão e está permanentemente atenta às oportunidades de resolução de contingências, e às possibilidades decorrentes da evolução tecnológica do setor. Desta forma, a Companhia aspira, no longo prazo,

² Dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, de dezembro de 2016.

³ Dados de dezembro/2017, da Eletropaulo.

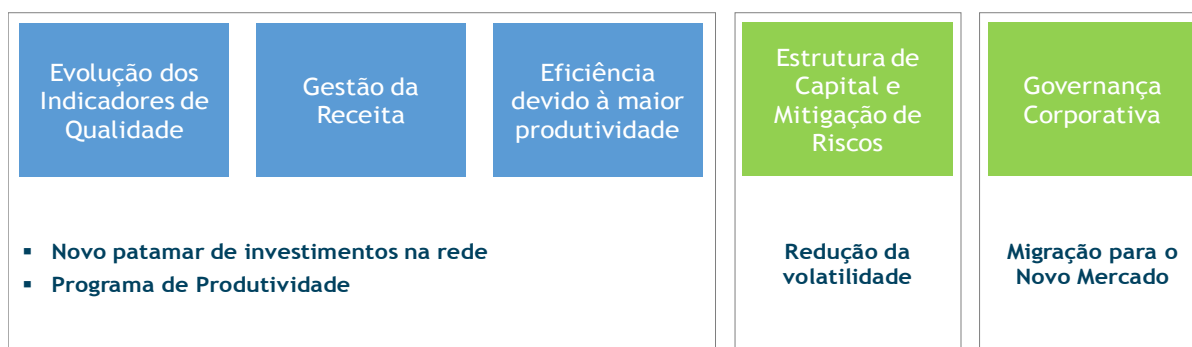
⁴ Dados de novembro/2017, da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo.

⁵ Dados de novembro/2017, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

estar e manter-se na composição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3; e estar entre as melhores empresas para se trabalhar no ranking *Great Place to Work*.

A Eletropaulo divulgou no início de 2017 seu Plano Estratégico de Criação de Valor baseado em 3 principais pilares que, juntos, visam aumentar o valor da Companhia para seus acionistas, sendo eles:

- (i) Programa de Produtividade, com foco na melhoria dos indicadores de qualidade, na gestão da receita e em eficiência devido à maior produtividade, que resultou na redução de despesas operacionais⁶ de R\$ 203,0 milhões em 2017 e redução prevista de R\$ 150,0 milhões em 2018 e R\$ 100,0 milhões em 2019;
- (ii) Estrutura de Capital e Mitigação de Riscos, visando a redução da volatilidade por meio também da resolução de contingências; e
- (iii) Governança Corporativa.



Acordo Eletrobras

Na esfera Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos do Plano Estratégico de Criação de Valor, destaca-se a celebração de um acordo a Eletrobras - Centrais Elétricas S.A. ("Eletrobras") - ("Acordo Eletrobras") visando encerrar a disputa judicial (processo nº 001002119.1989.8.19.0001 - "Processo Judicial") que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa ("Contrato"), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais.

No âmbito desse acordo, a Companhia se comprometeu a desembolsar R\$ 1.500,0 milhões, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, ora em fase de liquidação, da seguinte forma: R\$ 1.400,0 milhões em favor da Eletrobras e R\$ 100,0

⁶ Os valores são em termos reais, ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com o resultado de 2016, excluindo as despesas com fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com Eletrobras celebrado em março de 2018.

milhões em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250,0 milhões a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$300,0 milhões, sendo a primeira parcela 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$250,0 milhões, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

A eficácia do acordo ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial e contribuirá para a estratégia de recuperação de valor da Companhia.

CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe

sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas e Modelo Tarifário

As tarifas de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticadas pela Companhia na distribuição de energia a consumidores finais, são determinadas de acordo com o contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. A tarifa considera três custos distintos: (i) energia gerada; (ii) transporte de energia até as unidades consumidoras e (iii) encargos setoriais.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados pela ANEEL custos “não gerenciáveis” (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

Além do reajuste anual, as tarifas são revisadas periodicamente e tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. No caso da Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos.

Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio de capital (“WACC”) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A quinta revisão tarifária terá como data-base julho de 2019.

Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria que ocorreu em 27 de junho de 2017, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2017, com aplicação a partir de 4 de julho de 2017. O índice de reajuste tarifário teve um efeito médio percebido pelos consumidores de 4,48% como detalhado a seguir.

A Parcela A foi reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico, afetado principalmente pelo Encargo de Transmissão (+7,11%).

A Parcela B foi reajustada em 0,98%, representando uma participação de +0,21% no reajuste econômico. Tal reajuste é composto pelo IGP-M de -0,30% no período de 12 meses findos em junho de 2017 acrescido pelo Fator X de -1,28%, que é composto pelos ganhos de produtividade (“Fator Xp”) de 1,13% e do componente de trajetória de custos operacionais (“Fator Xt”) de -2,37%,










previamente definidos na Quarta Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”), além do componente de qualidade de serviço (“Fator Xq”) de -0,04%.

O índice de reajuste tarifário foi de 4,48% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor), sendo composto pelos seguintes itens:

| Reajuste Tarifário | | |
|--|-------------------------|--------------|
| Parcela A | Encargos Setoriais | -3,79% |
| | Energia Comprada | 1,07% |
| | Encargos de Transmissão | 7,11% |
| | Parcela A | 4,39% |
| Parcela B | | 0,21% |
| Reajuste Econômico | | 4,60% |
| CVA Total | | -5,59% |
| Outros Itens Financeiros da Parcela A | | 6,56% |
| Reajuste Financeiro | | 0,97% |
| Reajuste Total | | 5,57% |
| Componentes Financeiros do Processo Anterior | | -1,09% |
| Efeito para o consumidor | | 4,48% |

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, passou a vigorar o sistema de Bandeiras Tarifárias. Criado pela ANEEL, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, incentivando os consumidores o uso consciente da energia elétrica. Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), tal sistema estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, de acordo com o Custo Variável Unitário da última usina a ser despachada no sistema. Os valores cobrados ao longo de 2017 estão demonstrados na imagem a seguir:

| Vigência Feb/16 a Jan/17 | | | Vigência a partir de Feb/17 | | | Vigência a partir de Nov/17 | | |
|--------------------------|---|-----------------------|-----------------------------|---|-----------------------|-----------------------------|---|-----------------------|
| Bandeira | | Tarifa | Bandeira | | Tarifa | Bandeira | | Tarifa |
| Verde |  | Sem custo | Verde |  | Sem custo | Verde |  | Sem custo |
| Amarela |  | Aumento de R\$ 15/MWh | Amarela |  | Aumento de R\$ 20/MWh | Amarela |  | Aumento de R\$ 10/MWh |
| Vermelha (patamar 1) |  | Aumento de R\$ 30/MWh | Vermelha (patamar 1) |  | Aumento de R\$ 30/MWh | Vermelha (patamar 1) |  | Aumento de R\$ 30/MWh |
| Vermelha (patamar 2) |  | Aumento de R\$ 45/MWh | Vermelha (patamar 2) |  | Aumento de R\$ 35/MWh | Vermelha (patamar 2) |  | Aumento de R\$ 50/MWh |

Em 24 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou em reunião pública de Diretoria, a abertura da audiência pública nº 061/17 para discussão de revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. A proposta era de que novos valores valessem a partir de novembro de 2017. De acordo com tal audiência pública os adicionais foram definidos em:













- (i) Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- (ii) Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 10/MWh;

(iii) Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 30/MWh













Patamar 2: acréscimo de R\$ 50/MWh

A referida audiência pública foi encerrada no final de 2017 e encontra-se em fase de análise pela ANEEL.

As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2016 e 2017, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir.

| 2016 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------------|---|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bandeira Tarifária |  |  Patamar 1 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CVU - R\$/MWh | 595,11 | 556,26 | 249,83 | 303,49 | 210,35 | 259,43 | 134,88 | 113,60 | 125,27 | 195,63 | 224,42 | 169,54 |

CVU: Custo variável da última término despachada (fonte: ANEEL)

| 2017 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov* | Dez* |
|-------------------------|---|---|---|--|--|---|---|--|---|--|--|--|
| Bandeira Tarifária |  |  |  |  Patamar 1 |  Patamar 1 |  |  |  Patamar 1 |  |  Patamar 2 |  Patamar 2 |  Patamar 1 |
| CVU/PLD gatilho R\$/MWh | 128,65 | 179,74 | 279,04 | 426,99 | 447,61 | 155,85 | 237,71 | 513,51 | 411,92 | 698,14 | 533,82 | 201,51 |

CVU: Custo variável da última término despachada, válido de de jan/17 a out/17; *PLD gatilho nov/17 e dez/17 (fonte: ANEEL)

Cabe destacar que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são compartilhados entre elas por meio da CCRBT (“Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária”) administrada pela CCEE. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora; e (iii) a arrecadação de recursos financeiros por meio do faturamento das Bandeiras Tarifárias.

Tarifa Branca

A Tarifa Branca é uma nova opção de tarifa que sinaliza aos consumidores a variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. Ela é oferecida para as unidades consumidoras que são atendidas em baixa tensão (abaixo de 2.300 volts, denominadas como grupo B) e para aquelas pertencentes ao grupo “A”, optantes pela tarifa de baixa tensão. A partir do dia 1º de janeiro de 2018, todas as distribuidoras do país devem atender aos pedidos de adesão à Tarifa Branca das novas ligações e dos consumidores com média mensal superior a 500 kWh. Em 2019, unidades com consumo médio superior a 250 kWh/mês e, em 2020, para os consumidores de baixa tensão, qualquer que seja o consumo. Para isso, a Companhia tomou as medidas necessárias para a adequação de seus sistemas, procedimentos técnicos e aquisição de equipamentos ainda no ano de 2017.

Os consumidores que decidirem aderir ao programa de Tarifa Branca terão a possibilidade de pagar diferentes valores na tarifa em função da hora e dia que consumirem energia elétrica. Neste caso, o consumo de energia fora do horário de ponta ficará mais barato enquanto o consumo nos demais

horários intermediários ficará mais caro. O consumidor que conseguir alocar seu maior consumo em horário fora de ponta, conseguirá se beneficiar desta nova tarifa.

A Companhia ainda avalia os impactos da implementação desta nova regulamentação, como investimentos em novos medidores e baixa do Imobilizado.

Revisão - WACC Regulatório

As discussões dos novos parâmetros do WACC regulatório aplicável às companhias de distribuição para aplicação nas revisões tarifárias entre janeiro/2018 e dezembro/2020 têm como objetivo obter contribuições quanto a atualização do cálculo. A atualização dos parâmetros representa uma etapa intermediária entre revisões metodológicas. Em 16 de novembro de 2017 a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 066/2017 com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a revisão WACC.

Como resultado da referida Audiência Pública, em Reunião Pública realizada no dia 6 de março de 2018, a diretoria da ANEEL aprovou a manutenção do WACC regulatório no patamar de 8,09%, até 31 de dezembro de 2019, e opinou por abrir nova audiência pública para discussão de metodologia de cálculo de WACC.

Resultado - Consulta Pública 33

Em 3 de julho de 2017, o MME anunciou uma série de alterações propostas em relação a legislação do setor elétrico. Segundo o MME, o principal objetivo destas medidas seria, entre outros pontos: (i) redução dos riscos para as distribuidoras; (ii) fortalecimento do mercado livre ao reduzir as barreiras de migração; (iii) redução de subsídios e (iv) respeito aos contratos vigentes. Após avaliação das contribuições da sociedade, o MME publicou em 9 de fevereiro de 2018 as propostas finais que compõem o Projeto de Lei enviado à Casa Civil da Presidência para, encaminhamento e deliberação pelo Congresso Nacional.

Dentre as alterações propostas, que a Companhia entende como positivas, podem ser destacadas: (i) o objetivo do governo federal em reduzir os riscos para distribuidoras, na medida em que passaria, entre outros pontos, a considerar como involuntária a sobrecontratação relacionada a migração de clientes para o mercado livre, protegendo a remuneração das empresas de distribuição; (ii) modernização do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) com o aprimoramento e ampliação dos mecanismos de transferência para que os distribuidores de energia comercializem contratos de eletricidade; (iii) a tarifação horária, que permite tarifação distinta de acordo com os diferentes horários de consumo; (iv) a redução da base de cálculo de multas administrativas que passam a ter como referência o benefício econômico da distribuição, e não o faturamento; (v) a possibilidade da adoção de modalidade de consumo pré-pago, no caso de inadimplência recorrente; (vi) nova regra de ressarcimento de encargos que passa a ser responsabilidade de todos os consumidores, incluindo auto produtores, que hoje contam com incentivo regulatório decorrente de isenções; (vii) repactuação do risco hidrológico e da

indenização das transmissoras sem impactos tarifários para os consumidores; e (viii) fim do regime de cotas.

EFICIÊNCIA COMERCIAL

Foco no Cliente

A Eletropaulo tem a responsabilidade e o compromisso de prestar um serviço de qualidade e garantir a satisfação de seus clientes, sendo essa a base dos objetivos de longo prazo de seu Planejamento Estratégico Sustentável. Um dos métodos para atingir a melhoria na satisfação do cliente é a realização de pesquisas, para avaliar os processos da companhia. Esta pesquisa é realizada em parceria com a ABRADEE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), por meio de entrevistas realizadas na área de concessão da Eletropaulo.

A tabela a seguir apresenta a evolução do índice de satisfação da Companhia:

| Índice de Desempenho | Meta 2017 | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|-----------|--------|--------|
| Índice de Satisfação de Clientes | 79,60% | 74,90% | 74,70% |

Em 2017, a Eletropaulo atingiu 74,9% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida pelos clientes residenciais (“ISQP”), evolução de 0,2 p.p quando comparado ao resultado de 2016, 74,7%. As áreas de qualidade que mais apresentaram evolução foram as de “Informação e Comunicação” e “Fornecimento” que apresentaram crescimento de 0,7 p.p e 0,6 p.p respectivamente. Estas melhorias na percepção dos clientes nas áreas relacionadas a fornecimento é reflexo do novo patamar de investimentos e das ações voltadas para a Recuperação dos Indicadores de Qualidade divulgadas no início de 2017.

Um dos grandes avanços realizados foi o lançamento do portal de obras e investimentos⁷, onde o cliente pode consultar de forma transparente, por meio de um mapa, os locais onde a Companhia está realizando obras e para onde estão sendo direcionados os investimentos, além de ser possível verificar o tipo de obra está sendo feita na região, assim como a programação de interrupções para manutenções quando necessário.

Transformação Digital do Atendimento

Em linha com os objetivos estratégicos definidos, a Companhia vem se adaptando rapidamente aos novos hábitos de seus clientes visando aumentar a satisfação, por meio de soluções tecnológicas que oferecem comodidade, acessibilidade e resolutividade em suas solicitações.

Atualmente, 77% das solicitações são realizadas por meio dos canais digitais e em busca da excelência nesta experiência, foi iniciado em 2017 o Programa de Transformação Digital do Atendimento que visa a inovação dos canais tradicionais e oferta de serviços inovadores. Nesse

⁷ <http://investimentoaeseletropaulo.com.br/home>

sentido já foram disponibilizados aos clientes dois novos serviços com processos automatizados e de respostas online: transferência de responsabilidade e religação.

Para que esta transformação aconteça de acordo com as necessidades dos clientes, a Eletropaulo tem feito parceria com empresas de consultoria tecnológica, design e inovação.

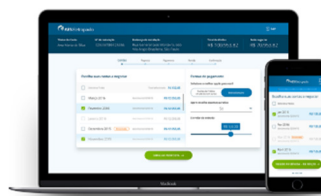
Em 2018, serão implementadas ferramentas tecnológicas com inteligência artificial que facilitem a comunicação do cliente com a empresa, como *chatbot* (programa de computador que tenta simular um ser humano na conversação com as pessoas) e URA (Unidade de Resposta Audível) visual.

Para a garantia de um atendimento resolutivo e com maior eficiência entre os diversos canais, será implementada a solução de *omnichannel* em todos canais, plataforma de integração de todos os canais, permitindo que o cliente não precise iniciar novamente o atendimento realizado anteriormente, sendo nas lojas, call center ou por meio eletrônico.

Ações de Negociação

O aumento das tarifas ocorrido em 2015 e a situação econômica do país contribuíram para o aumento da inadimplência. Para mitigar o impacto das ações de cobrança, a Eletropaulo intensificou as frentes para o esclarecimento de dúvidas sobre o tema e ações para facilitar o pagamento.

Dentre essas ações destaca-se o lançamento do portal de negociação⁸ para os clientes da Eletropaulo no primeiro trimestre de 2017 (“1T17”), oferecendo mais praticidade, agilidade e condições diferenciadas para negociação de dívidas. No acumulado do ano, foram realizadas 219,4 mil negociações, as quais totalizaram R\$ 128 milhões negociados.



Nesse período também foi dada continuidade aos feirões de negociação, que são eventos em que os clientes podem negociar os débitos pendentes junto à empresa e obter descontos e opções de parcelamento. Em 2017, foram realizados nove feirões de negociação. O resultado destes feirões neste período somou R\$ 7,8 milhões negociados através de 2.539 acordos, em comparação a R\$ 3,8 milhões no ano anterior, e pode ser percebido na redução dos níveis de PECLD (Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa).

A Eletropaulo também investiu em ações de comunicação com os clientes, por meio de: (i) campanhas de marketing, utilizando SMS e e-mail marketing; (ii) reforço do tema nas redes sociais; (iii) divulgação nos canais de comunicação (conta de luz, cartazes em lojas, entre outros).

⁸ <https://portalnegociacao.aeseletropaulo.com.br/#/home>

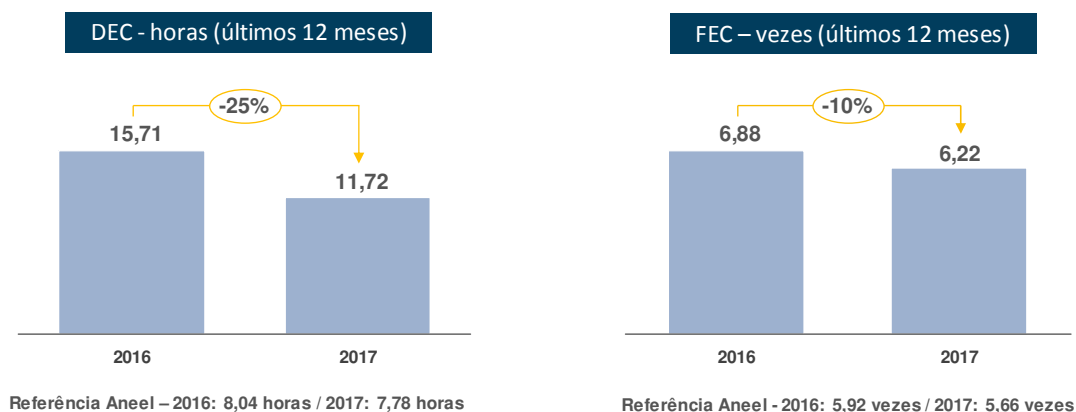
Indicadores de Qualidade

Os critérios de cálculo do DEC (“Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora”) e FEC (“Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora”), definidos pela ANEEL, consideram as interrupções acima de três minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

As compensações aos clientes pelas transgressões aos limites de DEC e FEC são definidas pela ANEEL para a distribuidora e seu pagamento se dá com base nos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI; o ressarcimento ocorre diretamente ao cliente. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do cliente (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação.

O indicador FEC do ano de 2017 foi de 6,22 vezes, uma redução de 9,6% em comparação ao indicador de 2016, de 6,88 vezes. Já o indicador DEC, apresentou redução de 25,4%, ou 3,99 horas, totalizando 11,72 horas em 2017. Essas reduções refletem o grande investimento em novas subestações, modernização de alimentadores através de larga aplicação de rede compacta (*spacer cable*) que permite melhor convivência com contatos acidentais e temporários de galhos de árvore com os cabos de média tensão, automação da rede, o aumento das ações de manutenção programada e de poda preventiva, além das melhorias nos processos de despacho de equipes de manutenção.

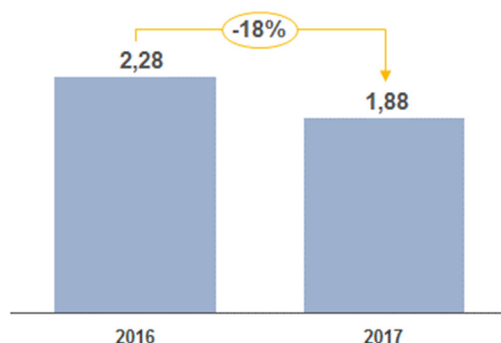
Os gráficos a seguir demonstram a variação dos indicadores DEC e FEC entre os períodos de 2016 e 2017.



Como consequência da evolução dos indicadores de qualidade, e alinhamento à estratégia da Companhia, os valores em multas com DIC/FIC/DMIC/DICRI tiveram redução de 32,0% em relação a 2016, representando um impacto positivo de R\$ 40,2 milhões.

A duração média de atendimento das ocorrências emergenciais de 2017 caiu 17,5% em comparação ao período de 2016, refletindo de forma positiva a melhoria no processo de priorização e despacho e agilidade na reação dos desligamentos emergenciais.

DM – Duração Média das Interrupções (últimos 12 meses)



Dentre as ações que a Companhia realizou visando a melhoria dos indicadores de qualidade, inclui-se:

- (i) substituição de 91,2 mil conectores e ramais em 2017;
- (ii) 320,0 mil podas realizadas em 2017;
- (iii) instalação de 1,2 mil religadores automáticos em 2017; e
- (iv) instalação de 5,4 mil detectores de falta em 2017.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL, ECONÔMICA FINANCEIRA

Desempenho Operacional

Balanco energético⁹

SUPRIMENTO (GWh)

| | |
|------------------|---------|
| Itaipu | 9.343 |
| Proinfa | 840 |
| Leilão (hídrico) | 20.979 |
| Leilão (térmico) | 8.306 |
| CCEE | (1.320) |

**Energia
Requerida
38.148**

FATURAMENTO (GWh)

| | |
|--------|--------------------|
| 16.090 | Residencial |
| 10.699 | Comercial |
| 3.344 | Industrial |
| 2.643 | P.Público e Outros |
| 37 | Consumo Próprio |
| 878 | Perda Transmissão |
| 4.457 | Perda Distribuição |

⁹ O balanço energético reflete os números de 2017 informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis da Companhia refletem os valores por ela estimados à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes, quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

A Eletropaulo encerrou o ano de 2017 com um nível de contratação de energia equivalente a 103,5% da sua carga cativa, dentro do limite regulatório de 105%. As sobras de energia (superávit) de 1.320 GWh acumuladas foram vendidas na CCEE.

Sobrecontratação de Energia

Em relação à energia contratada no Leilão A-1 de 2015, cabe ressaltar que, em cumprimento à regulação vigente a época, a Companhia declarou compulsoriamente o mínimo obrigatório de 96% do volume da energia vinculado ao contrato bilateral com a AES Tietê, com a ressalva, em sua declaração, de que a mesma excedia a sua necessidade. No dia 2 de agosto de 2016, foi publicado o Decreto 8.828, alterando o Decreto 5.163 de 2004, que retirou a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Eletropaulo em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Em relação à migração de consumidores especiais, seguindo orientações dadas em Reunião de Diretoria da ANEEL, a Companhia apresentou em julho de 2016 pedido administrativo de equiparação à tratativa existente para os clientes convencionais, com consequente reconhecimento de sobrecontratação involuntária. Também protocolou pedido administrativo para reconhecimento da compra compulsória de energia no leilão A-1 e consequente sobrecontratação involuntária. Conforme decisão da ANEEL de 25 de abril de 2017, a sobrecontratação involuntária devida a ambos os casos não foi reconhecida no caso genérico e será analisada individualmente considerando o esforço de cada concessionária na redução do montante sobrecontratado.

Por meio de uma série de iniciativas de gestão, incluindo renegociações bilaterais de acordos com geradores de energia (aproximadamente 52 acordos ao longo de 2017 e 46 acordos ao longo de 2016) e participação em 17 leilões e mecanismo de compensação de déficit (7 em 2016 e 10 em 2017), a Companhia reduziu seu nível de sobrecontratação, conforme demonstrado a seguir:

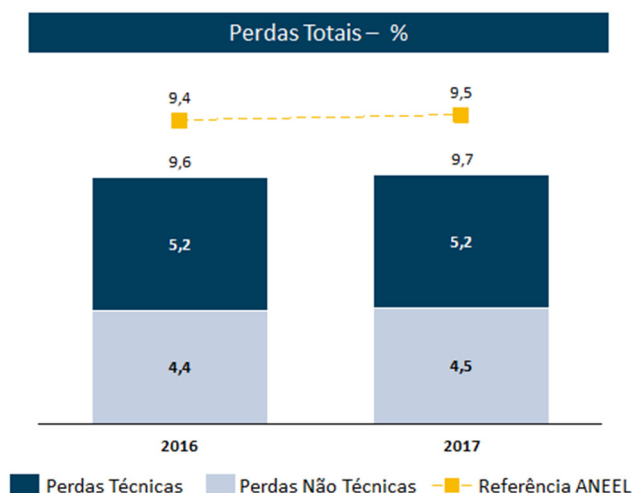
- (i) Ano de 2016: redução de 116%¹⁰ para 110,3%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 90,1 milhões (R\$ 106,1 milhões atualizado pela SELIC até 31 de dezembro de 2017), caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL;
- (ii) Ano de 2017: redução de 113%¹¹ para 103,5%, dentro do limite regulatório;
- (iii) Ano de 2018: redução de 107,3%¹² para 102,5%, dentro do limite regulatório.

¹⁰ Projeção divulgada em 13 de maio de 2016.

¹¹ Projeção divulgada em 3 de novembro de 2016.

¹² Projeção divulgada em 5 de maio de 2017.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL

Referência ANEEL: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,7%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,2%) e não técnicas (4,5%). Em comparação com 2016, as perdas totais apresentaram um leve aumento de 0,1 p.p, ainda resultado dos aumentos tarifários de 2015 e do cenário econômico que o país vem enfrentando.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se:

- (i) inspeções de fraude;
- (ii) programa de recuperação de instalações cortadas;
- (iii) regularização de ligações informais; e
- (iv) redução de perdas administrativas.

Em 2017, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 815,5 GWh, ante 673,6 GWh em 2016. Este montante está dividido da seguinte forma:

- (i) R\$ 90,2 milhões (250,6 GWh) em 2017 em decorrência das inspeções de combate à fraude;
- (ii) R\$ 45,0 milhões (111,1 GWh) em 2017 com a regularização de ligações informais;
- (iii) R\$ 36,5 milhões (90,0 GWh) em 2017 com a recuperação de clientes cortados;
- (iv) R\$ 124,2 milhões (307,3 GWh) em 2017 com redução de perdas administrativas;
- (v) R\$ 22,9 milhões (56,4 GWh) em 2017 com o faturamento de energia retroativa de consumo irregular.

Consumo

Em 2017, o mercado total da área de concessão da Eletropaulo totalizou 42.982,0 GWh, em linha com o valor reportado em 2016. Considerando a mesma base de comparação, a classe residencial cresceu 1,0% e a comercial 0,6%, ao passo que a industrial e as demais classes registraram retrações de 0,6% e de 0,8%, respectivamente. A expansão mais modesta no consumo no ano refletiu os efeitos da economia, cuja recuperação da recessão tem ocorrido de modo moderado e desigual entre os setores.

O mercado cativo totalizou 32.776,4 GWh, uma retração de 4,9% ante 2016. Dentre os principais fatores que influenciaram esse resultado, destacam-se: i) efeitos da migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) (-2.044,0 GWh) e de retorno ao ACR (+14,7 GWh); (ii) dias a mais na escala de faturamento entre classes (0,7 dia, ou +17,5 GWh). Quando ajustados esses efeitos, o mercado cativo teria um crescimento de 0,9%. Já o mercado livre totalizou 10.205,6 GWh em 2017, um aumento de 22,0% comparado ao ano de 2016, refletindo a migração de 352 e 296 clientes para o ambiente de contratação livre em 2016 e 2017, respectivamente.

| Consumo - GWh | 2017 | 2016 | Var (%) |
|-----------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Residencial | 16.090,1 | 15.930,0 | 1,0% |
| Comercial | 10.698,9 | 11.757,8 | -9,0% |
| Industrial | 3.343,9 | 4.055,5 | -17,5% |
| Demais | 2.643,5 | 2.720,3 | -2,8% |
| Mercado Cativo | 32.776,4 | 34.463,6 | -4,9% |
| Clientes Livres | 10.205,6 | 8.362,1 | 22,0% |
| Mercado Total | 42.982,0 | 42.825,7 | 0,4% |

| Consumo total - GWh (inclusive Clientes Livres) | 2017 | 2016 | Var (%) |
|--|-----------------|-----------------|-------------|
| Residencial | 16.090,1 | 15.930,0 | 1,0% |
| Comercial | 14.261,3 | 14.177,4 | 0,6% |
| Industrial | 8.610,7 | 8.664,3 | -0,6% |
| Demais | 4.019,8 | 4.054,0 | -0,8% |
| Total | 42.982,0 | 42.825,7 | 0,4% |

Não inclui Consumo Próprio; Dados de 2016 consideram consumo dos serviços de condomínio na classe comercial

Desempenho Econômico Financeiro

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 21.661,4 milhões em 2017, um aumento de 5,6% ou R\$ 1.151,1 milhões quando comparado a 2016. Essa variação pode ser explicada por (i) constituição de um Ativo Financeiro Setorial no montante de R\$ 1.216,2 milhões representando uma variação de R\$ 2.351,4 milhões quando comparado ao Passivo Financeiro Setorial constituído

em 2016, principalmente, em função dos maiores custos com compra de energia, refletindo a piora das condições hidrológicas, (ii) aumento de R\$ 290,1 milhões com faturamento com Bandeira Tarifária, parcialmente compensado pelo menor faturamento (ex-bandeira tarifária) no montante de R\$ 1.459,4 milhões devido, principalmente, ao menor consumo faturado das classes comercial e industrial.

Deduções da Receita e Receita Operacional Líquida

Em 2017, as deduções da receita operacional totalizaram R\$ 8.492,9 milhões, redução de R\$ 357,5 milhões ou 4,0% em função, principalmente, (i) de menores encargos da CDE¹³ no montante de R\$ 420,2 milhões, acrescidos da (ii) redução de R\$ 374,5 milhões de ICMS e PIS/COFINS, em função principalmente, da alteração na regra de tributação do PIS/COFINS excluindo o ICMS-ST da base de cálculo destas deduções (clientes ACL), parcialmente compensado por (iii) maiores encargos da CCRBT no montante de R\$ 403,4 milhões.

Considerando essas variações, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 13.168,5 milhões em 2017, um aumento de R\$ 1.508,6 milhões ou 12,9% comparado à receita líquida de R\$ 11.659,9 milhões registrada em 2016.

| Receita Operacional - R\$ milhões | 2017 | 2016 | Var (%) |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Receita de Fornecimento | 10.605,1 | 11.000,8 | -3,6% |
| Outras Receitas | 9.840,1 | 10.644,7 | -7,6% |
| Ativo e Passivo Financeiro Setorial | 1.216,2 | (1.135,2) | -207,1% |
| Total Receita Bruta | 21.661,4 | 20.510,3 | 5,6% |
| Dedução da Receita Bruta | (8.492,9) | (8.850,4) | -4,0% |
| Receita Líquida | 13.168,5 | 11.659,9 | 12,9% |

Custos e Despesas Operacionais

Em 2017, as despesas operacionais, excluindo custo com depreciação e custo com construção, aumentaram em 9,4%, totalizando R\$ 11.071,3 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

¹³ CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Recursos desta conta são utilizados para promover a competitividade de fontes alternativas de energia - eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, entre outros - e para a universalização da energia elétrica no País. O custo da CDE é rateado por todos os clientes atendidos pelo Sistema Interligado.

| Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões) | 2017 | 2016 | Var (%) |
|---|-----------------|-----------------|--------------|
| Parcela A | 8.743,6 | 7.681,0 | 13,8% |
| Energia Comprada para Revenda | 7.799,4 | 6.737,9 | 15,8% |
| Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão | 944,3 | 943,2 | 0,1% |
| PMSO | 2.327,7 | 2.442,1 | -4,7% |
| Pessoal e Entidade de Previdência | 1.214,6 | 1.139,2 | 6,6% |
| Pessoal | 821,9 | 783,5 | 4,9% |
| Entidade de Previdência | 392,7 | 355,7 | 10,4% |
| Serviços de Terceiros | 563,4 | 567,1 | -0,6% |
| Materiais | 61,5 | 77,1 | -20,3% |
| PECLD | 170,7 | 309,0 | -44,8% |
| Multas | 85,3 | 125,6 | -32,0% |
| Contingências | 45,8 | 24,8 | 84,5% |
| Outros | 186,3 | 199,3 | -6,5% |
| Total | 11.071,3 | 10.123,1 | 9,4% |

* Não considera custo de construção e Depreciação/Amortização

Parcela A

A despesa com energia elétrica comprada para revenda aumentou em 15,8% ou 1.061,5 milhão em comparação a 2016, principalmente em função do maior custo com Risco Hidrológico no valor de R\$ 1.625,0 milhões devido a piora das condições hidrológicas em comparação a 2016. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução no custo da energia adquirida¹⁴ no montante de R\$ 451,0 milhões, refletindo maior queda de 11,9% no volume de energia adquirida e aumento nos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 112,6 milhões.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram um pequeno aumento de 0,1% ou R\$ 1,1 milhão em 2017 quando comparadas ao ano de 2016, refletindo (i) aumento do custo com uso da rede básica em R\$ 386,8 milhões devido ao aumento nas tarifas decorrentes da indenização de investimentos realizados por transmissoras que renovaram concessão em 2013; (ii) maiores despesas no montante de R\$ 80,4 milhões referente ao transporte de energia - Furnas/Itaipu em função da referida indenização às transmissoras; parcialmente compensada por (iii) maior montante recebido de recursos da CONER¹⁵ no valor de R\$ 309,6 milhões e (iv) menor custo com encargos do serviço do sistema ("ESS") no valor de R\$ 130,2 milhões, devido ao menor despacho térmico fora da ordem de mérito.

OPEX - PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Em 2017, o OPEX reportado foi de R\$ 2.327,7 milhões, uma redução de R\$ 114,4 milhões quando comparado a 2016. As principais variações estão detalhadas a seguir.

¹⁴ Composta por CCEARs, CCEE, Itaipu, Angra 1 e 2, Quotas e Ressarcimento leilões de energia e PROINFA.

¹⁵ CONER - Conta de Energia de Reserva.

Pessoal

| Pessoal - R\$ milhões | 2017 | 2016 | Var (%) |
|---------------------------------|----------------|----------------|-------------|
| Pessoal e Encargos | 821,9 | 783,5 | 4,9% |
| Entidade de Previdência Privada | 392,7 | 355,7 | 10,4% |
| Total | 1.214,6 | 1.139,2 | 6,6% |

Despesas com Pessoal e Encargos

Em 2017, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 821,9 milhões, um aumento de 4,9% ou R\$ 38,4 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, (i) pelo aumento de R\$ 36,3 milhões em função do reajuste de acordos coletivos, (ii) maiores dispêndios com assistência médica no montante de R\$ 12,0 milhões e (iii) aumento de R\$ 8,0 milhões referente às despesas com rescisão e Programa de Incentivo à Aposentadoria, parcialmente compensados pela redução de R\$ 18,4 milhões atrelada à maior capitalização de mão de obra devida ao maior volume de investimentos realizados em 2017.

Despesas com Entidade de Previdência Privada

No acumulado do ano, a despesa com entidade de previdência privada somou R\$ 392,7 milhões, um aumento de 10,4% ou R\$ 37,0 milhões em comparação ao mesmo período de 2016. Contribuiu para esta variação, a redução da taxa de desconto do passivo, reduzida de 7,30% ao final de 2015 para 6,05% no 1S16, com impacto em 2016, para 5,80% ao final de 2016, com impacto em 2017.

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2017 as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 624,9 milhões, uma redução de 3,0% ou R\$ 19,3 milhões em comparação a 2016. Essa variação é explicada, principalmente, por (i) uma redução de R\$ 21,0 milhões em função da otimização no processo de poda seletiva, com utilização de equipes próprias para execução; e (ii) redução de R\$ 8,0 milhões devida ao aumento na produtividade nas ações de corte e cobrança, consequência da ampliação do papel do leiturista em agente comercial; parcialmente compensados por (iii) R\$ 9,2 milhões referente as despesas associadas ao Acordo com Eletrobras; e (iv) R\$ 4,0 milhões referente a despesas com o processo de migração para o Novo Mercado.

Outras Despesas Operacionais

Em 2017, o grupo de Outras Despesas Operacionais totalizou R\$ 488,2 milhões, uma redução de R\$ 170,5 milhões ou 25,9% em comparação a 2016. Essa variação decorre, sobretudo pelos seguintes efeitos:

- (i) redução de R\$ 138,3 milhões em despesas com PECLD, proveniente da implementação de novas ações de cobrança, com a criação de uma célula dedicada ao público de baixa renda, lançamento da plataforma de negociação online e ampliação do papel do leiturista;

- (ii) redução de R\$ 40,2 milhões em multas com DIC/FIC/DMIC/DICRI, como resultado do Programa de Produtividade da Companhia e consequente melhoria dos indicadores de qualidade;
- (iii) reconhecimento de R\$ 16,9 milhões referentes ao valor a receber de empreiteiras devido às faltas de materiais identificados nos inventários realizados em seus depósitos; parcialmente compensados pelo:
- (iv) aumento de R\$ 21,0 milhões em contingências devido, principalmente, à mudança no critério de contabilização trabalhista realizada em 2016, gerando redução no exercício de 2016.

| Outras Despesas Operacionais R\$ milhões | 2017 | 2016 | Var (%) |
|---|--------------|--------------|---------------|
| PECLD | 170,7 | 309,0 | -44,8% |
| Provisão de Litígios e Contingências | 45,8 | 24,8 | 84,5% |
| DIC / FIC / DMIC / DICRI | 85,3 | 125,6 | -32,0% |
| Outros | 186,3 | 199,3 | -6,5% |
| Total | 488,2 | 658,7 | -25,9% |

Outros: Multas, arrendamentos e alugueis, indenizações, perdas e danos, publicidade, tarifas bancárias, IPTU, baixa de ativos, etc

Programa de Produtividade

Em fevereiro de 2017, a Companhia divulgou, no âmbito do seu Plano Estratégico de Criação de Valor, o Programa de Produtividade, com foco na recuperação dos indicadores de qualidade, na gestão da receita e em eficiência devida à maior produtividade, seguindo o novo patamar de investimentos da Companhia.

Para o ano de 2017, foi planejada uma redução de R\$ 200,0 milhões, a qual foi superada, atingindo R\$ 203,0 milhões no ano, devido à redução da PECLD melhor que a esperada. Para 2018, a Companhia planeja uma redução adicional de R\$ 150 milhões e R\$ 100 milhões adicionais para 2019. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos) e em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo as despesas com fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com Eletrobras celebrado em março de 2018, no valor de R\$ 9,2 milhões.

LAJIDA¹⁶ (“EBITDA”)

Em 2017, a Companhia alcançou um EBITDA Reportado de R\$ 1.062,2 milhões, valor 44,7% superior ao registrado em 2016, de R\$ 734,3 milhões. Esta variação, de R\$ 327,9 milhões ocorreu, principalmente, devido a:

- (i) efeito positivo pela redução de R\$ 114,4 milhões no OPEX, como resultado das ações do Programa de Produtividade empenhadas pela Companhia;

¹⁶ Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

- (ii) efeito positivo na margem de R\$ 88,1 milhões, em função principalmente do aumento do componente da Parcela B na tarifa em decorrência dos reajustes tarifários de 2016 e 2017;
- (iii) efeito positivo de R\$ 77,8 milhões devido a ressarcimento de acordos bilaterais, como estratégia de redução dos níveis de sobrecontratação; e
- (iv) efeito positivo de R\$ 47,6 milhões referentes a efeitos regulatórios e tributários devidos, principalmente, à alteração na base de cálculo do PIS/COFINS sobre ICMS-ST (clientes ACL), atualização monetária do ativo financeiro, neutralização da variação cambial de Itaipu e compensação, ocorrida em 2016, relativa ao ativo possivelmente inexistente (Cabos).

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do *EBITDA* deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtida da seguinte forma: prejuízo líquido em 2017 de R\$ 844,4 milhões e lucro líquido em 2016 de R\$ 20,9 milhões, acrescidos dos tributos sobre o lucro (positivo em R\$ 419,8 milhões em 2017 e positivo em R\$ 5,5 milhões em 2016), do resultado financeiro líquido negativo de R\$ 1.802,4 milhões em 2017 e de R\$ 228,5 milhões em 2016, e das depreciações e amortizações (R\$ 524,1 milhões em 2017 e R\$ 490,4 milhões em 2016) totalizando R\$ 1.062,2 milhões em 2017 e R\$ 734,3 milhões em 2016.

Resultado Financeiro

Em 2017, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 1.802,4 milhões negativos ante R\$ 228,5 milhões negativos em 2016, representando uma variação negativa de R\$ 1.574,0 milhões.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia em 2017 totalizou R\$ 340,1 milhões ante R\$ 434,9 milhões em 2016, representando uma redução de 21,8%. Esse resultado é explicado, principalmente, pela (i) menor receita, em R\$ 36,1 milhões, com rendimento de aplicações financeiras, reflexo da menor disponibilidade de caixa, e do CDI médio, de 10,07% em 2017 vs. 14,06% em 2016; (ii) redução de R\$ 43,4 milhões com multas, atualização monetária e juros sobre contas atrasadas em função dos esforços da Companhia na estratégia de Gestão da Receita; (iii) redução de R\$ 48,0 milhões na linha de atualização monetária do ativo financeiro setorial; parcialmente compensado (iv) pelo aumento de R\$ 43,4 milhões referente à receita de atualização monetária de créditos retroativos de PIS/COFINS, oriundo da exclusão do ICMS-ST (clientes ACL) da base de cálculo.

Despesa Financeira

A despesa financeira totalizou R\$ 2.138,7 milhões em 2017, um aumento de R\$ 1.440,0 milhões quando comparada a 2016. Essa variação é explicada, principalmente: (i) pelo reconhecimento, em dezembro de 2017, do valor integral do Acordo Eletrobras no montante de R\$ 1.500,0 milhões; (ii) R\$ 8,3 milhões referentes a correção de custos associados ao referido acordo; e (iii) por maior despesa de R\$ 66,2 milhões com atualização monetária do passivo financeiro setorial; parcialmente compensada por (iv) menores custos com encargos da dívida no

valor de R\$ 143,5 milhões devido, principalmente, ao CDI médio de 10,07% em 2017 vs. 14,06% registrado em 2016.

Variações cambiais

As variações cambiais líquidas apresentaram um resultado negativo de R\$ 3,8 milhões ante um resultado positivo de R\$ 35,3 milhões em 2016 devido à oscilação cambial principalmente referente à aquisição da energia de Itaipu.

Lucro Líquido

Em 2017, a Companhia registrou um prejuízo líquido reportado de R\$ 844,4 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 20,9 milhões em 2016. A variação negativa de R\$ 865,3 milhões é explicada, principalmente, em função (i) do aumento do *EBITDA* reportado em R\$ 327,9 milhões; compensado pela (ii) variação negativa no resultado financeiro de R\$ 1.574,0 milhões, principalmente pelo reconhecimento do Acordo Eletrobras; (iii) aumento com depreciação e amortização no valor de R\$ 33,6 milhões; e (iv) menores impostos (IR/CSLL) em R\$ 414,3 milhões, em comparação a 2016, principalmente, devido ao diferimento de impostos decorrente do reconhecimento de despesas em função do acordo celebrado com Eletrobras para encerramento de disputa judicial.

Remuneração aos Acionistas

A proposta da Diretoria Executiva da Companhia em relação à destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, face à apuração do prejuízo líquido ajustado pela realização de ajuste de avaliação patrimonial e dividendos e JSCP prescritos do exercício no montante de R\$ 770,1 milhões, é reverter parcela da reserva estatutária de lucro da Companhia para absorver o prejuízo líquido do exercício. Tal proposta foi deliberada pelo Conselho de Administração e será submetida para deliberação em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”).

| Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões) | |
|---|--------|
| Resultado do Exercício - 31 de dezembro de 2017 | -844,4 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 74,0 |
| Dividendos e JSCP prescritos | 0,4 |
| Base para distribuição de dividendos | -770,1 |
| Dividendos - mínimo obrigatório | - |
| Absorção pela Reserva Estatutária | 770,1 |

Endividamento

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 uma dívida bruta¹⁷ de R\$ 4.817,2 milhões, montante 5,2% maior em relação a 2016, R\$ 4.580,7 milhões.

As disponibilidades somaram R\$ 601,3 milhões em 2017, ante R\$ 1.067,6 milhões no ano anterior, redução explicada pela piora no cenário hidrológico no 2S17 acompanhada pelo aumento dos investimentos realizados pela Companhia em 2017 vs. 2016.

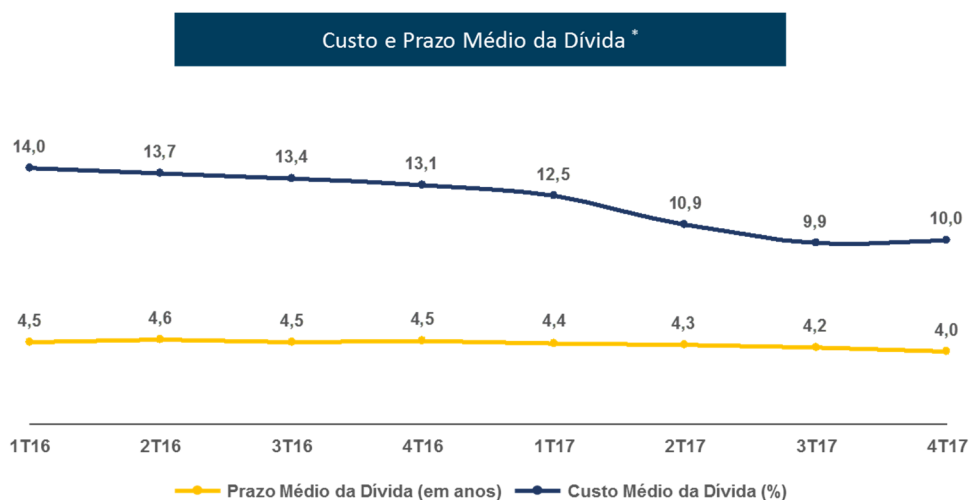
Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.216,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 702,9 milhões em relação ao saldo de R\$ 3.513,1 milhões do ano anterior. Esse aumento deve-se principalmente à:

- (i) redução das disponibilidades em R\$ 466,4 milhões;
- (ii) emissões de R\$ 839,3 milhões, no período, incluindo debêntures, notas promissórias e CCB com destaque para (i) a 3ª emissão de nota promissória no valor de R\$ 100 milhões; (ii) a emissão da 20ª e 21ª emissão de debêntures que totalizaram o valor de R\$ 456,9 milhões e (iii) a emissão da CCB com Banco Safra no valor de R\$ 200,0 milhões referente a empréstimo ponte para FINEM; parcialmente compensados pelas;
- (iii) amortizações de debêntures, CCB, FINEM, FINEP e Nota Promissória, contemplando principal e juros no valor de R\$ 909,7 milhões, com destaque para amortização do principal dos seguintes instrumentos (i) CCB Bradesco no valor de R\$ 120,0 milhões mais juros; (ii) 13ª debênture no valor de R\$ 80,0 milhões mais juros; (iii) 17ª emissão de debêntures no valor de R\$ 90,0 milhões mais juros e (iv) 19ª emissão de debêntures no valor de R\$ 71,1 milhões mais juros;
- (iv) redução do saldo do fundo de pensão (“FUNCESP”) em R\$ 61,1 milhões.

¹⁷ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo devedor com o fundo de pensão de R\$ 1.248,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 (não considerando o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 2.458,9 milhões) e R\$ 1.309,3 milhões em 31 de dezembro de 2016.

| Dívida - R\$ milhões | 2017 | 2016 | Var (%) |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 3.569,0 | 3.271,4 | 9,1% |
| Fundo de Pensão | 1.248,2 | 1.309,3 | -4,7% |
| (-) Disponibilidades ¹ | 601,3 | 1.067,6 | -43,7% |
| Dívida Líquida | 4.216,0 | 3.513,1 | 20,0% |
| EBITDA (12 meses) | 1.062,2 | 734,3 | 44,7% |
| Despesa com FUNCESP (12 meses) | 392,7 | 355,7 | 10,4% |
| EBITDA Ajustado (12 meses) | 1.454,9 | 1.090,0 | 33,5% |
| Despesa financeira sobre empréstimos² | 445,1 | 505,3 | -11,9% |
| Dívida Líquida/EBITDA Ajustado | 2,90 | 3,22 | -10,1% |
| EBITDA Ajustado/Despesa financeira² | 3,27 | 2,16 | 51,5% |

1- Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo | 2 - Despesa financeira sobre empréstimos (caixa) (12 meses)



* Prazo médio considera principal; custo médio considera principal e juros.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida da Eletropaulo atrelada ao CDI¹⁸ foi de R\$ 3.132,0 milhões com um custo médio de CDI + 2,03 % a.a., maior do que o registrado em 2016 de CDI + 1,92 % a.a. sob a dívida de R\$ 2.810,7 milhões em função, principalmente, das novas emissões e pagamentos de dívidas ocorridas no período, conforme descritas anteriormente.

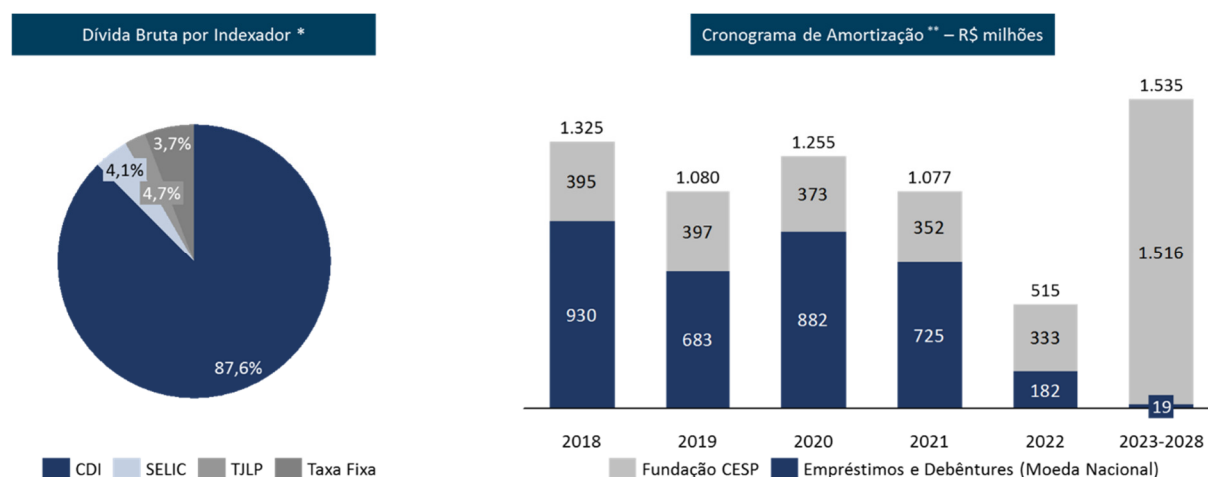
O saldo da dívida atrelada aos demais índices¹⁹, principalmente IGP-DI + 5,9% a.a. totalizou R\$ 1.601,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 vs. R\$ 1.693,1 milhões ao custo médio de IGP-DI + 5,5% a.a. registrado em 2016.

¹⁸ Dívida atrelada ao CDI compreende ao somatório de principal e encargos das debêntures, nota promissória e cédulas de crédito bancário (CCB).

¹⁹ A dívida atrelada aos demais índices compreende ao somatório do FINEM, FINEP. Não considera arrendamento financeiro.

O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2017 era de 4,0 anos, patamar inferior ao prazo de 4,5 anos do ano anterior, também explicado pelas novas emissões e pagamentos de dívidas ocorridos neste exercício.

A seguir, é mostrada a segregação da dívida bruta da Companhia por indexador e cronograma de amortização.



* Referente a Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

** Fluxo composto por amortização de principal, juros acumulados e saldos de diferidos. Não considera arrendamento financeiro.

Cláusulas Restritivas (“Covenants”)

Para efeito de cálculo dos *Covenants* sobre contratos de dívidas da Companhia, considera-se o saldo devedor com o fundo de pensão de R\$ 1.248,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 (não considerando o efeito das perdas atuariais líquidas do plano de pensão, registradas em “Outros resultados abrangentes”, no montante de R\$ 2.458,9 milhões).

Considerando o *EBITDA* previsto nos *Covenants*²⁰ dos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2017, a Eletropaulo apresentou indicadores Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado de 2,90x, e *EBITDA* Ajustado/Despesa Financeira de 3,27x.

Os *Covenants* das dívidas são:

- (i) Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado não pode ser superior a 3,5x e
- (ii) *EBITDA* Ajustado/Despesa Financeira não pode ser inferior a 1,75x.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos nos seus contratos de dívida.

²⁰ O *EBITDA* ajustado corresponde ao somatório dos últimos doze meses do resultado operacional conforme demonstrativo contábil consolidado na linha “Resultado Operacional” (excluídas as receitas e despesas financeiras), todos os montantes de depreciação e amortização e todos os montantes com entidade de Previdência Privada classificados na conta de “custo de operação”.

Investimentos

Em 2017, a Eletropaulo investiu R\$ 1.026,0 milhões. Destes, R\$ 911,2 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 114,9 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes. Para o mesmo período a Companhia previa investir R\$ 942,0 milhões, número 8,9% (ou R\$ 84,0 milhões) inferior ao investimento realizado. O incremento nos investimentos no ano de 2017, alinhado com o Plano Estratégico de Criação de Valor da Companhia, teve como objetivo melhor atender aos clientes, por meio da melhor qualidade da rede, e incrementar a base de remuneração regulatória, visando melhorar a receita e reduzir o Opex à medida que os investimentos são direcionados à maior eficiência da operação.

A variação de R\$ 84,0 milhões entre o investimento realizado e o projetado para o ano tem como justificativas: (i) a variação positiva, de R\$ 69,9 milhões da conta de investimentos com Recursos Próprios, resultante principalmente de investimento no sistema para a melhoria da qualidade do fornecimento de energia, e (ii) a variação positiva, de R\$ 14,2 milhões, dos projetos financiados pelos clientes referente principalmente à conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

A tabela a seguir apresenta um comparativo entre os investimentos realizados em 2017 vs. 2016, com destaque para investimentos superiores nos grupos de serviços aos clientes e expansão do sistema e confiabilidade operacional, com foco na melhoria da confiabilidade de rede e inteligência na rede.

| Investimentos - R\$ milhões | 2017 | 2016 | Var (%) |
|---|----------------|--------------|--------------|
| Serviços ao cliente e expansão do sistema | 486,1 | 320,5 | 51,6% |
| Confiabilidade operacional | 306,3 | 244,1 | 25,5% |
| Recuperação de perdas | 12,0 | 8,1 | 47,8% |
| Tecnologia da Informação | 48,0 | 33,9 | 41,7% |
| Outros | 58,8 | 74,9 | -21,5% |
| Total com Recursos Próprios | 911,2 | 681,5 | 33,7% |
| Financiado pelo cliente | 114,9 | 110,0 | 4,4% |
| Total | 1.026,0 | 791,5 | 29,6% |

Principais Investimentos em 2017

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

Visam o atendimento ao crescimento do mercado e melhoria da capacidade do sistema, com a ampliação/reforço de subestações, instalação de bancos de capacitores e reforço de redes subterrâneas.

Em 2017, foram investidos R\$ 191,6 milhões na adição de 228,7 mil novos clientes, na religação de 61,1 mil clientes com emprego de medidor e na regularização de 65,5 mil conexões informais. Na expansão do sistema, foram investidos R\$ 294,5 milhões visando a melhoria da qualidade do fornecimento de energia. No total, o investimento na frente de Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema, totalizou R\$ 486,1 milhões, valor 51,6% superior ao investido em 2016.

Confiabilidade Operacional

Objetiva reduzir as ocorrências na rede elétrica, aumentando a resiliência do fornecimento, evitando acidentes com a população e modernizando a rede de distribuição, por meio da substituição de postes de madeira, digitalização de subestações e manutenção/preservação dos sistemas da subtransmissão e subterrâneo, saneamento de anomalias em religadores automáticos e equipamentos de telecomunicações.

Em 2017, foram investidos R\$ 306,3 milhões em projetos de manutenção preventiva e corretiva da rede, além da modernização da subtransmissão e redes subterrâneas. Este montante é R\$ 62,2 milhões acima, ou 25,5% maior, ao total investido em 2016.

Recuperação de Perdas

Objetiva a diminuição das ligações ilegais, recuperação de receita e diminuição do risco para os clientes regulares da Companhia.

O montante investido em 2017 em recuperação de perdas atingiu R\$ 12,0 milhões, valor 47,8% acima do investido em 2016, de R\$ 8,1 milhões. Foram realizadas 46,2 mil regularizações, com emprego de medidor, por meio de inspeções de fraude e anomalias.

Tecnologia da Informação

Visa melhorias no conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação buscando melhor produção, armazenamento, transmissão, acesso, segurança e uso das informações.

A Companhia investiu em 2017 R\$ 48,0 milhões em projetos de Tecnologia da Informação na modernização e automação dos sistemas de distribuição e operação da Companhia. Este total representou um aumento de 41,7% no montante investido, em comparação aos R\$ 33,9 milhões realizados em 2016.

Outros

No acumulado do ano, foram investidos R\$ 58,8 milhões, em outros projetos referentes, principalmente, a manutenções prediais e segurança eletrônica. Valor 21,5% inferior ao investido em 2016.

Financiado pelo Cliente

No acumulado do ano, os investimentos realizados pelos clientes totalizaram R\$ 114,9 milhões, e referem-se, principalmente, à conversão e remoção de redes, alteamento de linhas de alta tensão, entre outros. Em comparação a 2016, os investimentos realizados pelos clientes foram 4,4% superiores.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações

Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (“Obrigação Especial”). Sobre o valor líquido da base de remuneração foi calculada a remuneração, e sobre o valor bruto a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória No 2.263 ANEEL de 27/06/2017.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela ANEEL para o 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (2015), e suas respectivas atualizações pelo IGP-M dos subsequentes reajustes tarifários, em cálculo efetuado pela Companhia para referência, não sendo consideradas eventuais adições/baixas ao Ativo em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia.

| Componentes de Investimentos Remunerável (R\$ milhões) | Revisão (1) jul/15 | Reajuste jul/16 | Reajuste jul/17 |
|---|-----------------------|--------------------|--------------------|
| a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto | 21.183,1 | 23.769,0 | 23.584,0 |
| b1) (-) Depreciação Acumulada | 13.391,3 | 15.026,0 | 14.909,0 |
| b2) (-) Depreciação Acumulada % | 63,2% | 63,2% | 63,2% |
| c1) (-) Obrigação Especial Bruta | 2.315,6 | 2.598,3 | 2.578,1 |
| c2) (-) Obrigação Especial Líquida | 1.767,6 | 1.983,4 | 1.967,9 |
| d) Bens 100% depreciados | 6.147,9 | 6.898,4 | 6.844,7 |
| e) Terrenos e Servidões | 456,4 | 512,1 | 508,1 |
| f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável* | 12.263,3 | 13.760,3 | 13.653,1 |
| g) (+) Almojarifado | 56,7 | 63,6 | 63,1 |
| h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)** | 6.080,9 | 6.823,3 | 6.770,1 |
| i) Variação do IGPM (RH Aneel/ Reajuste Tarifário) | 5,59% | 12,21% | -0,78% |
| j) cota de Depreciação - Taxa média Anual % | 3,75% | 3,75% | 3,75% |
| (1) 4º ciclo de RTP - Julho 2015 | | | |

* Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável = (a) - (c1) - (d) - (e)

** Investimento Remunerável (Base Remuneração) = (a) - (b1) - (c2) + (g)

Plano de Investimento - 2018 até 2022

A Companhia pretende investir, entre recursos próprios e de terceiros, R\$ 4,9 bilhões²¹ no período de 2018 até 2022 (24% acima dos R\$ 4,0 bilhões previstos anteriormente para o período de 2017 até 2021), principalmente na expansão da rede de atendimento e novos clientes e na preservação dos ativos para garantir a distribuição de energia e melhorar os indicadores de qualidade.

Os investimentos previstos para o ano de 2018 são os maiores já realizados pela Eletropaulo, e o aumento do montante esperado para o ciclo demonstra a aceleração na estratégia iniciada em 2017, que visa o melhor atendimento aos clientes, o aumento da base de remuneração regulatória e melhoria dos indicadores de qualidade, buscando atingir as metas regulatórias por meio da transformação digital e maior eficiência.

²¹ Valores em termos nominais.

| Investimentos estimados* | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2018-2022 |
|-------------------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| Recursos próprios | 1.090,2 | 632,0 | 770,9 | 966,2 | 1.064,0 | 4.523,3 |
| Recursos financiados pelos clientes | 94,0 | 77,2 | 76,7 | 83,0 | 87,8 | 418,7 |
| Total | 1.184,2 | 709,2 | 847,6 | 1.049,2 | 1.151,7 | 4.942,0 |

*Em termos nominais

Pesquisa e desenvolvimento (“P&D”)

Em 2017, a Eletropaulo investiu R\$ 19,3 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Em 2016, a Eletropaulo investiu R\$ 8,3 milhões.

Os principais projetos de 2017 estão se tornando programas permanentes, como o de “Rede Inteligente”, considerado a maior iniciativa de *Smart Grid* do Brasil no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico. Esse fato se comprova através do projeto de redes subterrâneas inteligentes, que tem um orçamento aprovado de R\$ 86,1 milhões e 30 meses de duração.

Outro destaque neste ano foi o pedido de patente no INPI (“Instituto Nacional da Propriedade Industrial”) de um produto desenvolvido no projeto “Localização de perda de óleo”, que permite de maneira rápida e com obra civil mínima, a localização de microvazamentos de óleo nos cabos de transmissão de energia subterrânea. Essa tecnologia traz grande benefício para o meio ambiente e diminui drasticamente os transtornos gerados pela ocupação de faixa de ruas e avenidas.

Outro destaque foi o Registro no INPI do *software* denominado “Ferramenta de validação placa da RF/PLC”, produto este desenvolvido no projeto “*Smart Grid* - Estruturante”, feito para possibilitar a coleta de dados sobre o estado e o desempenho de módulos híbridos RF (“rádio frequência”) e PLC (“*power line communication*”) e das redes de comunicação nas quais eles operam. Por meio dela é possível a geração de tráfego de acordo com perfis definidos pelo usuário e a coleta de parâmetros que indicam o desempenho dos módulos e das redes de comunicação como resposta a estes perfis de tráfego.

Foram também realizados projetos de soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias, equipamentos e de energia renovável solar fotovoltaica.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica por meio da regularização de ligações informais em comunidades de baixa renda, eficiência de máquinas e equipamentos em clientes residenciais, comerciais e industriais e em melhorias na gestão de energia por parte de clientes públicos e corporativos, além de projetos educacionais com foco no consumo consciente de energia. Em 2017, foram investidos R\$ 57,7 milhões com recursos do programa da ANEEL, dos quais R\$ 36,7 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes, que tem como objetivo a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram investidos R\$ 21,0 milhões que contemplaram órgãos públicos e privados e projetos originados através de Chamada Pública, além de projetos no âmbito social como o Recicle Mais Pague Menos e o Eletropaulo nas Escolas.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Segurança e Meio ambiente

A segurança dos colaboradores, prestadores de serviços e da comunidade é prioridade no desenvolvimento das atividades da Companhia. No Planejamento Estratégico Sustentável, foram estabelecidas metas de desempenho relacionadas a esse aspecto e que são acompanhadas pela Companhia.

A gestão dos indicadores de segurança segue a norma OSHA (*“Occupational Safety & Health Administration”*), definida pela Agência Norte-Americana de Saúde e Segurança do Trabalho. Os indicadores, conforme norma OSHA, estão apresentados a seguir:

| Indicadores OSHA | | 2017 | 2016 |
|------------------|---------------------------|-------|-------|
| Próprios | Fatalidade | 0 | 0 |
| | Taxa <i>LTI</i> * | 0,276 | 0,356 |
| | Taxa <i>Recordable</i> ** | 0,589 | 0,684 |
| Contratados | Fatalidade | 0 | 0 |
| | Taxa <i>LTI</i> * | 0,355 | 0,170 |
| | Taxa <i>Recordable</i> ** | 1,177 | 0,815 |

*Taxa de incidentes com tempo perdido (acidentes típicos, com perda de dias de trabalho)

**Taxa de acidentes registráveis (acidentes típicos, sem perda de dias de trabalho).

A performance dos indicadores conforme norma OSHA mostra a melhora do desempenho com equipes próprias, fruto das ações preventivas do Programa de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. Em relação aos indicadores com contratados, a deterioração ocorreu devido à maior exposição ao risco uma vez que o número de equipes contratadas foi maior quando comparado ao ano anterior. A Companhia tem intensificado os acompanhamentos periódicos dos programas e ações de segurança direcionados aos contratados.

Os indicadores de Segurança do Trabalho de acordo com a NBR 14.280 da ABNT (“Associação Brasileira de Normas Técnicas”), estão apresentados a seguir:

| Indicadores NBR 14280 | | 2017 | 2016 |
|-----------------------|-------------------------|------|------|
| Próprios | Fatal - Típico | 0 | 0 |
| | Taxa de Frequência - TF | 3,82 | 5,62 |
| | Taxa de Gravidade - TG | 109 | 104 |
| Contratados | Fatal - Típico | 0 | 1 |
| | Taxa de Frequência - TF | 6,77 | 6,75 |
| | Taxa de Gravidade - TG | 86 | 579 |

A performance dos indicadores conforme norma NBR mostra melhora da performance com equipes próprias, excluído a TG que ficou em linha com 2016, também fruto das ações preventivas do Programa de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. Em relação aos indicadores com contratados, destaca-se a melhora significativa na TG (86 em 2017 vs. 579 em 2016), devido a não ocorrência de acidente fatal no ano de 2017.

Segurança da População

No ano de 2017 foram reportados 122 acidentes com a população, o que representa um aumento de 33% se comparado com o ano de 2016. A maior parcela dos acidentes ocorreu em atividades informais de construção civil, nas quais as vítimas eram trabalhadores autônomos e com baixo grau de especialidade (ausência de equipamentos de proteção individual na realização de tarefas, vestimenta inadequada, etc). Os acidentes em construção civil foram os que mais contribuíram para as fatalidades com população envolvendo a rede elétrica.

Em 2017, ocorreram 23 fatalidades com a população, dos quais, 3 tentativas de suicídios resultando em 2 fatalidades, 4 acidentes com furto de cabo resultando em 3 fatalidades e 5 acidentes com furto de energia resultando em 2 mortes.

A Companhia realiza esforços de mitigação e prevenção de acidentes com a população alinhados ao seu valor número 1, segurança, sendo (i) plano de segurança com o uso de mídias de massa (TV, rádio e blitz em construção civil) e (ii) programa de segurança para conscientização da população (palestras de segurança nas escolas, ONGs e empresas, entrega de folhetos, etc.). Não obstante, verifica-se que a maioria dos acidentes ocorre em construções irregulares que acabam avançando em direção à rede elétrica, já instalada, desrespeitando as distâncias mínimas de segurança.

A Companhia realizou 5.059 ações proativas, incluindo palestras de segurança, ações comerciais e blitzes de segurança, nas cidades da região metropolitana de São Paulo, com o objetivo de promover a conscientização dos perigos da rede elétrica, atingindo um público de quase 240 mil pessoas.

O Programa de Segurança da Companhia está focado em ações proativas que promovam o fortalecimento da cultura de segurança e comportamento seguro, realizado com base nos

requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Ocupacional, certificado conforme a norma internacional OHSAS 18001, e na Política de Sustentabilidade da Companhia.

Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental é estruturado de acordo com a norma ISO 14001 que determina ações para a busca da excelência nos programas ambientais e da eficácia da gestão voltada à identificação de aspectos e impactos ambientais e controles operacionais.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência, manter boas práticas para prevenção à poluição, e, visando evitar ou mitigar os seus impactos adversos na sociedade e no meio ambiente, a Eletropaulo estabelece procedimentos, planos de preparação e respostas a emergências; mantém contrato com empresa especializada em atender as emergências ambientais e está sempre preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental.

Para manter a Certificação ISO 14001 em 100% de seus processos, a Eletropaulo envolve suas equipes próprias e contratadas em uma mudança cultural, realizando campanhas de conscientização e treinamentos para disseminar a importância da conscientização ambiental dentro da organização. Como ferramenta para a verificação de seu desempenho, realiza auditorias internas e externas periodicamente.

Em 2017, o Sistema de Gestão Ambiental foi atualizado de acordo com a nova versão da ISO 14001 (2015) e em setembro de 2017, recebeu a Auditoria Externa de Manutenção da Certificação que validou essa atualização.

Colaboradores e Comunidades

Colaboradores

Ser reconhecida como um dos melhores lugares para se trabalhar é um dos objetivos traçados em pelo Planejamento Estratégico Sustentável da Companhia. O foco é garantir que os colaboradores se sintam motivados e valorizados no ambiente de trabalho, assumindo o protagonismo profissional e responsável para realizar suas atividades com excelência e satisfação, o que resulta em ganhos de eficiência, produtividade e qualidade.

Em 2017, a Eletropaulo foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo como uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar segundo o Guia Você S/A.

Comunidades

Nas comunidades onde atua, a Eletropaulo regularizou ligações elétricas de 65,5 mil famílias em 2017, em 169 núcleos distintos, comparado à 45,6 mil famílias regularizadas ao longo de 2016, o que representa um crescimento de 43,6%.

Por meio do Programa Transformação de Consumidores em Clientes, as famílias são beneficiadas não só com acesso regular à energia, mas também com um comprovante de cidadania, uma vez que por meio da conta de energia (comprovante de residência) podem abrir conta em banco, ter acesso a crédito e regularizar o imóvel. A Eletropaulo também realiza um intenso trabalho educacional de consumo para realizar suavemente a transição da situação de consumidor irregular para a condição de novo cliente sustentável, tanto do viés de eficiência energética, quanto do ponto de vista da gestão financeira.

| Meta | Indicador de Desempenho | 2017 | 2016 |
|-------------------------------------|----------------------------------|------|------|
| Regularizar 65 mil ligações em 2017 | Número de ligações regularizadas | 65,5 | 45,6 |

RECONHECIMENTOS

- ISE da B3: a Eletropaulo integra em 2017-2018, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da bolsa de valores. A Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- Guia EXAME de Sustentabilidade: eleita entre os destaques do ano no setor de energia pelas práticas em sustentabilidade;
- 150 Melhores Empresas Para se Trabalhar (Guia Você S/A): eleita dentre as melhores empresas, um dos melhores reconhecimentos de práticas de Recursos Humanos no mercado;
- Prêmio *Smart* 2017: Troféu Prata, na categoria Inovação em Relacionamento pelo projeto de atualização do sistema de relacionamento com clientes;
- Eleita a 1ª empresa mais inovadora entre as empresas de energia do Brasil, de acordo com o anuário Valor Inovação Brasil, do Valor Econômico;
- Qualificação Ouro no Programa Brasileiro *GHG Protocol* pela transparência e assecuração do inventário de emissões de gases de efeito estufa;
- Entre os três finalistas do Prêmio Nacional de Inovação 2016-2017, na categoria de Inovação Organizacional, na modalidade Grandes Empresas. A iniciativa é da Mobilização Empresarial da Inovação (“MEI”) e realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (“SEBRAE”) e pela Confederação Nacional da Indústria (“CNI”);
- Prêmio “Empresas que melhor se comunicam com jornalistas”;
- Eleita uma das empresas com melhores práticas no setor elétrico para a promoção da igualdade de gênero na liderança segundo o Guia EXAME Mulheres na Liderança;
- Eleita Empreendedora do Ano na categoria Sustentabilidade do Prêmio Ernest Young com o Programa Transformação de Consumidores em Clientes;

- A Fiesp reconheceu a Eletropaulo com o Prêmio de Mérito Ambiental na categoria Destaque em Responsabilidade Socioambiental, pelo projeto Eletropaulo nas Escolas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Eletropaulo integra o mais alto nível de Governança Corporativa da B3, o Novo Mercado, desde 27 de novembro de 2017. Além disso, o capital da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias com direito à voto e o Conselho de Administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do ISE, que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Migração para o Novo Mercado

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e a migração da Companhia para o segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A deliberação que aprovou a conversão das ações foi ratificada por 60,36% dos acionistas preferencialistas da Companhia em Assembleia Especial de acionistas preferencialistas realizada na mesma data.

Os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que não compareceram, se abstiveram de votar ou votaram contra a conversão das ações, tiveram a prerrogativa de exercer o direito de retirada. O período para exercício do direito de retirada iniciou-se em 29 de setembro de 2017 e foi encerrado em 30 de outubro de 2017. Durante este prazo, 359 acionistas titulares de 3.058.154 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 2,7% das ações preferenciais, optaram pelo exercício do direito de retirada. O valor de direito de retirada a estes acionistas foi calculado com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 16,10 por ação), totalizando o montante de R\$ 49,2 milhões que foram pagos em 9 de novembro de 2017.

A migração da Companhia ao Novo Mercado teve por objetivos principais: (i) fortalecer a governança corporativa; (ii) aumentar a capacidade de investimento por maior acesso ao mercado de capitais e potencial redução no custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores.

Em 27 de novembro de 2017, a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando

estas a serem negociadas, a partir dessa data, no Novo Mercado da B3, sob o código ELPL3. Com a efetivação da migração ao Novo Mercado, a Companhia não é mais controlada pela The AES Corporation, e o Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de dezembro de 2016, entre a The AES Corporation, AES Holdings Brasil Ltda. e o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, foi extinto. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração foi adaptado à nova estrutura acionária, passando a ser composto por 9 membros, sem suplentes.

Após a migração para o Novo Mercado, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Partes Relacionadas e o Comitê de Remuneração e Pessoas, se tornaram estatutários. Todos os comitês foram criados com o objetivo de assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas tratativas de temas relevantes e contam com a participação de conselheiros independentes.

Estrutura Societária

Ao final de dezembro de 2017, o capital social da Eletropaulo era de R\$ 1.323,5 milhões, representado por 167.343.887 ações ordinárias, sendo 3.058.154 ações ordinárias em tesouraria e 164.285.733 ações ordinárias como *free float* à medida que a Companhia se tornou uma *True Corporation* (Companhia com controle diluído) após a migração para o Novo Mercado, sem a figura de um acionista controlador. Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 63 mil acionistas.

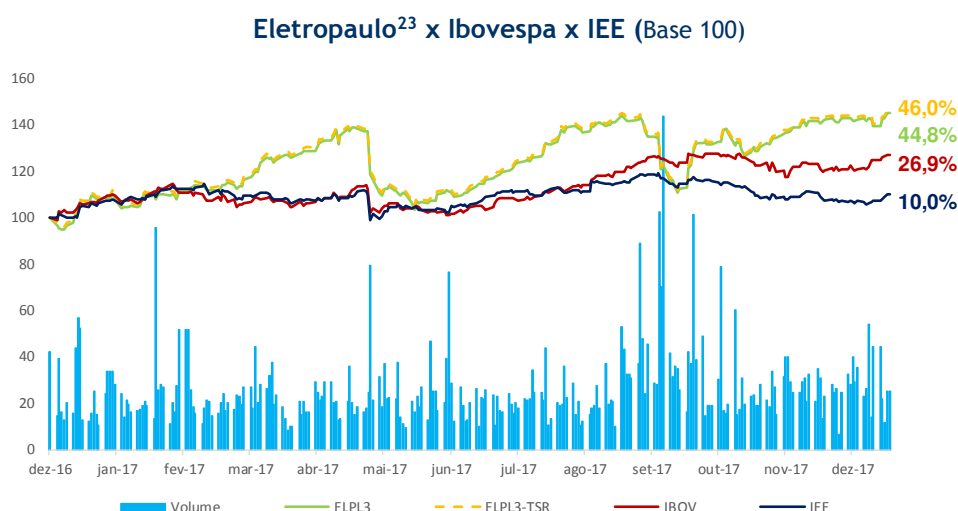
A tabela a seguir apresenta a estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

| ACIONISTA | ON | % |
|---------------------|--------------------|----------------|
| BNDESPAR | 31.350.329 | 18,73% |
| AES Holdings Brasil | 28.179.237 | 16,84% |
| União Federal | 13.342.642 | 7,97% |
| GWI | 11.585.400 | 6,92% |
| Ações em Tesouraria | 3.058.154 | 1,83% |
| Outros | 79.828.125 | 47,70% |
| Total | 167.343.887 | 100,00% |

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Companhia integram, atualmente (i) o mais alto nível de governança corporativa da B3, o Novo Mercado, (representado pelo IGC-NM); (ii) o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“Itag”); (iii) o Índice de Energia Elétrica (“IEE”); (iv) o Índice Brasil 100 (“IBrX”); e (v) o ISE da B3, entre outros.

Em 2017, as ações ordinárias (ELPL3) da Eletropaulo encerraram o período cotadas a R\$ 16,35, com valorização de 44,8%²² comparado ao final de 2016, enquanto o IEE valorizou 10,0% e o Ibovespa 26,9%. O volume médio diário negociado de ações preferenciais (ELPL4), listadas até a migração para o Novo Mercado, ocorrida em 27 de novembro de 2017, foi de 1.646 mil ações, e a partir desta data até o fim do exercício a média diária de negociação de ações ordinárias foi de 1.678 mil ações.



TSR ("Total shareholder return" - retorno total do acionista, o qual representa os ganhos de capitais adicionado os dividendos no período)

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM n° 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"), não prestaram durante o exercício de 2017 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A remuneração total da EY pelos serviços prestados de auditoria externa em 2017 foi de R\$4.692.586,90.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes estão sujeitos à análise prévia do Comitê de Auditoria e são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

²² Para fins de cálculo da valorização, considera-se ações preferenciais (ELPL4) até dia 27 de novembro de 2017, data da efetivação da migração para o Novo Mercado, e ações ordinárias (ELPL3) a partir de então.

²³ Considera-se ações preferenciais (ELPL4) até dia 27 de novembro de 2017, data da efetivação da migração para o Novo Mercado, e ações ordinárias (ELPL3) a partir de então.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Discussões judiciais sobre temas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios, sendo que para aqueles cuja probabilidade de perda é considerada provável pela Administração, registra provisão, cujo valor monta a R\$ 2.028.817 mil em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a Companhia é parte em outros diversos processos cujo valor agregado totaliza R\$ 3.591.842 mil, dos quais R\$ 1.836.171 mil se refere a ações de natureza tributária, e que foram classificados como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2017. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos nos processos em andamento, às modificações no andamento de vários processos durante o exercício de 2017, ao julgamento necessário para a determinação de reconhecimento ou não de um passivo contingente pela Administração com base na avaliação dos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações em relação às causas em aberto com as posições informadas pelos consultores jurídicos externos. Também, envolvemos nossos especialistas em tributos para analisar a razoabilidade das expectativas de perdas das causas mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação probabilidade de perda, assim como determinação da necessidade ou não do registro de da provisão para os mencionados processos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. sobre contrato de financiamento ECF 1.046/1986

A Companhia celebrou um acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”) no valor total de R\$ 1.500.000 mil visando encerrar uma disputa judicial, cujo objeto era a discussão sobre a responsabilidade pelo pagamento dos encargos financeiros referentes ao contrato de financiamento ECF 1.046, concedido em 1986 pela Eletrobras à Companhia, ainda estatal naquela data. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria tendo em vista a complexidade das discussões para o atingimento do Acordo entre as partes, das diversas aprovações societárias requeridas para a confirmação do Acordo, assim como pelos efeitos relevantes no balanço patrimonial e resultado do exercício da Companhia com o provisionamento do montante a ser pago à Eletrobrás, e dos termos negociados entre as partes para quitação da dívida.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, discussões com a Administração, leitura e análise do acordo assinado entre as partes, inspeção das aprovações societárias pertinentes, avaliação da alteração do prognóstico de perda e consequente registro da provisão em 31 de dezembro de 2017, assim como a avaliação da divulgação deste tema nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o tratamento contábil adotado pela Administração, assim como determinação da necessidade do registro da provisão em 31 de dezembro de 2017, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Monitoramento dos índices de covenants

A Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas (“covenants”) com diversas instituições financeiras. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação do saldo não circulante desses passivos para o grupo de passivos circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizada pela Administração da Companhia. Os contratos preveem *covenants* financeiros e qualitativos. Este assunto está divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que apesar de não haver qualquer descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017, a conjuntura financeira dos últimos anos tem impactado os níveis de rentabilidade da Companhia e, consequentemente, aproximando os índices efetivamente auferidos daqueles estabelecidos nos contratos, o que requereu nossa maior atenção quanto a apuração dos índices e na necessidade de confirmar o cumprimento das cláusulas contratuais e seus impactos na avaliação de continuidade operacional da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram discussões com a Administração acerca da metodologia de apuração dos *covenants* financeiros e avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida, análise dos cálculos elaborados pela Administração e avaliação do cumprimento dos *covenants* qualitativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das projeções preparadas pela Administração dos itens considerados na apuração de *covenants* financeiros e avaliação da divulgação deste tema nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para apuração dos *covenants* financeiros, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contabiliza saldos de ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 3.011.833 mil e R\$ 5.082.459 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão.

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar à classificação como infraestrutura de gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários. Durante o ano de 2017, a Companhia capitalizou gastos em infraestrutura no montante de R\$ 997.926 mil, líquido das obrigações especiais. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 11 às demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro, no montante de R\$ 3.011.833 mil em 31 de dezembro de 2017, leva em consideração revisões tarifárias periódicas realizadas pelo Poder Concedente que ocorrem apenas a cada 4 anos, assim como premissas definidas pela Administração para os anos que não ocorre tal revisão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à valorização do ativo financeiro, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das políticas da Companhia para a definição dos investimentos em infraestrutura, do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para a tal contabilização, o volume de custos com pessoal e componentes menores, quando comparado com os dados históricos, os padrões da indústria e o exame, em base de testes, da documentação suporte para os gastos incorridos durante o exercício de 2017 com base nessas políticas.

Realizamos também recálculo da determinação e atualização do ativo financeiro realizado pela Companhia, discutimos as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como observamos as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais e periódicas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios determinados pela Administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura, as premissas utilizadas na determinação e avaliação do ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia possui saldos de ativos e passivos setoriais de R\$ 18.288 mil e R\$ 113.379 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017, decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, os quais serão liquidados por ocasião do próximo período tarifário. Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando do processo tarifário anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Poder Concedente, e sujeitos à revisão e homologação por parte do mesmo. Este assunto está divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade dos controles necessários para acompanhamento dos saldos e, em alguns casos, na determinação do valor desses ativos e passivos, assim como quanto ao processo de revisão e homologação dos mesmos por parte do Poder Concedente e sua consideração na base tarifária da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos cálculos para a determinação e atualização dos ativos e passivos setoriais contabilizados pela Companhia, a discussão sobre as premissas utilizadas pela Administração para seu reconhecimento e mensuração, o confronto com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como a análise das variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os controles mantidos e a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para determinação dos saldos dos ativos e passivos financeiros setoriais estão de acordo com os critérios definidos pelo Poder Concedente, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

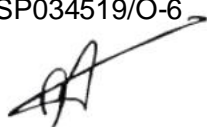
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC – 1SP132776/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2017 | 2016 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 309.283 | 198.773 |
| Investimentos de curto prazo | 4 | 291.994 | 868.858 |
| Consumidores, revendedores e outros | 5 | 2.114.094 | 2.065.198 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | 8 | 32.126 | 34.552 |
| Outros tributos compensáveis | 8 | 89.512 | 68.543 |
| Contas a receber - acordos | 6 | 141.213 | 90.014 |
| Outros créditos | 10 | 346.427 | 291.839 |
| Almoxarifado | | 30.182 | 23.962 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 37.067 | 33.041 |
| Ativo financeiro setorial, líquido | 12 | 18.288 | 44.243 |
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | | 3.410.186 | 3.719.023 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Consumidores, revendedores e outros | 5 | 26.679 | 25.534 |
| Outros tributos compensáveis | 8 | 62.244 | 44.003 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 9 | 1.969.278 | 1.552.540 |
| Cauções e depósitos vinculados | 18 | 532.495 | 491.806 |
| Contas a receber - acordos | 6 | 11.657 | 6.843 |
| Outros créditos | 10 | 46.762 | 67.196 |
| Ativo financeiro da concessão | 11.1 | 3.011.833 | 2.386.192 |
| Investimento | | 44.049 | 13.082 |
| Imobilizado, líquido | | 72.762 | 69.645 |
| Intangível | 11.2 | 5.082.459 | 5.189.333 |
| TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 10.860.218 | 9.846.174 |
| TOTAL DO ATIVO | | 14.270.404 | 13.565.197 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2017 | 2016 |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 13 | 1.789.718 | 1.468.254 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 461.099 | 278.215 |
| Debêntures | 15 | 534.728 | 575.065 |
| Arrendamento financeiro | 15 | 30.616 | 28.599 |
| Subvenções governamentais | | 4.916 | 3.971 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 14 | - | 2.627 |
| Outros tributos a pagar | 14 | 452.952 | 524.851 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 2.046 | 23.083 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 119.379 | 115.734 |
| Encargos setoriais | 19 | 296.933 | 454.481 |
| Provisão para processos judiciais e outros | 18 | 481.893 | 163.602 |
| Outras obrigações | 20 | 258.807 | 250.225 |
| TOTAL PASSIVO CIRCULANTE | | 4.433.087 | 3.888.707 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 473.056 | 510.611 |
| Debêntures | 15 | 2.016.646 | 1.830.782 |
| Arrendamento financeiro | 15 | 52.867 | 48.123 |
| Subvenções governamentais | | 12.570 | 11.950 |
| Obrigações com entidade de previdência privada | 16 | 3.707.100 | 3.777.347 |
| Provisão para processos judiciais e outros | 18 | 1.546.924 | 359.580 |
| Encargos setoriais | 19 | 30.868 | 56.508 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | 937 | 743 |
| Reserva de reversão | | 66.085 | 66.085 |
| Outras obrigações | 20 | 8.453 | 7.047 |
| Passivo financeiro setorial, líquido | 12 | 113.379 | 312.902 |
| TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 8.028.885 | 6.981.678 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 21.1 | 1.323.486 | 1.257.629 |
| Reservas de capital | 21.4 | 693.338 | 692.452 |
| Ações em tesouraria | 21.2 | (49.236) | - |
| Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial | 21.5 | (646.685) | (578.755) |
| Aumento de capital proposto | 21.6 | - | 65.857 |
| Reservas de lucros: | 21.6 | | |
| Reserva legal | | 248.984 | 248.984 |
| Reserva estatutária | | 238.545 | 1.008.645 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.808.432 | 2.694.812 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 14.270.404 | 13.565.197 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

| | Notas | 2017 | 2016 |
|---|-----------|---------------------|---------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 23 | 13.168.492 | 11.659.899 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | |
| Custo com energia elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 24 | (7.558.033) | (6.432.673) |
| Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA | 24 | (241.326) | (305.213) |
| Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição | 24 | (944.280) | (943.159) |
| Custo de operação | | | |
| Pessoal e administradores | | (821.900) | (783.512) |
| Entidade de previdência privada | 16 | (392.715) | (355.665) |
| Serviços de terceiros | | (563.412) | (567.075) |
| Material | | (61.455) | (77.130) |
| Custo de construção | | (1.035.001) | (802.512) |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | 7 | (170.683) | (309.011) |
| Provisão para processos judiciais e outros, líquida | | (45.829) | (24.839) |
| Depreciação e amortização | | (524.054) | (490.417) |
| Outras despesas operacionais | 25 | (271.658) | (324.822) |
| TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS | | (12.630.346) | (11.416.028) |
| RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO) | | 538.146 | 243.871 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receitas financeiras | 26 | 340.065 | 434.908 |
| Despesas financeiras | 26 | (2.138.661) | (698.687) |
| Variações cambiais, líquidas | 26 | (3.820) | 35.319 |
| TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO | | (1.802.416) | (228.460) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | (1.264.270) | 15.411 |
| Contribuição social | 27 | - | (4.696) |
| Imposto de renda | 27 | (2) | (13.357) |
| Contribuição social diferida | 9/27 | 111.136 | 6.238 |
| Imposto de renda diferido | 9/27 | 308.712 | 17.327 |
| TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 419.846 | 5.512 |
| (PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | (844.424) | 20.923 |
| (Prejuízo) lucro líquido líquido básico por ação Ordinária | 22 | (5,05947) | 0,12503 |
| (Prejuízo) lucro líquido diluído por ação Ordinária | 22 | (5,05947) | 0,12503 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2017 | 2016 |
|---|-------|-----------|-------------|
| (PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | (844.424) | 20.923 |
| Outros resultados abrangentes: | | | |
| - Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | | |
| Ajuste de avaliação atuarial | 16 | 9.146 | (1.234.962) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial | 9 | (3.110) | 419.887 |
| TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS | | (838.388) | (794.152) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Notas | Reservas de capital | | | | | Reservas de lucros | | | | |
|--|---------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------|--|-----------------------------|---------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Opções de ações outorgadas | Reserva especial de ágio | Ações em tesouraria | Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial | Aumento de capital proposto | Reserva legal | Reserva estatutária | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 1.257.629 | 20.428 | - | - | 309.780 | - | 244.265 | 1.007.043 | - | 2.839.145 |
| Resultado abrangente total: | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.923 | 20.923 |
| Ajuste de avaliação atuarial | 16 | - | - | - | (1.234.962) | - | - | - | - | (1.234.962) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial | 9.4 | - | - | - | 419.887 | - | - | - | - | 419.887 |
| Transações com os acionistas: | | | | | | | | | | |
| Remuneração com base em ações | - | 1.127 | - | - | - | - | - | - | - | 1.127 |
| Dividendo mínimo obrigatório | 21.6 | - | - | - | - | - | - | - | (22.487) | (22.487) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos | - | - | - | - | - | - | - | - | 282 | 282 |
| Mutações internas do patrimônio líquido: | | | | | | | | | | |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (111.304) | - | - | - | 111.304 | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.2 | - | - | - | 37.843 | - | - | - | (37.843) | - |
| Constituição de reserva legal | 21.6 | - | - | - | - | - | 4.719 | - | (4.719) | - |
| Constituição de reserva estatutária | 21.6 | - | - | - | - | - | - | 1.603 | (1.603) | - |
| Aumento de capital proposto | 21.6 | - | - | - | - | 65.857 | - | - | (65.857) | - |
| Efeitos da reorganização societária | - | - | 445.654 | - | - | - | - | - | - | 445.654 |
| Incorporação do acervo cindido da AES Elpa S.A. | - | - | 225.243 | - | - | - | - | - | - | 225.243 |
| Incorporação do acervo cindido da Nova Brasileira Participações S.A. | - | - | 225.243 | - | - | - | - | - | - | 225.243 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 1.257.629 | 21.555 | 670.897 | - | (578.756) | 65.857 | 248.984 | 1.008.646 | - | 2.694.812 |
| Resultado abrangente total: | | | | | | | | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | (844.424) | (844.424) |
| Ajuste de avaliação atuarial | 16 | - | - | - | 9.146 | - | - | - | - | 9.146 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial | 9.4 | - | - | - | (3.110) | - | - | - | - | (3.110) |
| Transações com os acionistas: | | | | | | | | | | |
| Remuneração com base em ações | - | 886 | - | - | - | - | - | - | - | 886 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos | - | - | - | - | - | - | - | - | 358 | 358 |
| Recompra de ações - direito de retirada (migração novo mercado) | 21.2 | - | - | (49.236) | - | - | - | - | - | (49.236) |
| Mutações internas do patrimônio líquido: | | | | | | | | | | |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | - | (112.069) | - | - | - | 112.069 | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial | 9.2 | - | - | - | 38.103 | - | - | - | (38.103) | - |
| Aumento de capital | 21.1 | 65.857 | - | - | - | (65.857) | - | - | - | - |
| Absorção de prejuízo pela reserva estatutária | 21.6 | - | - | - | - | - | - | (770.100) | 770.100 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 1.323.486 | 22.441 | 670.897 | (49.236) | (646.685) | - | 248.984 | 238.545 | - | 1.808.432 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|--------------------|
| Atividades operacionais: | | |
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (844.424) | 20.923 |
| Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 524.054 | 490.417 |
| Variações monetárias e cambiais | 11.991 | 14.859 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | (51.912) | (141.875) |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | 211.921 | 343.060 |
| Provisão para processos judiciais e outros, líquida | 82.462 | 84.278 |
| Provisão acordo Eletrobras | 1.499.138 | - |
| Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas) | 409.094 | 540.138 |
| Fundo de pensão | 389.312 | 353.763 |
| Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo | (52.783) | (93.529) |
| Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado | 6.522 | 35.777 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | (419.848) | (23.565) |
| Ações e opções de ações outorgadas | 886 | 1.127 |
| Redução (aumento) dos ativos: | | |
| Consumidores, revendedores e outros | (217.811) | 182.767 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | (6.072) | 14.334 |
| Outros tributos compensáveis | (51.687) | 2.307 |
| Almoxarifado | (6.220) | 39.995 |
| Contas a receber - acordos | (94.924) | (49.327) |
| Despesas pagas antecipadamente | (4.026) | 3.568 |
| Outros créditos | 14.472 | (37.421) |
| Ativo e passivo financeiro setorial líquido | (173.568) | 1.609.559 |
| Aumento (redução) dos passivos: | | |
| Fornecedores | 321.464 | (458.531) |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 12 | 96 |
| Outros tributos a pagar | (49.666) | (3.468) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 3.839 | 11.885 |
| Encargos setoriais | (194.792) | (283.388) |
| Outras obrigações | 15.867 | (43.396) |
| | 1.323.301 | 2.614.353 |
| Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados | (377.539) | (479.630) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (15.656) | (23.173) |
| Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada | (450.413) | (416.345) |
| Pagamento de processos judiciais e outros | (102.495) | (89.211) |
| Juros resgatados de investimentos de curto prazo | 62.799 | 95.547 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 439.997 | 1.701.541 |
| Atividades de investimentos: | | |
| Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão | (1.106.051) | (844.801) |
| Consumidores participação financeira | 107.313 | 76.268 |
| Aplicações em investimento de curto prazo | (7.050.396) | (9.467.109) |
| Resgates de investimento de curto prazo | 7.620.457 | 8.981.050 |
| Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados | (59.452) | (14.374) |
| Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível | 1.035 | 70.151 |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | (487.094) | (1.198.815) |
| Atividades de financiamentos: | | |
| Ingresso de novos empréstimos e debêntures | 839.343 | 273.869 |
| Pagamento de empréstimos e debêntures (principal) | (522.727) | (651.947) |
| Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | (57.310) | (4.907) |
| Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro | (31.784) | (25.737) |
| Recompra de ações - direito de retirada (migração novo mercado) | (49.236) | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | (20.679) | (41.852) |
| Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos | 157.607 | (450.574) |
| Variação no caixa líquido da Companhia | 110.510 | 52.152 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 198.773 | 146.621 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 309.283 | 198.773 |

As informações complementares às Demonstrações dos Fluxos de Caixa estão descritas na nota explicativa nº 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------------|---------------------|
| 1. RECEITAS | 21.490.722 | 20.201.259 |
| Receita bruta de venda de energia e outras receitas | 21.661.405 | 20.510.270 |
| Fornecimento de energia elétrica | 10.605.148 | 11.000.805 |
| Outras receitas | 10.021.256 | 8.706.953 |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | 1.035.001 | 802.512 |
| Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, líquida | (170.683) | (309.011) |
| 2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (11.447.912) | (10.100.631) |
| Materiais | (551.345) | (480.529) |
| Outros custos operacionais | (268.090) | (307.306) |
| Custo da energia comprada e transmissão | (9.628.744) | (8.441.096) |
| Serviços de terceiros | (999.733) | (871.700) |
| 3. VALOR ADICIONADO BRUTO | 10.042.810 | 10.100.628 |
| 4. RETENÇÕES | (524.054) | (490.417) |
| Depreciação e amortização | (524.054) | (490.417) |
| 5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 9.518.756 | 9.610.211 |
| 6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 340.065 | 434.908 |
| Receitas financeiras | 340.065 | 434.908 |
| 7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 9.858.821 | 10.045.119 |
| 8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 9.858.821 | 10.045.119 |
| Empregados (Colaboradores) | 1.208.831 | 1.111.872 |
| Salários e encargos | 695.771 | 643.988 |
| Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados | 80.996 | 77.235 |
| Benefícios | 392.715 | 355.665 |
| FGTS | 39.349 | 34.984 |
| Tributos (Governo) | 7.315.777 | 8.221.280 |
| Federais | 510.589 | 1.230.337 |
| Imposto de renda e contribuição social | (419.846) | (5.512) |
| COFINS | 680.379 | 931.956 |
| PIS | 146.781 | 200.639 |
| INSS | 70.510 | 71.729 |
| Encargos sociais - Outros | 32.765 | 31.525 |
| Estaduais | 3.575.154 | 3.779.943 |
| ICMS | 3.568.802 | 3.771.282 |
| Outros | 6.352 | 8.661 |
| Municipais | 44.840 | 42.884 |
| ISS | 200 | 207 |
| IPTU | 44.579 | 42.665 |
| Outros | 61 | 12 |
| Encargos setoriais | 3.185.194 | 3.168.116 |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético | 2.255.194 | 2.675.345 |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | 118.625 | 104.566 |
| Encargos do consumidor - PROINFA | 85.436 | 64.783 |
| Encargos do consumidor - CCRBT | 712.040 | 308.633 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 13.899 | 14.789 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 2.178.637 | 691.044 |
| Juros | 2.142.481 | 663.368 |
| Aluguéis | 36.156 | 27.676 |
| Remuneração de capitais próprios | (844.424) | 20.923 |
| Dividendos | - | 22.487 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | (73.966) | (73.461) |
| (Prejuízos) lucros retidos | (770.458) | 71.897 |

As informações complementares às Demonstrações do Valor Adicionado estão descritas na nota explicativa nº 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto. As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado. A Companhia não tem acionista controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 32.776 e 34.464 GWh nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,2 e 7,0 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015.

1.1 Migração para o novo mercado

Em 12 de setembro de 2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e a migração da Companhia para o segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A deliberação que aprovou a conversão das ações foi ratificada por 60,36% dos acionistas preferencialistas da Companhia em Assembleia Especial de acionistas preferencialistas realizada na mesma data.

Os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que não compareceram, se abstiveram de votar ou votaram contra a conversão das ações, tiveram a prerrogativa de exercer o direito de retirada. O período para exercício do direito de retirada iniciou-se em 29 de setembro de 2017 e foi encerrado em 30 de outubro de 2017. Durante este prazo, 359 acionistas titulares de 3.058.154 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 2,7% das ações preferenciais, optaram pelo exercício do direito de retirada. O valor de direito de retirada a estes acionistas foi calculado com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 (R\$16,10 por ação), totalizando o montante de R\$ 49.236, pago em 9 de novembro de 2017.

Em 27 de novembro de 2017, a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando estas a serem negociadas, a partir desta data, no Novo Mercado da B3, sob o código ELPL3.

A migração da Companhia para o Novo Mercado teve por objetivos principais: (i) fortalecer a governança corporativa; (ii) aumentar a capacidade de investimentos por maior acesso ao mercado de capitais e potencial redução no custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores.

Como consequência da migração para o Novo Mercado, a Companhia não é mais controlada pela The AES Corporation, e o Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de dezembro de 2016, entre a The AES Corporation, AES Holdings Brasil Ltda. e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, foi extinto.

1.2 Acordo Eletrobras

A administração da Companhia, comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor para a Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, aprovou em 09 de março de 2018, os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletrobras - Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) visando encerrar a disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal, que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais. Maiores detalhes na nota explicativa nº 18.1 (b.4).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 09 de março de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à análise e opinião do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração.

Após a autorização da conclusão, somente o Conselho de Administração pode alterar as demonstrações contábeis.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações do ativo intangível realizadas em anos anteriores à data de transição, para as práticas contábeis adotadas no Brasil convergidas às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os números de unidades consumidoras não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócio. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda de energia elétrica e pela entrega da mesma através do uso da infraestrutura de distribuição. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

3.1 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

3.1.1 Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016 - Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016. Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2)/IAS 7 Demonstração dos fluxos de caixa (Iniciativa de divulgação) e CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o Lucro (Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados). De maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais. Com relação ao CPC 03, a alteração resultou em divulgação adicional e pode ser verificada na nota explicativa no 15.6.1. As alterações do CPC 32 esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. A revisão do CPC 32 não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que a prática adotada está em linha com as alterações requeridas.

3.1.2 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não os adotou de forma antecipada.

Vigência a partir de 01 de janeiro de 2018:

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12/2017 - Aprovado em 1 de dezembro de 2017 e divulgado em 21 de dezembro de 2017: as alterações são em decorrência da edição do CPC 47, do CPC 48, da permissão para as seguradoras não aplicarem o CPC 48 até 2021, alterações anuais do Ciclo 2014-2016 e dos CPCs 28 e 10, conforme analisados a seguir:

CPC 28/IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento: as alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mudança na utilização. A revisão do CPC 28 não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que a prática adotada está em linha com as alterações requeridas.

CPC 10 (R1)/IFRS 02 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção inicial, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. A Companhia avaliou os potenciais efeitos e concluiu que a aplicação do CPC 10/IFRS 02 sobre o plano de pagamento baseado em ações vigente até a migração para o Novo Mercado não tem impacto em suas demonstrações contábeis. Contudo, com a migração da Companhia para o Novo Mercado e considerando que um novo programa de remuneração de longo prazo está sob aprovação (nota explicativa nº 21.4.1), a aplicabilidade dos requisitos do CPC 10/IFRS 02 serão reavaliados de acordo com o programa aprovado. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

- CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, estabelece um novo modelo para reconhecimentos de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47/IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento na data da aplicação inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo a cada período anterior apresentado, pois para fins de divulgação nas demonstrações contábeis a aplicação da norma tem a data inicial em 01 de janeiro de 2017, cujos impactos serão contabilizados a partir de 01 de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A expectativa da Companhia é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho de despesa operacional para uma conta redutora da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A seguir serão detalhadas as análises das linhas de receita de contratos com clientes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de fornecimento de energia

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período e as faturas emitidas de acordo com a tarifa vigente, a qual é definida pela ANEEL. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada, que é calculada individualmente para cada unidade consumidora pelo sistema de faturamento (nota explicativa nº 5).

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia deve avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida através de uma conta redutora de fornecimento de energia. Com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso. A Companhia avaliou os potenciais efeitos do CPC 47/IFRS 15 e concluiu que o impacto não é material, dessa forma, pelas políticas da Companhia, tais recebíveis continuarão a ser objeto de constituição de perda esperada. Este assunto será monitorado mensalmente pela Companhia.

Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livre e cativo) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD homologada pela ANEEL.

O pronunciamento define ainda que o valor da contraprestação pode variar em razão de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, cuja receita deve ser reconhecida de forma líquida dessa contraprestação variável. Os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia (nota explicativa nº 25). Atualmente, esses ressarcimentos são contabilizados como despesa operacional e, de acordo com o novo pronunciamento, passarão a ser contabilizados como redutor da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A Companhia avaliou que o montante a ser reclassificado é de R\$ 85.320 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 125.557 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de venda de energia na CCEE e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Receita de construção da infraestrutura da concessão

As receitas de construção da infraestrutura da concessão são realizadas pela Companhia quando são confiavelmente mensuradas. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa (nota explicativa nº 23, item (b)).

Os investimentos por parte da Companhia melhoram o ativo de concessão, que possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de construção da infraestrutura da concessão e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tal como serviços cobráveis ou atividades acessórias, tal como compartilhamento de infraestrutura.

O reconhecimento de receitas é registrado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e contrato entre as partes.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 nas outras receitas e a conclusão é de que não há impacto em suas demonstrações contábeis, exceto pelas exigências de apresentação e divulgação que serão mais detalhadas a partir de 2018.

- CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. O pronunciamento introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia avaliou os potenciais impactos tomando por base as informações disponíveis até 31 de dezembro de 2017 e estima que as alterações de classificação e mensuração não geram impacto no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros, ocasionará um aumento na perda esperada em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Tais impactos serão registrados no patrimônio líquido na adoção inicial, no entanto, para fins de comparabilidade nas demonstrações contábeis de 2018, os mesmos serão apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia adotará o CPC 48/IFRS 9 retrospectivamente a partir de 01 de janeiro de 2017, divulgando os impactos estimados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, e informações comparativas a partir de 31 de março de 2018, conforme detalhado a seguir:

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a classificação e mensuração deve refletir o modelo de negócios da Companhia e avaliar as características de fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. O novo pronunciamento institui três categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias existentes do CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo, entretanto investimentos de curto prazo (fundo de investimento) e o ativo financeiro da concessão serão reclassificados de disponível para venda para valor justo por meio do resultado. Atualmente, a Companhia não possui saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo.

Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia concluiu que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

A Companhia avaliou a classificação dos passivos financeiros e concluiu que não há impacto na classificação e mensuração, pois o novo pronunciamento afeta substancialmente os passivos financeiros classificados a valor justo por meio de resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui nenhum passivo financeiro mensurado a valor justo.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos financeiros, sem impacto no resultado da Companhia na adoção inicial:

| | Nota | 2017 | 2016 | Categoria CPC 38/IAS 39 | Categoria CPC 48/IFRS 9 |
|--|------|------------------|------------------|---|---|
| ATIVOS FINANCEIROS (Circulante e não circulante) | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 309.283 | 198.773 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas) | 4 | 289.609 | 867.853 | Ativos financeiros disponíveis para venda | Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes |
| Investimentos de curto prazo (fundo de investimento) | 4 | 2.385 | 1.005 | Ativos financeiros disponíveis para venda | Valor Justo por meio de Resultado |
| Consumidores, revendedores e outros | 5 | 2.140.773 | 2.090.732 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Contas a receber - acordos | 6 | 152.870 | 96.857 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Cauções e depósitos vinculados | 18 | 532.495 | 491.806 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Ativo financeiro da concessão | 11.1 | 3.011.833 | 2.386.192 | Ativos financeiros disponíveis para venda | Valor Justo por meio de Resultado |
| Ativo financeiro setorial, líquido | 12 | 18.288 | 44.243 | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Total | | 6.457.536 | 6.177.461 | | |

Redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39. O pronunciamento requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perda em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. O pronunciamento determina ainda que sejam estimadas as perdas esperadas em todos os seus instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações), com base na probabilidade de inadimplência dos próximos 12 meses ou por toda a vida do contrato, propondo também a aplicação do expediente prático com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada para o cálculo de perda esperada sobre o seu recebível e estima que haverá um aumento líquido de R\$ 56.594 em 31 de dezembro de 2017 (constituído por uma perda esperada no valor de R\$ 85.749, reduzida por tributos e contribuições diferidos de R\$ 29.155). O impacto líquido para 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 24.462 (constituído por uma perda esperada no valor de R\$ 37.063, reduzida por tributos e contribuições sociais diferidos de R\$ 12.601).

Os impactos demonstrados a seguir, foram calculados com base nos dados disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e refletem a melhor estimativa da Companhia com relação à expectativa de perda esperada dos seus ativos financeiros, quando da adoção desse novo pronunciamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------------|-----------------|
| Ativo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | - | - |
| Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas) (a) | - | - |
| Consumidores, revendedores e outros (b) | (68.723) | (70.415) |
| Contas a Receber - acordos (c) | (17.026) | 33.352 |
| Ativo financeiro setorial (a) | - | - |
| Cauções e depósitos vinculados (a) | - | - |
| Subtotal | (85.749) | (37.063) |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 29.155 | 12.601 |
| Total | (56.594) | (24.462) |

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------------|-----------------|
| Impacto líquido sobre o patrimônio líquido, incluindo | | |
| Lucros (prejuízos) acumulados | (56.594) | (24.462) |
| Total | (56.594) | (24.462) |

(a) Os saldos relacionados a (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Os investimentos em caixa e equivalentes de caixa são realizados com base em sua política de diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados. Desse modo, a perda esperada associada a esses ativos financeiros não é considerada material e será objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

A Companhia avaliou o impacto sobre a rubrica “Ativo financeiro setorial” e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme previsto no contrato de concessão.

Para os investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas), em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possui saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do respectivo valor justo, portanto não é necessária a constituição de uma perda esperada.

(b) A Companhia utilizou a abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber, cujos percentuais foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 24 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados utilizando a média histórica dos últimos 12 meses (por idade de vencimento). O aumento na perda esperada em 31 de dezembro de 2016 deve-se principalmente à diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (nota explicativa nº 5), estendendo a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada. A matriz de perda foi aplicada no saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, considerando as devidas idades de vencimento.

(c) O impacto sobre a rubrica “Contas a receber - acordos”, foi calculado com base no histórico de inadimplência e expectativa de recebimento dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O efeito positivo em 31 de dezembro de 2016, deve-se principalmente à política da Companhia, cujo montante total negociado era reconhecido como perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), se no momento da negociação, ao menos uma das faturas renegociadas já estivesse

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em PECLD. O efeito negativo em 2017 deve-se principalmente ao aumento do número de acordos, devido às ações da Companhia objetivando a redução e combate à inadimplência, tais como lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança (nota explicativa nº 6).

Hedge accounting

O CPC 48/IFRS 9 flexibilizou a aplicação de estratégia de *hedge accounting*. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como *hedge accounting* em 31 de dezembro de 2017 e 2016, portanto não espera nenhum impacto da adoção deste pronunciamento com relação a este aspecto.

- ICPC 21/IFRIC 22 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento, a Interpretação esclarece que, ao determinar a taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou resultado (ou parte dele) relacionado na baixa de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado a adiantamento de contraprestação, a data da transação será aquela em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação. Se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipados, a entidade deverá determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. A prática adotada pela Companhia está em linha com a Interpretação e, portanto, não espera nenhum efeito em suas demonstrações contábeis.

3.1.3 Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento). A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis e espera um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo. Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais serão reconhecidas através da despesa de depreciação do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (*covenants*) devido à adoção deste novo pronunciamento.

- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Impostos sobre o Lucro, visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, buscando mais transparência, consistência, comparabilidade das demonstrações contábeis e facilitando a análise dos investidores. Considera-se tratamento fiscal incerto qualquer procedimento contábil ou fiscal, adotado pela empresa na apuração do lucro tributável (lucro real ou base da contribuição social), prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, cálculo do imposto de renda ou contribuição social a pagar ou compensar, retenções na fonte e compensações que se questionado pela autoridade fiscal, poderá ser alterado, ocasionando aumento ou diminuição de ativos e passivos fiscais e diferidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis.

3.1.4 Pronunciamento com vigência ainda a ser definida pelos órgãos reguladores:

- CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria - Esse pronunciamento complementar o CPC 33 e tratará da contabilização e apresentação de informações pelo plano (Plano de Benefício de Aposentadoria, Plano de Contribuição Definida e Plano de Benefício Definido) a todos os participantes como um grupo.

A Companhia avaliará os potenciais impactos do pronunciamento em suas demonstrações contábeis assim que a versão final for emitida pelos órgãos reguladores.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa, refletindo a expectativa de realização neste prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado").

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e devem ser mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado no exercício registrado na rubrica de outros resultados abrangentes.

Uso de estimativas:

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, registradas como investimentos de curto prazo, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Caixa e equivalentes de caixa:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|------------------------|------|----------------|----------------|
| Numerário disponível | | 11.879 | 9.966 |
| Numerário em trânsito | 4.1 | 171.532 | 48.711 |
| CDB-DI | 4.2 | 125.872 | - |
| Operação compromissada | 4.2 | - | 140.096 |
| Total | | 309.283 | 198.773 |

Investimentos de curto prazo:

| | | 2017 | 2016 |
|------------------------|-----|----------------|------------------|
| CDB-DI | 4.2 | 253.409 | 363.552 |
| Operação compromissada | 4.2 | 36.200 | 504.301 |
| Fundo de investimento | | 2.385 | 1.005 |
| Total | | 291.994 | 868.858 |
| Total geral | | 601.277 | 1.067.631 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). O aumento foi ocasionado pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2017, que foram transferidas para a Companhia somente em janeiro de 2018. Em dezembro de 2016, as arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro foram transferidas para a Companhia no último dia útil do ano, conforme negociações com os bancos.
- 4.2 Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 97,44% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (98,38% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento, junto ao próprio emissor.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa: Está constituída com base nas prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas estão alinhados com os estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram registrados em perda são registrados a crédito na rubrica de “Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

| | | VALORES CORRENTES | | | | | | PECLD | Total 2017 |
|--|-----|-------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|--|-----------------|------------------|
| | | A vencer | Vencidos | | | | Total de consumidores, revendedores e outros | | |
| | | até 30 dias | até 90 dias | de 91 a 180 dias | de 181 a 360 dias | mais de 360 dias | | | |
| Nota | | | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| Consumidores - distribuição de energia: | | | | | | | | | |
| | | 364.047 | 359.952 | 59.683 | 1.322 | 904 | 785.908 | (63.064) | 722.844 |
| | | 58.226 | 39.493 | 5.783 | 5.693 | 3.637 | 112.832 | (3.717) | 109.115 |
| | 5.1 | 249.271 | 73.924 | 5.387 | 1.803 | 7.886 | 338.271 | (4.374) | 333.897 |
| | | 123 | 98 | 13 | 15 | 1 | 250 | - | 250 |
| | | 42.064 | 17.471 | 2.426 | 2.756 | 224 | 64.941 | (382) | 64.559 |
| | | 22.041 | 1.759 | 62 | 9 | 1 | 23.872 | (1) | 23.871 |
| | | 31.563 | 176 | 41 | 29 | 4 | 31.813 | (8) | 31.805 |
| | | 566 | 1.265 | 290 | 86 | 281 | 2.488 | (470) | 2.018 |
| | | 240 | - | - | - | - | 240 | - | 240 |
| | | 790.246 | - | - | - | - | 790.246 | - | 790.246 |
| | | 1.337 | 564 | 56 | 1.610 | 589 | 4.156 | - | 4.156 |
| Revendedores e outros: | | | | | | | | | |
| | | 8.526 | - | - | - | - | 8.526 | - | 8.526 |
| | | 22.567 | - | - | - | - | 22.567 | - | 22.567 |
| TOTAL - CIRCULANTE | | 1.590.817 | 494.702 | 73.741 | 13.323 | 13.527 | 2.186.110 | (72.016) | 2.114.094 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| Consumidores - distribuição de energia: | | | | | | | | | |
| | 5.2 | - | - | - | - | 26.679 | 26.679 | - | 26.679 |
| TOTAL - NÃO CIRCULANTE | | - | - | - | - | 26.679 | 26.679 | - | 26.679 |
| TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE | | 1.590.817 | 494.702 | 73.741 | 13.323 | 40.206 | 2.212.789 | (72.016) | 2.140.773 |

| | | VALORES CORRENTES | | | | | | PECLD | Total 2016 | |
|--|------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|--|------------------|------------------|------------------|
| | | A vencer | Vencidos | | | | Total de consumidores, revendedores e outros | | | |
| | | até 30 dias | até 90 dias | de 91 a 180 dias | de 181 a 360 dias | mais de 360 dias | | | | |
| CIRCULANTE | | Nota | | | | | | | | |
| Consumidores - distribuição de energia: | | | | | | | | | | |
| 5.1 | Residencial | | 316.978 | 334.760 | 67.246 | 5.326 | 3.026 | 727.336 | (79.010) | 648.326 |
| | Industrial | | 53.643 | 41.248 | 4.352 | 13.089 | 11.184 | 123.516 | (11.126) | 112.390 |
| | Comercial | | 213.949 | 65.788 | 7.804 | 5.500 | 9.870 | 302.911 | (9.388) | 293.523 |
| | Rural | | 93 | 68 | 1 | 3 | 5 | 170 | (1) | 169 |
| | Poderes públicos | | 35.845 | 18.992 | 2.651 | 1.522 | 154 | 59.164 | (176) | 58.988 |
| | Iluminação pública | | 19.287 | 2.656 | 334 | 116 | 1 | 22.394 | - | 22.394 |
| | Serviço público | | 45.918 | 194 | 492 | 1.064 | 748 | 48.416 | (1.892) | 46.524 |
| | Serviço cobráveis | | 464 | 926 | 391 | 65 | 330 | 2.176 | (697) | 1.479 |
| | Encargos de uso da rede | | 227 | - | - | - | - | 227 | - | 227 |
| | Fornecimento não faturado | | 745.137 | - | - | - | - | 745.137 | - | 745.137 |
| Participação financeira do consumidor | | 4.982 | 254 | 2 | 117 | 3.253 | 8.608 | - | 8.608 | |
| Revendedores e outros: | | | | | | | | | | |
| | Energia no curto prazo - CCEE | | 123.351 | - | - | - | - | 123.351 | - | 123.351 |
| | Ressarcimento - leilões de energia | | 4.082 | - | - | - | - | 4.082 | - | 4.082 |
| TOTAL - CIRCULANTE | | | 1.563.956 | 464.886 | 83.273 | 26.802 | 28.571 | 2.167.488 | (102.290) | 2.065.198 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | | | |
| Consumidores - distribuição de energia: | | | | | | | | | | |
| 5.2 | Iluminação pública | | - | - | - | - | 25.534 | 25.534 | - | 25.534 |
| | TOTAL - NÃO CIRCULANTE | | - | - | - | - | 25.534 | 25.534 | - | 25.534 |
| TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE | | | 1.563.956 | 464.886 | 83.273 | 26.802 | 54.105 | 2.193.022 | (102.290) | 2.090.732 |

- 5.1 Em outubro de 2014, um cliente da classe comercial promoveu ação judicial em face da Companhia e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP, questionando a incidência de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida. A partir de 2005, o cliente vem depositando judicialmente o valor integral das faturas de energia, ou seja, tanto a parcela controversa (ICMS discutido) como a incontroversa (energia consumida e demais itens faturados). Dessa forma, nenhuma PECLD foi constituída para o saldo incontroverso no montante de R\$ 5.408, que está vencido há mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2017. Atualmente, pende de decisão em 1ª instância um pedido apresentado pela Companhia, em setembro de 2017, para levantamento da parte incontroversa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 5.2 Referem-se a valores a receber de precatórios municipais corrigidos pelo índice de remuneração da poupança (TR). Naquilo que tange ao prazo para pagamento dos precatórios pendentes, o Projeto de Emenda Constitucional nº 212/2016, transformada na Emenda Constitucional nº 99/2017, alterou o artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, prorrogando o prazo final para pagamento dos precatórios de 2020 para 2024.

6. Contas a receber - acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

Uso de estimativas:

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa: A constituição é realizada pelo montante total em aberto do acordo quando a parcela mais antiga vencida atingir os prazos divulgados na nota explicativa nº 5 (conforme classe do consumidor). Os valores são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for igual ou superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente com o plano, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Consumidores | | 310.948 | 291.131 |
| Outros | | - | 755 |
| Subtotal | | 310.948 | 291.886 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | 7 | (169.735) | (201.872) |
| Saldo líquido de PECLD | | 141.213 | 90.014 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Consumidores | | 15.155 | 22.193 |
| Subtotal | | 15.155 | 22.193 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | 7 | (3.498) | (15.350) |
| Saldo líquido de PECLD | | 11.657 | 6.843 |
| Total circulante + não circulante | | 152.870 | 96.857 |

A Companhia executou durante o exercício de 2017 diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência, o que ocasionou um aumento do número de acordos. As principais ações foram: lançamento do portal de negociação, feirões de negociação, comunicação e negociação direta com o cliente através de agências de cobrança.

A abertura das contas a receber - acordos por vencimento é a seguinte:

| | Saldos vencidos | Saldos vencidos | | Total 2017 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias | |
| Consumidores | 150.297 | 44.846 | 130.960 | 326.103 |
| Subtotal | 150.297 | 44.846 | 130.960 | 326.103 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (31.178) | (13.358) | (128.697) | (173.233) |
| Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante | 119.119 | 31.488 | 2.263 | 152.870 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Saldos vencidos | Saldos vencidos | | Total 2016 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias | |
| Consumidores | 103.395 | 32.840 | 177.089 | 313.324 |
| Outros | - | - | 755 | 755 |
| Subtotal | 103.395 | 32.840 | 177.844 | 314.079 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (47.466) | (17.244) | (152.512) | (217.222) |
| Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante | 55.929 | 15.596 | 25.332 | 96.857 |

7. Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas estimadas é como segue:

| Rubricas de origem | Nota | Saldo inicial 31.12.2016 | Provisões | Reversões | Transferências | Perda | Saldo final 31.12.2017 |
|--------------------------------------|------|-----------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Consumidores | 5 | (102.290) | (317.787) | 147.194 | 131 | 200.736 | (72.016) |
| Contas a receber - acordos | 6 | (217.222) | (83.124) | 44.213 | - | 82.900 | (173.233) |
| Outros créditos - serviços prestados | 10 | (227) | (2.535) | 118 | - | 2.018 | (626) |
| Outros créditos | 10 | (2.628) | - | - | (131) | - | (2.759) |
| Total | | (322.367) | (403.446) | 191.525 | - | 285.654 | (248.634) |
| Circulante | | (307.017) | | | | | (245.136) |
| Não circulante | | (15.350) | | | | | (3.498) |
| Total | | (322.367) | | | | | (248.634) |

| Rubricas de origem | Nota | Saldo inicial 31.12.2015 | Provisões | Reversões | Transferências | Perda | Saldo final 31.12.2016 |
|--------------------------------------|------|-----------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Consumidores | 5 | (105.260) | (392.334) | 129.255 | (23.398) | 289.447 | (102.290) |
| Contas a receber - acordos | 6 | (175.178) | (140.251) | 65.416 | 23.398 | 9.393 | (217.222) |
| Outros créditos - serviços prestados | 10 | (621) | (3.105) | 587 | - | 2.912 | (227) |
| Outros créditos | 10 | - | (2.628) | - | - | - | (2.628) |
| Total | | (281.059) | (538.318) | 195.258 | - | 301.752 | (322.367) |
| Circulante | | (266.167) | | | | | (307.017) |
| Não circulante | | (14.892) | | | | | (15.350) |
| Total | | (281.059) | | | | | (322.367) |

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|------|------------------|------------------|
| Provisões | | (403.446) | (538.318) |
| Reversões | | 191.525 | 195.258 |
| Receita com recuperação de perdas | 7.1 | 41.238 | 34.049 |
| Despesa com PECLD | | (170.683) | (309.011) |

7.1 Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | | 2017 | 2016 |
|---|-------------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Contribuição social | | 6.003 | 3.834 |
| Imposto de renda | | 4.805 | 6.451 |
| Imposto de renda retido na fonte | | 21.318 | 24.267 |
| Total | | 32.126 | 34.552 |
| Outros tributos compensáveis | | | |
| | Nota | 2017 | 2016 |
| CIRCULANTE | | | |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | | 63.896 | 62.579 |
| ICMS - compra de créditos | | 7.695 | 5.193 |
| COFINS | 8.1 | 14.777 | 634 |
| PIS | 8.1 | 3.144 | 137 |
| Total | | 89.512 | 68.543 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | | 62.244 | 44.003 |
| Total | | 62.244 | 44.003 |
| Total | | 151.756 | 112.546 |

- 8.1 A Companhia em razão da resposta da Solução de Consulta nº 6.018 - SRRF06/DISIT publicada em maio de 2017, que expressamente reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre - ACL, da base de cálculo do PIS e da COFINS, registrou o montante de R\$ 200.979, atualizado até 31 de dezembro de 2017, relativo ao PIS e a COFINS sobre o ICMS-ST - Ambiente de Contratação Livre - ACL dos últimos 5 anos, sendo o montante de R\$ 157.616 em contrapartida ao resultado operacional (deduções da receita bruta) e R\$ 43.363 ao resultado financeiro (receitas financeiras - nota explicativa nº 26). A Companhia já utilizou o montante de R\$ 183.948 na compensação de tributos federais.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|------------------|------------------|
| Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 9.2 | 1.713.974 | 1.272.506 |
| Benefício fiscal do ágio incorporado | 9.3 | 255.304 | 280.034 |
| Total dos tributos e contribuições sociais diferidos | | 1.969.278 | 1.552.540 |

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

| | Balanco patrimonial | | Resultado | |
|--|---------------------|------------------|----------------|-----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Tributos diferidos ativos: | | | | |
| Provisão de benefício a empregados | 283.995 | 297.196 | (13.201) | (22.086) |
| Provisão para processos judiciais e outros | 156.970 | 183.621 | (26.651) | (4.975) |
| Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras | 509.707 | - | 509.707 | - |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | 84.536 | 109.605 | (25.069) | 14.045 |
| Provisão para materiais e serviços | 18.397 | 13.890 | 4.507 | (7.834) |
| Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes) | 836.016 | 839.126 | - | - |
| Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa | 158.732 | 86.541 | 72.191 | 32.634 |
| Créditos tributários sobre ágio na incorporação | 331.090 | 413.863 | (82.773) | 23.000 |
| Diferença na taxa de depreciação/amortização | 73.762 | 80.787 | (7.025) | (7.025) |
| Alienação de imóvel | - | - | - | 20.554 |
| Outros | 17.458 | 19.535 | (2.077) | (8.571) |
| Total dos tributos diferidos ativos | 2.470.664 | 2.044.164 | 429.610 | 39.742 |
| Tributos diferidos passivos: | | | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia | (502.877) | (540.980) | 38.103 | 37.843 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | (184.234) | (166.584) | (17.650) | (48.238) |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | (53.138) | (48.877) | (4.261) | (5.635) |
| Outros | (16.441) | (15.217) | (1.224) | (147) |
| Total dos tributos diferidos passivos | (756.690) | (771.658) | 14.968 | (16.177) |
| Ativo fiscal diferido, líquido | 1.713.974 | 1.272.506 | | |
| | | | 444.578 | 23.565 |
| Realização do benefício fiscal do ágio incorporado | | | (24.730) | - |
| Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos | | | 419.848 | 23.565 |

9.3 Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"), oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alterada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

| | 2017 | | | 2016 |
|--|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | Ágio | Provisão | Valor líquido | Valor líquido |
| AES Elpa | | | | |
| Saldo oriundo da incorporação | 515.570 | (340.275) | 175.295 | 175.294 |
| Amortização acumulada | (45.946) | 30.324 | (15.622) | - |
| Subtotal | 469.624 | (309.951) | 159.673 | 175.294 |
| Brasiliara Participações | | | | |
| Saldo oriundo da incorporação | 308.058 | (203.319) | 104.739 | 104.740 |
| Amortização acumulada | (26.788) | 17.680 | (9.108) | - |
| Subtotal | 281.270 | (185.639) | 95.631 | 104.740 |
| Total do benefício fiscal do ágio incorporado | 750.894 | (495.590) | 255.304 | 280.034 |

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Desse benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta “Reserva especial de ágio”, no patrimônio líquido (nota explicativa nº 21.4.2). Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Vale ressaltar que a amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$ 13.288 em 31 de dezembro de 2017.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 1.552.540 | 438.191 |
| Impacto no resultado | 419.848 | 23.565 |
| Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes) | (3.110) | 419.887 |
| Impacto no patrimônio líquido (Reserva especial de ágio na incorporação) | - | 670.897 |
| Saldo final | 1.969.278 | 1.552.540 |

9.5 Expectativa de realização:

Uso de estimativas:

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| Expectativa de realização: | Tributos e contribuições sociais diferidos ativos | Benefício fiscal do ágio incorporado | Total |
|----------------------------|---|--------------------------------------|------------------|
| 2018 | 109.194 | 24.730 | 133.924 |
| 2019 | 178.112 | 24.730 | 202.842 |
| 2020 | 217.726 | 24.730 | 242.456 |
| 2021 | 281.108 | 24.730 | 305.838 |
| 2022 | 224.781 | 24.730 | 249.511 |
| 2023-2028 | 1.459.743 | 131.654 | 1.591.397 |
| Total | 2.470.664 | 255.304 | 2.725.968 |

O estudo técnico de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia foi examinado pelo Conselho Fiscal em 07 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018.

As premissas utilizadas para o estudo técnico estão detalhadas na nota explicativa nº 11.2.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

| | Nota | 2017 | 2016 |
|---|-----------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP | | 61.018 | 64.709 |
| Cauções e depósitos vinculados | 10.1 | 55.189 | 2.955 |
| Valores a receber da alienação de bens e direitos | | 6.336 | 6.303 |
| Bens e direitos destinados a alienação | 10.2 | 6.279 | - |
| Serviços prestados | | 2.239 | 3.187 |
| Repasso CDE | 10.3 | 68.646 | 198.281 |
| Outros créditos - partes relacionadas | 28.1 | 168 | 928 |
| Adiantamentos | | 4.841 | 7.740 |
| Ressarcimento - acordos bilaterais | 10.4 | 41.029 | - |
| Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas | 10.4/28.1 | 4.922 | - |
| Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT | 10.5 | 59.767 | - |
| Cobrança contratual - empreiteiras | 10.6 | 7.560 | - |
| Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas | 10.6/28.1 | 803 | - |
| Outros | | 31.015 | 10.591 |
| Subtotal | | 349.812 | 294.694 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - serviços prestados | 7 | (626) | (227) |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - outros créditos | 7 | (2.759) | (2.628) |
| Total | | 346.427 | 291.839 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Valores a receber da alienação de bens e direitos | | 447 | 3.129 |
| Bens e direitos destinados à alienação | 10.2 | - | 38.279 |
| Financiamento à CESP | | 7.163 | 7.057 |
| Cauções contratuais - venda de imóveis | | 13.439 | 12.315 |
| Ressarcimento - acordos bilaterais | 10.4 | 3.231 | - |
| Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas | 10.4/28.1 | 411 | - |
| Cobrança contratual - empreiteiras | 10.6 | 7.841 | - |
| Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas | 10.6/28.1 | 670 | - |
| Seguro garantia judicial | | 11.793 | - |
| Outros | | 1.767 | 6.416 |
| Total | | 46.762 | 67.196 |

- 10.1 A Companhia deve disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento, o montante a pagar aos fornecedores de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia disponibilizou o montante de R\$ 54.141, relacionado às faturas com vencimento em 31 de dezembro de 2017. A efetivação do pagamento, para esse vencimento, ocorreu no início de janeiro de 2018.
- 10.2 A Companhia reavaliou o saldo de bens e direitos destinados a alienação e identificou terrenos que, mesmo com os esforços de venda mantidos, possuem a expectativa de realização superior a 3 anos. Desta forma, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 32.000 para a rubrica de investimentos. A classificação para bens e direitos destinados a alienação somente ocorrerá mediante premissas mais consistentes, como assinatura de compromisso de compra e venda. O montante de R\$ 6.279 foi reclassificado para o ativo circulante referente aos ativos que já possuem compromisso de venda assinados. A Companhia entende que essa reclassificação possibilita uma análise mais objetiva sobre as alienações de imóveis.
- 10.3 Conforme homologado pela ANEEL no Reajuste Tarifário de 2017, a Companhia efetuou a compensação dos créditos de repasse CDE - Descontos na tarifa no montante de R\$ 252.498, com os encargos a pagar de CDE (nota explicativa nº 19), relativo às competências de abril de 2016 a março de 2017. Vale ressaltar que a compensação financeira é realizada mensalmente desde 2015, quando a Companhia obteve liminar judicial sobre a matéria. Contudo, a Companhia registra contabilmente essa compensação somente após a homologação da ANEEL, a cada processo tarifário. A partir da competência de abril de 2017, os repasses da CDE são de responsabilidade da CCEE, conforme

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

determinado no despacho ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017. O saldo de R\$ 68.646 compreende R\$ 7.187 cujo recebimento será no próximo reajuste tarifário a partir de julho de 2018 e o valor de R\$ 61.459 compreende as competências de novembro e dezembro de 2017, cujo recebimento é esperado para fevereiro de 2018.

- 10.4 Referem-se aos ressarcimentos de geradores que firmaram acordos bilaterais com a Companhia para redução de contratos, em conformidade à Resolução Normativa ANEEL nº 711 de 2016. Esses valores consistem nas compensações financeiras efetuadas pelos geradores, pelo ônus tarifário que a Companhia assume quando da homologação dos acordos bilaterais. Os recebimentos são realizados em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela SELIC, com prazo de recebimento até janeiro de 2019 (nota explicativa nº 23).
- 10.5 Refere-se ao montante a receber da CCRBT da competência de novembro, recebido em janeiro de 2018 e dezembro de 2017, recebido em fevereiro de 2018 (nota explicativa nº 23).
- 10.6 Refere-se ao valor a receber de empreiteiras devido às faltas de materiais identificadas nos inventários realizados nos depósitos das mesmas. Os contratos firmados com estas empresas definem, em cláusula específica, que as mesmas são a “Fiel Depositária” dos materiais e as faltas identificadas nos processos de inventário devem ser ressarcidas à Companhia. Os valores a receber serão parcelados (média de 24 parcelas) com o primeiro vencimento a partir de fevereiro de 2018. Os valores serão corrigidos mensalmente pela Selic. Os valores reconhecidos em 2017 foram registrados em recuperação de despesas - outras despesas operacionais (nota explicativa nº 25).

11. Contratos de concessão público - privado

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios sobre o investimento realizado, os quais são incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

| | Nota | 2017 | 2016 |
|---|------|------------------|------------------|
| Ativo financeiro | | | |
| Ativo financeiro da concessão | 11.1 | 3.011.833 | 2.386.192 |
| Intangível | | | |
| Ativo intangível da concessão | 11.2 | 5.082.459 | 5.189.333 |
| Total dos contratos de concessão público - privado | | 8.094.292 | 7.575.525 |

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em maio de 2017, a Companhia solicitou a recomposição dos desequilíbrios econômicos no ciclo tarifário. As perdas tratadas referem-se à trajetória de repasse tarifário de custos operacionais, Fundação CESP e perda de mercado desde a Revisão Tarifária de 2015. As tratativas podem culminar na assinatura de um novo Aditivo ao Contrato de Concessão. O processo continua em fase de instrução na ANEEL.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2019.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do valor novo de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado através da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Dessa forma, nenhuma perda para redução ao provável valor de recuperação é necessária.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|-----------|-----------|
| Saldo inicial | | 2.386.192 | 2.004.798 |
| Transferência - ativo intangível em curso | 11.2 | 581.559 | 244.386 |
| Baixas | 25 | (7.830) | (4.867) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | 23 | 51.912 | 141.875 |
| Saldo final | | 3.011.833 | 2.386.192 |

11.2 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 12,8% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (17% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada. Para os ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, a Companhia efetua o teste anualmente.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

As principais premissas usadas são como segue:

- Receitas - são projetadas com base no modelo tarifário vigente e performance do mercado da área de concessão da Companhia e leva em consideração:
 - a. Projeção Mercado: expectativa de crescimento do PIB do Brasil e da área de concessão da Companhia, renda e performance da atividade comercial e industrial do Estado de São Paulo; novas conexões de clientes solicitadas à Companhia;
 - b. Projeção Tarifa: repasse dos custos com compra, venda e transmissão de energia; encargos setoriais e tributos; inflação; qualidade e produtividade; reconhecimento dos investimentos; dentre outros.
- Custos e despesas operacionais - são projetados com base no modelo tarifário vigente e performance do mercado da área de concessão da Companhia e leva em consideração:
 - a. Custos com Energia Elétrica: repasse dos custos com compra, venda e transmissão de energia; encargos setoriais e tributos; projetados com base na perspectiva da performance de mercado, hidrologia, contratos celebrados pela Companhia e inflação, dentre outros;
 - b. Custos e despesas operacionais: custos e despesas associadas a operação e administração, que levam em consideração o crescimento do mercado, inflação do período, obras e atividades previstas para o período e pela quantidade física, valor unitário e média histórica dependendo da natureza do gasto, dentre outros. Dentre este grupo, destaca-se o Programa de Produtividade da Companhia que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

visa: (i) recuperação de indicadores de qualidade, incluindo, com base no novo nível de investimentos, redes inteligentes, digitalização de processos; (ii) gerenciamento da receita, com o desenvolvimento de sistema para antecipar o comportamento dos consumidores, levar inteligência ao processo e transformação do leiturista em agente comercial; e (iii) eficiência como resultado de maior produtividade e investimentos realizados na rede.

- Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços com qualidade e confiabilidade operacional.
- Período de projeção - até 2028, pois considera o término do contrato de concessão, celebrado pela Companhia em 1998 com o Poder Concedente.
- Período de extrapolação após 2022: (i) Índices macroeconômicos (PIB, SELIC, TJLP, IGPM, etc.): último índice disponibilizado pelo relatório Focus ou relatório macroeconômico disponibilizado por bancos comerciais; (ii) Custos e despesas operacionais: Inflação e exclusão de eventos não recorrentes; (iii) Investimentos: reposição da depreciação regulatória; (iv) Mercado: PIB, (v) Custo de energia: Compatível com crescimento de mercado, inflação e preço do último leilão contratado.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

| <u>Ativo intangível da concessão</u> | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Ativo intangível - custo | 7.912.545 | 7.716.782 |
| Amortização acumulada | (2.830.086) | (2.527.449) |
| Total do ativo intangível da concessão | 5.082.459 | 5.189.333 |

O saldo do intangível refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| Nota | Em curso | | Em serviço | | Ativo intangível | Amortização acumulada | Total do ativo intangível da concessão |
|--|------------|--------------------------|------------|--------------------------|------------------|-----------------------|--|
| | Intangível | (-) Obrigações especiais | Intangível | (-) Obrigações especiais | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 603.276 | (72.068) | 7.592.851 | (789.989) | 7.334.070 | (2.175.692) | 5.158.378 |
| Adições | 869.971 | (101.438) | 12.513 | - | 781.046 | (522.909) | 258.137 |
| Baixas | - | - | (153.948) | - | (153.948) | 122.979 | (30.969) |
| Amortização de obrigações especiais | - | - | - | - | - | 48.173 | 48.173 |
| Transferências | (412.367) | 29.441 | 412.367 | (29.441) | - | - | - |
| Transferências para o ativo financeiro | (280.645) | 36.259 | - | - | (244.386) | - | (244.386) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 780.235 | (107.806) | 7.863.783 | (819.430) | 7.716.782 | (2.527.449) | 5.189.333 |
| Adições | 1.113.544 | (115.618) | 12.477 | - | 1.010.401 | (555.562) | 454.839 |
| Baixas | - | - | (233.080) | - | (233.079) | 202.377 | (30.702) |
| Amortização de obrigações especiais | - | - | - | - | - | 50.548 | 50.548 |
| Transferências | (595.474) | 34.829 | 595.474 | (34.829) | - | - | - |
| Transferências para o ativo financeiro | (632.498) | 50.938 | - | - | (581.559) | - | (581.559) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 665.807 | (137.657) | 8.238.654 | (854.259) | 7.912.545 | (2.830.086) | 5.082.459 |

O saldo do ativo intangível em serviço, incluindo obrigações especiais, líquido das respectivas amortizações acumuladas, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 4.554.309 e será amortizado até o final da concessão conforme demonstrado a seguir:

| Total a amortizar | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 a 2028 |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|
| 4.554.309 | 519.908 | 507.143 | 496.017 | 477.013 | 443.403 | 2.110.825 |

As novas adições serão amortizadas considerando as taxas previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, Resolução ANEEL nº 674/15. As taxas médias dos exercícios foram 3,82% em 2017 e 3,83% em 2016.

12. Ativo e passivo financeiro setorial

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia. Com o advento do referido aditivo do contrato de concessão, foram eliminadas eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização dos ativos e passivos financeiros setoriais. Dessa forma, a Companhia reconhece desde dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis de acordo com o OCPC 08.

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Eletropaulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição, movimentação dos saldos e a composição por ciclo tarifário estão demonstradas da seguinte forma:

| | Nota | Saldos em 31.12.2016 | Diferimentos | Amortização | Recebimento bandeiras tarifárias (i) | Atualização monetária | Reclassificações | Saldos em 31.12.2017 | Valores em constituição | Valores em amortização | Circulante | Não Circulante |
|---|------|-------------------------|------------------|----------------|--|--------------------------|------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|---------------|-------------------|
| Ativos e passivos financeiros setoriais | | | | | | | | | | | | |
| Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA | | 122.408 | 1.218.288 | 39.684 | (976.399) | (38.425) | (39.951) | 325.605 | 759.001 | (433.396) | (65.179) | 390.784 |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | | 978.176 | 413.832 | (865.634) | - | 54.001 | (109.630) | 470.745 | 331.505 | 139.240 | 304.992 | 165.753 |
| Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | | 24.608 | (21.966) | (12.740) | - | (557) | - | (10.655) | (365) | (10.290) | (10.473) | (182) |
| Transporte de energia pela rede básica | | 29.703 | 56.040 | (27.651) | - | 3.224 | - | 61.316 | 46.602 | 14.714 | 38.015 | 23.301 |
| Transporte de energia elétrica - Itaipu | | 5.774 | 12.922 | (4.926) | - | 612 | - | 14.382 | 11.749 | 2.633 | 8.508 | 5.874 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | | 42.094 | (250.505) | (44.663) | - | (21.131) | (49.781) | (323.986) | (118.531) | (205.455) | (264.721) | (59.265) |
| Custos de Aquisição de Energia | 12.4 | (581.210) | 1.767.401 | 713.028 | (976.399) | (36.882) | 75.141 | 961.079 | 1.109.912 | (148.833) | 394.840 | 566.239 |
| Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER | 12.6 | (376.737) | (759.436) | 282.270 | - | (37.692) | 44.319 | (847.276) | (621.871) | (225.405) | (536.340) | (310.936) |
| Demais ativos e passivos financeiros setoriais | | (391.067) | (143.282) | 101.462 | - | (27.760) | 39.951 | (420.696) | (688.699) | 268.003 | 83.467 | (504.163) |
| Neutralidade da Parcela A | | 200.408 | 82.304 | (196.992) | - | 7.027 | - | 92.747 | (1.640) | 94.387 | 93.567 | (820) |
| Sobrecontratação de energia | | 96.475 | (92.338) | 4.241 | - | 9.106 | (582) | 16.902 | (105.706) | 122.608 | 69.755 | (52.853) |
| Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015 | | (416.222) | - | 347.110 | - | (15.740) | 84.852 | - | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP | 12.1 | (206.142) | (88.760) | - | - | (24.724) | - | (319.626) | (319.626) | - | - | (319.626) |
| Fator Xq - Devolução tarifária | 12.2 | (61.333) | 55.733 | - | - | 5.600 | - | - | - | - | - | - |
| Devolução do ajuste tarifário de Angra III | 12.3 | - | 175.130 | (66.917) | - | 3.022 | (44.319) | 66.916 | - | 66.916 | 66.916 | - |
| Risco hidrológico | 12.5 | - | (226.608) | - | - | (3.408) | - | (230.016) | (230.016) | - | (115.008) | (115.008) |
| Outros | | (4.253) | (48.743) | 14.020 | - | (8.643) | - | (47.619) | (31.711) | (15.908) | (31.763) | (15.856) |
| Total | | (268.659) | 1.075.006 | 141.146 | (976.399) | (66.185) | - | (95.091) | 70.302 | (165.393) | 18.288 | (113.379) |
| Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido | | | | | | | | | | | | |

- (i) O montante de R\$ 976.399 contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017, quando da homologação pela ANEEL, e as competências de janeiro a dezembro de 2017 (nota explicativa nº 23).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Saldos em 31.12.2015 | Diferimentos | Amortização | Recebimento bandeiras tarifárias | Atualização monetária | Transferências | Reclassificações | Saldos em 31.12.2016 | Valores em constituição | Valores em amortização | Circulante | Não Circulante |
|---|------|-------------------------|------------------|------------------|--|--------------------------|------------------|------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|------------------|------------------|
| Ativos e passivos financeiros setoriais | | | | | | | | | | | | | |
| Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA | | 2.577.364 | (858.765) | (1.385.746) | (497.151) | 169.018 | 117.688 | - | 122.408 | (439.014) | 561.422 | 339.874 | (217.466) |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | | 1.142.365 | 495.732 | (844.355) | - | 193.626 | (9.192) | - | 978.176 | 167.963 | 810.213 | 894.195 | 83.981 |
| Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | | (5.864) | 44.170 | (17.955) | - | 4.257 | - | - | 24.608 | 755 | 23.853 | 24.231 | 377 |
| Transporte de energia pela rede básica | | 33.218 | 21.178 | (27.969) | - | 3.276 | - | - | 29.703 | 16.958 | 12.745 | 21.224 | 8.479 |
| Transporte de energia elétrica - Itaipu | | 7.182 | 4.319 | (6.411) | - | 684 | - | - | 5.774 | 3.140 | 2.634 | 4.204 | 1.570 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | | 1.075.181 | (505.504) | (543.398) | - | 63.482 | (47.667) | - | 42.094 | (223.672) | 265.766 | 153.930 | (111.836) |
| Custos de Aquisição de Energia | | 549.900 | (761.393) | (239.687) | (227.700) | (76.877) | 174.547 | - | (581.210) | (96.102) | (485.108) | (535.200) | (46.010) |
| Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER | | (224.618) | (157.267) | 294.029 | (269.451) | (19.430) | - | - | (376.737) | (308.056) | (68.681) | (222.710) | (154.027) |
| Demais ativos e passivos financeiros setoriais | | (1.236.464) | 278.485 | 830.810 | - | (121.043) | (117.688) | (25.167) | (391.067) | 47.507 | (438.574) | (295.631) | (95.436) |
| Neutralidade da Parcela A | | 112.431 | 190.388 | (112.647) | - | 10.236 | - | - | 200.408 | 97.802 | 102.606 | 151.507 | 48.901 |
| Sobrecontratação de energia | | (270.813) | 181.375 | 366.261 | - | (7.145) | (173.203) | - | 96.475 | 223.324 | (126.849) | (15.081) | 111.556 |
| Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015 | | (952.454) | 12 | 579.036 | - | (98.331) | 55.515 | - | (416.222) | - | (416.222) | (416.222) | - |
| Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP | 12.1 | (87.629) | (92.316) | - | - | (26.197) | - | - | (206.142) | (206.142) | - | - | (206.142) |
| Fator Xq - Devolução tarifária | 12.2 | (58.100) | 2.367 | - | - | 437 | - | (6.037) | (61.333) | (61.333) | - | (14.654) | (46.679) |
| Outros | | 20.101 | (3.341) | (1.840) | - | (43) | - | (19.130) | (4.253) | (6.144) | 1.891 | (1.181) | (3.072) |
| Total | | 1.340.900 | (580.280) | (554.936) | (497.151) | 47.975 | - | (25.167) | (268.659) | (391.507) | 122.848 | 44.243 | (312.902) |
| Ativo (passivo) financeiro setorial, líquido | | | | | | | | | | | | | |

12.1 Referem-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP). Este montante será subtraído da Parcela B na próxima revisão tarifária da Companhia.

12.2 No final de 2015, a Companhia constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, havendo a necessidade de reprocessamento destes indicadores e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador. Como consequência, a Companhia registrou uma provisão de devolução tarifária do Fator Xq, entendendo que esse reprocessamento resultasse no recálculo do componente do Fator Xq, tal como já havia ocorrido com outras distribuidoras até o momento.

No entanto, conforme homologado no Reajuste Tarifário de 2017, a solicitação da Companhia para o recálculo do componente do Fator Xq não foi aprovada pela ANEEL. O recálculo do componente do Fator Xq, motivado pelo reprocessamento dos indicadores DEC e FEC, estava explicitamente determinado para as distribuidoras que estão no 3º ciclo de revisão. Para as distribuidoras que estão no 4º ciclo de revisão tarifária, como é o caso da Companhia, não há determinação explícita no Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) sobre o recálculo do Fator Xq. Em 27 de junho de 2017, a decisão da Diretoria da ANEEL foi por não recalculer o Fator Xq. Dessa forma, a Companhia reverteu o montante de R\$ 61.333 provisionado em 31 de dezembro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 12.3 Em 28 de março de 2017, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.214/2017, republicar as tarifas de energia das distribuidoras, com o objetivo de excluir da cobertura tarifária relativa ao Encargo de Energia de Reserva (EER) os custos correspondentes à contratação da usina de Angra III no ano de 2016.

O procedimento de devolução foi implementado em duas etapas. Na primeira etapa, válida para o consumo de energia elétrica no mês de abril de 2017, além da exclusão da tarifa dos custos de Angra III no mês, houve também a reversão do montante de custos da usina de Angra III incluídos nas tarifas vigentes desde o processo tarifário anterior, atualizado pela SELIC. Na segunda etapa, válida de 01 de maio de 2017 até o Reajuste Tarifário de 2017 (4 de julho de 2017), foram excluídos da tarifa os custos da usina de Angra III, sem efeitos retroativos. Como os custos previstos da usina de Angra III não integraram os montantes de EER cobrados das distribuidoras, mas foi prevista cobertura tarifária no último Reajuste Tarifário, a Companhia constituiu um passivo financeiro setorial referente a estes montantes.

Com a devolução tarifária antecipada dos custos de Angra III, a Companhia teve como contrapartida o registro de um ativo financeiro setorial no mesmo montante do passivo financeiro setorial anteriormente registrado, não gerando, portanto, efeitos em seu resultado. Os efeitos da devolução tarifária de abril de 2017 retroativos desde o Reajuste Tarifário de 2016 foram incluídos nas tarifas homologadas pela ANEEL no Reajuste Tarifário de 2017 da Companhia.

- 12.4 Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica, e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob Cotas de Garantia Física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o Risco Hidrológico. Diante desses fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de dezembro de 2017, e consequentemente um montante que deverá ser ressarcido pelos consumidores.

- 12.5 No início de 2017, a ANEEL instaurou a Audiência Pública nº 04/2017, com o intuito de atualizar o Submódulo 4.4 do PRORET (Demais Componentes Financeiros) e dar tratamento tarifário para a previsão do risco hidrológico.

De acordo com a revisão de tal submódulo, foi previsto que nos processos tarifários das distribuidoras de 2017 seria considerado um componente financeiro referente a uma previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e que firmaram Termo de Repactuação de Risco em conformidade com a Lei nº 13.203/2015.

Dessa forma, a Companhia teve reconhecido no seu reajuste tarifário de 2017 um componente financeiro referente a essa antecipação, no valor de R\$ 473.072. Conforme entendimento da ANEEL, resultado da audiência pública nº 4/2017, a previsão de risco hidrológico possui natureza de CVA de compra de energia. Dessa maneira, a reversão da previsão seguirá o modelo de saldo a compensar da CVA de compra de energia, ou seja, efetuada de acordo com o mercado faturado deste componente e atualizado por SELIC. Cabe destacar que a referência para o cálculo da remuneração financeira corresponde à data do último dia útil de cada mês.

- 12.6 O aumento do diferimento passivo da CVA de ESS, foi impactado principalmente pelo aumento do PLD, que ocasiona menor despacho térmico fora da ordem de mérito (com aumento do PLD ocorre maior despacho dentro da ordem de mérito), e maior recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER) no montante de R\$ 309.647- nota explicativa nº 24.3. Devido a esses fatores, a cobertura tarifária foi superior ao custo, gerando um saldo a devolver ao consumidor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Itaipu | | 365.593 | 314.994 |
| Energia curto prazo - CCEE | 13.1 | 418.772 | 175.046 |
| Suprimento de energia elétrica | | 493.031 | 473.297 |
| Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas | 28.1 | - | 4.920 |
| Energia livre | 13.2 | 105.583 | 96.099 |
| Encargos de uso de rede elétrica | | 130.475 | 94.162 |
| Total energia | | 1.513.454 | 1.158.518 |
| Materiais e serviços | | 276.264 | 303.724 |
| Materiais e serviços - partes relacionadas | 28.1 | - | 6.012 |
| Total Fornecedores | | 1.789.718 | 1.468.254 |

13.1 O saldo a pagar no âmbito da CCEE refere-se basicamente ao risco hidrológico de quotas e Itaipu. Conforme explicado na nota explicativa nº 12.4, o aumento do saldo a pagar de risco hidrológico, assim como dos CCEARs está atribuído ao cenário hidrológico desfavorável.

13.2 A energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002.

A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. A ANEEL por meio dos despachos nº 2.517/10 e nº 1.072/11 determinou os saldos de Energia Livre devido pela Companhia. A ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, na qualidade de representante de suas associadas, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.072/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Dessa forma, os pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão final do referido mandado de segurança. O saldo a pagar é atualizado mensalmente pela SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:

CIRCULANTE

| | 2017 | 2016 |
|---------------------|----------|--------------|
| Imposto de renda | - | 1.932 |
| Contribuição social | - | 695 |
| Total | - | 2.627 |

Outros tributos a pagar:

CIRCULANTE

Tributos Federais

| | | |
|----------------------------|---------------|----------------|
| PIS | 13.255 | 31.961 |
| COFINS | 61.052 | 138.062 |
| INSS | 11.305 | 10.058 |
| IRRF | 562 | 556 |
| Outros | 7.765 | 7.058 |
| Subtotal - Federais | 93.939 | 187.695 |

Tributos Estaduais

| | | |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| ICMS | 357.199 | 335.825 |
| Subtotal - Estaduais | 357.199 | 335.825 |

Tributos Municipais

| | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| ISS | 1.814 | 1.331 |
| Subtotal - Municipais | 1.814 | 1.331 |

Total - Outros tributos a pagar

| | |
|----------------|----------------|
| 452.952 | 524.851 |
|----------------|----------------|

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No exercício findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) por não ter apurado lucro tributável, efetuando somente pagamentos relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 15.656.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

| | | | 2017 | | | | | | | | |
|--|------------|-----------------------------|---------------|-----------|-----------------------|-----------|----------------|-----------------------|-----------|--------------------------------|--------|
| | | | Circulante | | | | Não Circulante | | | Total | |
| | Vencimento | Taxa efetiva a.a (%)(ii) | Encargos | Principal | Custos a amortizar | Total | Principal | Custos a amortizar | Total | Circulante + Não Circulante | |
| Moeda nacional | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | | | | | | | |
| FINEP 1 ⁽ⁱ⁾ - b.6 | 2020 | 4,00 | 23 | 5.604 | - | 5.627 | 6.904 | - | 6.904 | 12.531 | |
| FINEP 2 ⁽ⁱ⁾ - a.6 e b.6 | 2024 | TJLP+5,00 | 199 | 10.060 | - | 10.259 | 64.876 | - | 64.876 | 75.135 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7 | 2019 | CDI+4,12 | 5.534 | 120.000 | (4.060) | 121.474 | 60.000 | (1.414) | 58.586 | 180.060 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12 | 2020 | CDI+4,02 | 824 | 18.667 | (312) | 19.179 | 37.334 | (251) | 37.083 | 56.262 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II) - a.2 | 2020 | CDI+5,88 | 604 | 13.666 | (719) | 13.551 | 27.334 | (582) | 26.752 | 40.303 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - SAFRA - a.5 | 2018 | CDI+2,97 | 206 | 200.000 | (785) | 199.421 | - | - | - | 199.421 | |
| FINEM - Subcrédito A - b.8 | 2021 | TJLP+5,00 | 159 | 11.313 | (207) | 11.265 | 25.453 | (210) | 25.243 | 36.508 | |
| FINEM - Subcrédito B - b.8 | 2021 | SELIC+4,85 | 73 | 14.941 | (212) | 14.802 | 33.617 | (328) | 33.289 | 48.091 | |
| FINEM - Subcrédito C - b.8 | 2021 | 10,31 | 66 | 5.130 | (94) | 5.102 | 11.543 | (94) | 11.449 | 16.551 | |
| FINEM - Subcrédito D - b.8 | 2021 | TJLP | 1 | 192 | - | 193 | 432 | - | 432 | 625 | |
| FINEM - Subcrédito E - b.8 | 2021 | SELIC+3,82 | 23 | 5.513 | (78) | 5.458 | 12.404 | (121) | 12.283 | 17.741 | |
| FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11 | 2022 | TJLP+4,70 | 220 | 12.612 | (231) | 12.601 | 38.886 | (344) | 38.542 | 51.143 | |
| FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11 | 2022 | SELIC+4,77 | 88 | 14.803 | (257) | 14.634 | 45.644 | (400) | 45.244 | 59.785 | |
| FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11 | 2022 | SELIC+4,77 | 27 | 4.471 | (78) | 4.420 | 13.785 | (121) | 13.664 | 18.084 | |
| FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11 | 2022 | 10,15 | 68 | 4.193 | (78) | 4.183 | 12.929 | (113) | 12.816 | 16.999 | |
| Notas promissórias - 3ª emissão - a.1 | 2021 | CDI+3,37 | 9.965 | 9.090 | (400) | 18.655 | 86.365 | (472) | 85.893 | 104.548 | |
| Outros | | | 275 | - | - | 275 | - | - | - | 275 | |
| Total - Empréstimos e financiamentos | | | 18.355 | 450.255 | (7.511) | 461.099 | 477.506 | (4.450) | 473.056 | 934.155 | |
| Debêntures: | | | | | | | | | | | |
| Debêntures - 9ª emissão - b.1 | 2018 | CDI+4,94 | 455 | 14.667 | (360) | 14.762 | - | - | - | 14.762 | |
| Debêntures - 11ª emissão - b.2 | 2018 | CDI+3,86 | 1.352 | 100.000 | (1.833) | 99.519 | - | - | - | 99.519 | |
| Debêntures - 13ª emissão - b.3 | 2020 | CDI+3,84 | 2.076 | 80.000 | (3.167) | 78.909 | 120.000 | (2.043) | 117.957 | 196.866 | |
| Debêntures - 14ª emissão - b.4 | 2021 | CDI+2,62 | 4.364 | 60.000 | (5.406) | 58.958 | 540.000 | (10.549) | 529.451 | 588.409 | |
| Debêntures - 15ª emissão - b.5 | 2018 | CDI+6,13 | 649 | 35.110 | (1.343) | 34.416 | - | - | - | 34.416 | |
| Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9 | 2022 | CDI+3,06 | 3.860 | 38.080 | (255) | 41.685 | 152.400 | (516) | 151.884 | 193.569 | |
| Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9 | 2022 | CDI+3,07 | 3.860 | 38.080 | (273) | 41.667 | 152.400 | (552) | 151.848 | 193.515 | |
| Debêntures - 19ª emissão - b.10 | 2021 | CDI+4,11 | 8.882 | 71.104 | (2.180) | 77.806 | 177.792 | (2.874) | 174.918 | 252.724 | |
| Debêntures - 20ª emissão - a.3 | 2021 | 128% do CDI | 12.442 | 70.000 | (4.206) | 78.236 | 630.000 | (7.849) | 622.151 | 700.387 | |
| Debêntures - 21ª emissão - a.4 | 2022 | CDI+3,42 | 9.672 | - | (902) | 8.770 | 271.000 | (2.563) | 268.437 | 277.207 | |
| Total - Debêntures | | | 47.612 | 507.041 | (19.925) | 534.728 | 2.043.592 | (26.946) | 2.016.646 | 2.551.374 | |
| Arrendamento financeiro - c | | | 13,39 à 39,97 | - | 30.616 | - | 30.616 | 52.867 | - | 52.867 | 83.483 |
| Total - Arrendamento financeiro | | | | - | 30.616 | - | 30.616 | 52.867 | - | 52.867 | 83.483 |
| Total da dívida | | | | | | | | | | | |
| | | | 65.967 | 987.912 | (27.436) | 1.026.443 | 2.573.965 | (31.396) | 2.542.569 | 3.569.019 | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | 2016 | | | | | | | | |
|--|------------|---------------------------|------------|-----------|--------------------|---------|----------------|--------------------|-----------|-----------------------------|--|
| | | | Circulante | | | | Não Circulante | | | Total | |
| | | | Encargos | Principal | Custos a amortizar | Total | Principal | Custos a amortizar | Total | Circulante + Não Circulante | |
| Moeda nacional | Vencimento | Taxa efetiva a.a (%) (ii) | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | | | | | | | |
| FINEP 1 ⁽ⁱ⁾ - b.6 | 2020 | 4,00 | 34 | 5.351 | - | 5.385 | 12.508 | - | 12.508 | 17.893 | |
| FINEP 2 ⁽ⁱ⁾ - b.6 | 2024 | TJLP+5,00 | 122 | 2.725 | - | 2.847 | 38.987 | - | 38.987 | 41.834 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.7 | 2019 | CDI + 2,64 | 27.626 | 120.000 | (2.735) | 144.891 | 180.000 | (2.318) | 177.682 | 322.573 | |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) - b.12 | 2018 | CDI + 6,40 | 13.330 | 42.000 | (745) | 54.585 | 28.000 | (338) | 27.662 | 82.247 | |
| FINEM - Subcrédito A - b.8 | 2021 | TJLP + 4,22 | 206 | 11.192 | - | 11.398 | 36.373 | - | 36.373 | 47.771 | |
| FINEM - Subcrédito B - b.8 | 2021 | SELIC + 4,22 | 105 | 13.508 | - | 13.613 | 44.221 | - | 44.221 | 57.834 | |
| FINEM - Subcrédito C - b.8 | 2021 | 9,50 | 87 | 5.130 | - | 5.217 | 16.674 | - | 16.674 | 21.891 | |
| FINEM - Subcrédito D - b.8 | 2021 | TJLP | 1 | 190 | - | 191 | 617 | - | 617 | 808 | |
| FINEM - Subcrédito E - b.8 | 2021 | SELIC + 3,20 | 32 | 5.012 | - | 5.044 | 16.289 | - | 16.289 | 21.333 | |
| FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - b.11 | 2022 | TJLP + 4,07 | 292 | 12.477 | - | 12.769 | 50.948 | - | 50.948 | 63.717 | |
| FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - b.11 | 2022 | SELIC + 4,15 | 131 | 13.459 | - | 13.590 | 54.956 | - | 54.956 | 68.546 | |
| FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - b.11 | 2022 | SELIC + 4,15 | 39 | 4.065 | - | 4.104 | 16.597 | - | 16.597 | 20.701 | |
| FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - b.11 | 2022 | 9,50 | 88 | 4.218 | - | 4.306 | 17.097 | - | 17.097 | 21.403 | |
| Outros | | | 275 | - | - | 275 | - | - | - | 275 | |
| Total - Empréstimos e financiamentos | | | 42.368 | 239.327 | (3.480) | 278.215 | 513.267 | (2.656) | 510.611 | 788.826 | |
| Debêntures: | | | | | | | | | | | |
| Debêntures - 9ª emissão - b.1 | 2018 | CDI + 2,98 | 5.187 | 25.000 | (1.549) | 28.638 | 75.000 | (910) | 74.090 | 102.728 | |
| Debêntures - 11ª emissão - b.2 | 2018 | CDI + 2,76 | 2.407 | - | (881) | 1.526 | 100.000 | (888) | 99.112 | 100.638 | |
| Debêntures - 13ª emissão - b.3 | 2020 | CDI + 3,02 | 5.310 | 80.000 | (2.807) | 82.503 | 200.000 | (3.261) | 196.739 | 279.242 | |
| Debêntures - 14ª emissão - b.4 | 2021 | CDI + 2,19 | 8.224 | - | (3.114) | 5.110 | 600.000 | (9.935) | 590.065 | 595.175 | |
| Debêntures - 15ª emissão - b.5 | 2018 | CDI + 3,69 | 16.001 | 250.000 | (10.210) | 255.791 | 250.000 | (4.897) | 245.103 | 500.894 | |
| Debêntures - 17ª emissão (2ª série) | 2017 | CDI + 2,24 | 6.419 | 90.000 | (15) | 96.404 | - | - | - | 96.404 | |
| Debêntures - 18ª emissão (1ª série) - b.9 | 2022 | CDI + 3,06 | 6.730 | 9.521 | (272) | 15.979 | 190.480 | (771) | 189.709 | 205.688 | |
| Debêntures - 18ª emissão (2ª série) - b.9 | 2022 | CDI + 3,07 | 6.730 | 9.521 | (288) | 15.963 | 190.480 | (827) | 189.653 | 205.616 | |
| Debêntures - 19ª emissão - b.10 | 2021 | CDI + 3,59 | 3.404 | 71.103 | (1.356) | 73.151 | 248.896 | (2.585) | 246.311 | 319.462 | |
| Total - Debêntures | | | 60.412 | 535.145 | (20.492) | 575.065 | 1.854.856 | (24.074) | 1.830.782 | 2.405.847 | |
| Arrendamento financeiro - c | | | - | 28.599 | - | 28.599 | 48.123 | - | 48.123 | 76.722 | |
| Total - Arrendamento financeiro | | | - | 28.599 | - | 28.599 | 48.123 | - | 48.123 | 76.722 | |
| Total da dívida | | | 102.780 | 803.071 | (23.972) | 881.879 | 2.416.246 | (26.730) | 2.389.516 | 3.271.395 | |

(i) FINEP - saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% sobre a TJLP condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em março de 2016, a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até 31 de dezembro de 2017, com as características abaixo:

| Valor | Prazo | Taxa de juros | Taxa de disponibilização de limite |
|-------------|----------|------------------|---|
| R\$ 100.000 | 36 meses | CDI + 0,34% a.m. | 0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado |

Garantias: Os financiamentos referentes ao FINEM, 3ª emissão de notas promissórias, a 18ª e 20ª emissões de debêntures possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passíveis de bloqueio em conta bancária, em caso de descumprimento contratual. Essa garantia corresponde a: (i) 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM; (ii) 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 3ª emissão de notas promissórias e da 18ª emissão de debêntures; e (iii) até 1/3 do saldo devedor, no caso da 20ª emissão de debêntures. Para a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 108.818, com taxas contratuais que variam de 2,00% a 3,85% a.a..

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2017:

| Referência | Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Taxa contratual a.a | Pagamentos juros | Principal a vencer | Data da amortização | Finalidade |
|------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---|---|--|--|
| a.1 | Notas promissórias - 3ª emissão | R\$ 100.000 | Fevereiro de 2017 | CDI + 2,85% | Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal | R\$ 4.545 R\$ 4.545 R\$ 13.637 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 R\$ 9.091 | Fevereiro de 2018 Agosto de 2018 Fevereiro de 2019 Maio de 2019 Agosto de 2019 Novembro de 2019 Fevereiro de 2020 Maio de 2020 Agosto de 2020 Novembro de 2020 Fevereiro de 2021 | Reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas |
| a.2 | CCB - Banco ABC (II) | R\$ 41.000 | Maio de 2017 | CDI + 3,19% | Semestrais | R\$ 13.666 R\$ 13.667 R\$ 13.667 | Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020 | Reforço de capital de giro |
| a.3 | 20ª Emissão | R\$ 700.000 | Maio de 2017 | 120% do CDI | Semestrais | R\$ 70.000 R\$ 70.000 R\$ 280.000 R\$ 280.000 | Abril de 2018 Abril de 2019 Abril de 2020 Abril de 2021 | Reperfilamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro |
| a.4 | 21ª Emissão | R\$ 271.000 | Agosto de 2017 | CDI + 2,95% | Semestrais | R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.167 R\$ 45.166 R\$ 45.166 | Janeiro de 2020 Julho de 2020 Janeiro de 2021 Julho de 2021 Janeiro de 2022 Julho de 2022 | Refinanciamento do passivo da Companhia e reforço do capital de giro |
| a.5 | CCB - Banco Safra | R\$ 200.000 | Novembro de 2017 | CDI + 2,00% | Mensal | R\$ 200.000 | Maio de 2018 | Empréstimo-ponte FINEM |
| a.6 | FINEP 2 (3ª liberação) | R\$ 41.448 | Novembro de 2017 | TJLP + 5% | Mensal | Mensal | Abril de 2024 | Financiamento de desenvolvimento de projetos |

(a.3) Em 24 de maio de 2017, a Companhia concluiu a 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 700.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante total de R\$ 700.000, sendo que R\$ 185.896 decorreram de moeda nacional corrente e o restante mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª e 15ª emissão de debêntures da Companhia, nos montantes de R\$ 82.033 e R\$ 432.071, respectivamente. A dação em pagamento da 9ª e 15ª emissão de debêntures foi avaliada pela Companhia como uma modificação não substancial e, por este motivo, os custos não amortizados das referidas debêntures foram incorporados parcialmente aos custos de emissão da 20ª debênture, e estão sendo amortizados pela nova taxa efetiva. Dessa forma, foram transferidos aos custos de emissão da nova dívida os montantes de R\$ 1.551 e R\$ 9.907 correspondentes a 9ª e 15ª emissão de debêntures, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

| Referência | Descrição | Valor do Ingresso | Data da emissão ou repactuação | Taxa contratual a.a | Pagamentos juros | Principal a vencer | Data da amortização | Finalidade |
|------------|---|--|--|--|---|---|--|---|
| b.1 | 9ª Emissão | R\$ 250.000 | Dezembro de 2005 | CDI + 1,12% | Semestrais | Anual R\$ 14.667 | Agosto de 2018 | Pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004 |
| b.2 | 11ª Emissão | R\$ 200.000 | Novembro de 2007 | CDI + 1,75% | Semestrais | Anual R\$ 100.000 | Novembro de 2018 | Realização de investimentos no sistema de distribuição |
| b.3 | 13ª Emissão | R\$ 400.000 | Dezembro de 2015 | CDI + 1,50% | Semestrais | Anual R\$ 80.000 R\$ 80.000 R\$ 40.000 | Maio de 2018 Maio de 2019 Maio de 2020 | Pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010 |
| b.4 | 14ª Emissão | R\$ 600.000 | Novembro de 2011 | CDI + 1,50% | Semestrais | Anual R\$ 60.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000 | Novembro de 2018 Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021 | Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012 |
| b.5 | 15ª Emissão | R\$ 750.000 | Outubro de 2012 | CDI + 1,24% | Semestrais | Anual R\$ 35.110 | Outubro de 2018 | Pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's Citibank S.A) |
| b.6 | FINEP 1 | R\$ 37.096 | Fevereiro de 2012 | 4,0% | Mensal | Mensal (a partir de fevereiro de 2014) | Fevereiro de 2020 | Financiamento de projetos de inovação |
| b.6 | FINEP 2 | R\$ 55.301 | Abril de 2014 | TJLP + 5% | Mensal | Mensal (a partir de abril de 2017) | Abril de 2024 | Financiamento de desenvolvimento de projetos |
| b.7 | Bradesco (CCB's) | R\$ 600.000 | Novembro de 2009 | CDI + 1,50% | Semestrais | Anual R\$ 120.000 R\$ 60.000 | Novembro de 2018 Novembro de 2019 | Liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009 |
| b.8 | FINEM - Subcrédito A (1º protocolo) FINEM - Subcrédito B (1º protocolo) FINEM - Subcrédito C (1º protocolo) FINEM - Subcrédito E (1º protocolo) FINEM - Subcrédito D (1º protocolo) | R\$ 172.000 | Fevereiro de 2015 | TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20% TJLP | Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal | Mensal (a partir de outubro de 2015) | Março de 2021 | Implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica |
| b.9 | 18ª Emissão (1ª série) | R\$ 200.000 | Julho de 2015 | CDI + 2,85% | Trimestrais | Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120 | Janeiro de 2018 a Abril de 2022 Julho de 2022 | Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017 |
| b.9 | 18ª Emissão (2ª série) | R\$ 200.000 | Julho de 2015 | CDI + 2,85% | Trimestrais | Trimestral Única R\$ 9.520 R\$ 19.120 | Janeiro de 2018 a Abril de 2022 Julho de 2022 | Reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017 |
| b.10 | 19ª Emissão | R\$ 320.000 | Dezembro de 2015 | CDI + 2,95% | Semestrais | Semestral R\$ 35.552 Única R\$ 35.584 | Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020 Julho de 2021 | Resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias - 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vencidas em 2015 e 2016 da CCB Bradesco e da parcela de principal vencida em 2016 da 13ª emissão de debêntures |
| b.11 | FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) | R\$ 67.000 R\$ 66.999 R\$ 20.235 R\$ 22.875 | Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Junho de 2016 | TJLP + 4,07% SELIC + 4,15% SELIC + 4,15% 9,5% | Trimestral até a carência (15/07/2016). A partir desta data, mensal | Mensal (a partir de agosto de 2016) | Janeiro de 2022 | Programa de investimento objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica |
| b.12 | CCB - Banco ABC (I) | R\$ 70.000 | Maio de 2017 | CDI + 3,19% | Semestrais | R\$ 18.667 R\$ 18.667 R\$ 18.667 | Maio de 2018 Maio de 2019 Abril de 2020 | Reforço de capital de giro |

Alterações realizadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2017:

CCB - Banco ABC (I) (b.12): Em 11 de maio de 2017, foi assinado o 1º aditamento desse empréstimo, sendo alterados: (i) os juros remuneratórios, que passaram de CDI + 4,60% para CDI + 3,19%; (ii) o prazo final, passando de 21 de dezembro de 2018 para 27 de abril de 2020; e (iii) a forma de pagamento da dívida, passando as parcelas de principal e juros a serem pagas conforme o fluxo detalhado no quadro anterior. Não houve custos com a obtenção desse aditamento.

c) Arrendamento financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois, o menor.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

O saldo de arrendamento financeiro registrado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 83.483 (R\$ 76.722 em 31 de dezembro de 2016) no passivo, e R\$ 72.762 (R\$ 69.645 em 31 de dezembro de 2016) no ativo.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como “operacional”, pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

| | 2017 | | 2016 | |
|--------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| CDI | 3.067.223 | 87,56 | 2.709.299 | 85,50 |
| SELIC | 143.583 | 4,10 | 168.107 | 5,31 |
| TJLP | 162.832 | 4,65 | 153.509 | 4,84 |
| Taxa fixa | 129.407 | 3,69 | 137.700 | 4,35 |
| Total | 3.503.045 | 100,00 | 3.168.615 | 100,00 |

15.4 Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

| | Moeda nacional | | | | |
|----------------|------------------------------|------------------|-------------------------|--------------------|------------------|
| | Empréstimos e financiamentos | Debêntures | Arrendamento financeiro | Custos a amortizar | Total |
| 2019 | 222.907 | 477.264 | 21.518 | (17.608) | 704.081 |
| 2020 | 154.090 | 737.598 | 14.363 | (10.012) | 896.039 |
| 2021 | 66.369 | 662.078 | 7.443 | (3.577) | 732.313 |
| 2022 | 15.732 | 166.652 | 4.590 | (199) | 186.775 |
| 2023 | 13.581 | - | 2.476 | - | 16.057 |
| 2024 em diante | 4.827 | - | 2.477 | - | 7.304 |
| | 477.506 | 2.043.592 | 52.867 | (31.396) | 2.542.569 |

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------|------|-------|
| | % | % |
| CDI ^(*) | 6,89 | 13,63 |
| SELIC ^(*) | 6,90 | 13,65 |
| TJLP ^(*) | 7,00 | 7,50 |

^(*) Índice do último dia do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.6 A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

| Moeda nacional | Saldo inicial 31.12.2016 | Ingressos | Encargos financeiros | Varição monetária | Pagamentos principal | Pagamentos encargos financeiros | Migração de credores (*) | Diferimento custos de transação | Amortização custos de transação | Outras movimentações | Saldo final 31.12.2017 |
|--|-----------------------------|----------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | | | | | | | |
| FINEP | 59.727 | 41.447 | 3.527 | 618 | (12.628) | (3.460) | - | - | - | (1.565) | 87.666 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco | 322.573 | - | 31.294 | - | (120.000) | (53.386) | - | (3.084) | 2.663 | - | 180.060 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (I) | 82.247 | - | 7.603 | - | (14.000) | (20.108) | - | - | 520 | - | 56.262 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC (II) | - | 41.000 | 3.120 | - | - | (2.516) | - | (1.835) | 534 | - | 40.303 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Safra | - | 200.000 | 1.758 | - | - | (1.552) | - | (917) | 132 | - | 199.421 |
| FINEM - Subcrédito A | 47.771 | - | 4.182 | 458 | (11.257) | (4.229) | - | (436) | 19 | - | 36.508 |
| FINEM - Subcrédito B | 57.834 | - | 2.203 | 5.156 | (14.328) | (2.234) | - | (561) | 21 | - | 48.091 |
| FINEM - Subcrédito C | 21.891 | - | 1.752 | - | (5.130) | (1.774) | - | (197) | 9 | - | 16.551 |
| FINEM - Subcrédito D | 808 | - | 43 | 8 | (191) | (43) | - | - | - | - | 625 |
| FINEM - Subcrédito E | 21.333 | - | 620 | 1.903 | (5.287) | (629) | - | (206) | 7 | - | 17.741 |
| FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) | 63.717 | - | 5.619 | 623 | (12.550) | (5.691) | - | (596) | 21 | - | 51.143 |
| FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) | 68.546 | - | 2.625 | 6.230 | (14.197) | (2.669) | - | (680) | 23 | - | 59.878 |
| FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) | 20.701 | - | 793 | 1.881 | (4.288) | (804) | - | (206) | 7 | - | 18.084 |
| FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) | 21.403 | - | 1.751 | - | (4.193) | (1.771) | - | (198) | 7 | - | 16.999 |
| Notas promissórias - 3ª emissão | - | 100.000 | 10.267 | - | (4.545) | (302) | - | (1.193) | 321 | - | 104.548 |
| Outros | 275 | - | 2.478 | - | - | (2.478) | - | - | - | - | 275 |
| Total - Empréstimos e financiamentos | 788.826 | 382.447 | 79.635 | 16.877 | (222.594) | (103.646) | - | (10.109) | 4.284 | (1.565) | 934.155 |
| Debêntures: | | | | | | | | | | | |
| Debêntures - 9ª emissão | 102.728 | - | 5.206 | - | (4.889) | (8.349) | (80.482) | (204) | 752 | - | 14.762 |
| Debêntures - 11ª emissão | 100.638 | - | 11.569 | - | - | (12.624) | - | (1.025) | 961 | - | 99.519 |
| Debêntures - 13ª emissão | 279.242 | - | 26.563 | - | (80.000) | (29.797) | - | (2.070) | 2.928 | - | 196.866 |
| Debêntures - 14ª emissão | 595.175 | - | 67.806 | - | - | (71.666) | - | (6.178) | 3.272 | - | 588.409 |
| Debêntures - 15ª emissão | 500.894 | - | 25.644 | - | (35.100) | (38.715) | (422.164) | (606) | 4.463 | - | 34.416 |
| Debêntures - 17ª emissão (2ª série) | 96.404 | - | 614 | - | (90.000) | (7.033) | - | - | 15 | - | - |
| Debêntures - 18ª emissão (1ª série) | 205.688 | - | 24.738 | - | (9.520) | (27.609) | - | - | 272 | - | 193.569 |
| Debêntures - 18ª emissão (2ª série) | 205.616 | - | 24.738 | - | (9.520) | (27.609) | - | - | 290 | - | 193.515 |
| Debêntures - 19ª emissão | 319.462 | - | 37.185 | - | (71.104) | (31.706) | - | (2.495) | 1.382 | - | 252.724 |
| Debêntures - 20ª emissão | - | 185.896 | 43.119 | - | - | (30.677) | 502.646 | (3.155) | 2.558 | - | 700.387 |
| Debêntures - 21ª emissão | - | 271.000 | 9.672 | - | - | - | - | (3.749) | 284 | - | 277.207 |
| Total - Debêntures | 2.405.847 | 456.896 | 276.854 | - | (300.133) | (285.785) | - | (19.482) | 17.177 | - | 2.551.374 |
| Arrendamento financeiro | 76.722 | 26.804 | 17.433 | - | (31.784) | - | - | - | - | (5.692) | 83.483 |
| Total - Arrendamento financeiro | 76.722 | 26.804 | 17.433 | - | (31.784) | - | - | - | - | (5.692) | 83.483 |
| Total da dívida | 3.271.395 | 866.147 | 373.922 | 16.877 | (554.511) | (389.431) | - | (29.591) | 21.461 | (7.257) | 3.569.012 |

(*) Nota explicativa nº 15.2 (a.3).

| Moeda nacional | Saldo inicial 31.12.2015 | Ingressos | Encargos financeiros | Varição monetária | Pagamentos principal | Pagamentos encargos financeiros | Diferimento custos de transação | Amortização custos de transação | Outras movimentações | Saldo final 31.12.2016 |
|---|-----------------------------|----------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | | | | | | |
| FINAME | 639 | - | 11 | - | (636) | (14) | - | - | - | - |
| FINEP | 44.485 | 25.904 | 3.589 | 775 | (6.098) | (3.542) | - | - | (5.386) | 59.727 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco | 296.875 | - | 45.616 | - | - | (20.453) | - | 535 | - | 322.573 |
| Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC | - | 70.000 | 13.331 | - | - | - | (2.004) | 920 | - | 82.247 |
| FINEM - Subcrédito A | 58.163 | - | 5.244 | 753 | (11.112) | (5.277) | - | - | - | 47.771 |
| FINEM - Subcrédito B | 62.651 | - | 2.500 | 7.913 | (12.726) | (2.504) | - | - | - | 57.834 |
| FINEM - Subcrédito C | 27.041 | - | 2.220 | - | (5.130) | (2.240) | - | - | - | 21.891 |
| FINEM - Subcrédito D | - | 856 | 14 | 3 | (52) | (13) | - | - | - | 808 |
| FINEM - Subcrédito E | 23.109 | - | 705 | 2.919 | (4.695) | (705) | - | - | - | 21.333 |
| FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) | - | 67.000 | 4.192 | 609 | (4.184) | (3.900) | - | - | - | 63.717 |
| FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) | - | 66.999 | 1.843 | 5.889 | (4.474) | (1.711) | - | - | - | 68.546 |
| FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) | - | 20.235 | 556 | 1.778 | (1.351) | (517) | - | - | - | 20.701 |
| FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) | - | 22.875 | 894 | - | (1.559) | (807) | - | - | - | 21.403 |
| Outros | 275 | - | 3.304 | - | - | (3.304) | - | - | - | 275 |
| Total - Empréstimos e financiamentos | 513.238 | 273.869 | 84.019 | 20.639 | (52.017) | (44.987) | (2.004) | 1.455 | (5.386) | 788.826 |
| Debêntures: | | | | | | | | | | |
| Debêntures - 9ª emissão | 179.367 | - | 21.893 | - | (75.000) | (26.003) | - | 2.471 | - | 102.728 |
| Debêntures - 11ª emissão | 203.222 | - | 28.390 | - | (100.000) | (30.911) | (900) | 837 | - | 100.638 |
| Debêntures - 13ª emissão | 277.466 | - | 42.203 | - | - | (39.192) | (2.520) | 1.285 | - | 279.242 |
| Debêntures - 14ª emissão | 598.412 | - | 90.763 | - | - | (90.296) | (5.400) | 1.696 | - | 595.175 |
| Debêntures - 15ª emissão | 764.971 | - | 103.450 | - | (250.000) | (111.935) | (10.377) | 4.785 | - | 500.894 |
| Debêntures - 16ª emissão | 193.654 | - | 9.379 | - | (174.930) | (28.368) | (2.904) | 3.169 | - | - |
| Debêntures - 17ª emissão (2ª série) | 96.215 | - | 13.999 | - | - | (14.099) | - | 289 | - | 96.404 |
| Debêntures - 18ª emissão (1ª série) | 205.711 | - | 32.449 | - | - | (32.709) | - | 237 | - | 205.688 |
| Debêntures - 18ª emissão (2ª série) | 205.623 | - | 32.449 | - | - | (32.709) | - | 253 | - | 205.616 |
| Debêntures - 19ª emissão | 321.482 | - | 53.266 | - | - | (52.744) | (2.880) | 338 | - | 319.462 |
| Total - Debêntures | 3.046.123 | - | 428.241 | - | (599.930) | (458.966) | (24.981) | 15.360 | - | 2.405.847 |
| Arrendamento financeiro | 43.181 | 44.531 | 14.747 | - | (25.737) | - | - | - | - | 76.722 |
| Total - Arrendamento financeiro | 43.181 | 44.531 | 14.747 | - | (25.737) | - | - | - | - | 76.722 |
| Total da dívida | 3.602.542 | 318.400 | 527.007 | 20.639 | (677.684) | (503.953) | (26.985) | 16.815 | (5.386) | 3.271.395 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.6.1 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

| | 2017 | | | | | Demonstração do Fluxo de Caixa |
|---|---|---|--|--|--|--------------------------------|
| | Movimentação das dívidas: + Ingressos (-) Pagamentos principal (-) Diferimento custos de transação | Alterações de não caixa: Arrendamento o financeiro | Alterações de caixa: | | | |
| | | | Custos de transação não diferidos - 20ª emissão ⁽ⁱ⁾ | Custos de transação Reorganização societária ⁽ⁱⁱ⁾ | Custos da migração Novo Mercado ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | |
| Atividades de financiamento: | | | | | | |
| Ingresso de novos empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro | 866.147 | (26.804) | - | - | - | 839.343 |
| Pagamento de empréstimos e debêntures (principal) | (522.727) | - | - | - | - | (522.727) |
| Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro | (31.784) | - | - | - | - | (31.784) |
| Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios) | (29.591) | - | (8.726) | (22.077) | 3.084 | (57.310) |
| Total | 282.045 | (26.804) | (8.726) | (22.077) | 3.084 | 227.522 |

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.2 (a.3), os custos de transação do ingresso da 20ª emissão de debêntures, totalizaram R\$ 11.881, sendo diferido o montante de R\$ 3.155, pois o montante remanescente de R\$ 8.726 representa os custos dos credores já existentes, o qual foi registrado como despesa financeira no exercício.
- (ii) O montante de R\$ 22.077 refere-se aos custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores durante o processo de reorganização societária concluído em 30 de dezembro de 2016. Os custos foram diferidos em dezembro de 2016 e pagos em janeiro de 2017.
- (iii) Os custos incorridos com a obtenção do consentimento prévio dos credores referente a migração para o novo mercado (nota explicativa nº 1.1) foram de R\$ 19.241. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas e, dessa forma, os custos referentes à obtenção do consentimento dos credores foram diferidos e estão sendo amortizados pelo prazo de realização de cada dívida. Como consequência, as taxas efetivas de juros sofreram alteração. Os custos foram diferidos em novembro de 2017, sendo R\$ 16.157 pagos em novembro de 2017 e R\$ 3.084 em janeiro de 2018.

15.7 Compromissos financeiros - Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado ^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o LAJIDA (*EBITDA*) ajustado ^(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, esse índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2017, esses índices eram de:

- (i) Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = 2,90 vezes;
- (ii) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado/despesa financeira = 3,27 vezes.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 31 de dezembro de 2017 foram atendidas.

- (*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima.

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Uso de estimativas:

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

(a) Ativos e passivos atuariais:

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 11.785.989 | 11.671.888 |
| Valor justo dos ativos do plano | (8.078.889) | (7.894.541) |
| Obrigação registrada | 3.707.100 | 3.777.347 |

(b) Movimentações do valor presente das obrigações atuariais:

| | 2017 | 2016 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício | 11.671.888 | 9.770.083 |
| Custo dos serviços correntes | 14.991 | 15.810 |
| Custo dos juros | 1.178.551 | 1.153.838 |
| Benefícios pagos | (1.038.421) | (991.122) |
| Contribuições dos empregados | 7.690 | 7.569 |
| Perda (ganho) atuarial | (48.710) | 1.715.710 |
| Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício | 11.785.989 | 11.671.888 |

(c) Movimentações do valor justo dos ativos do plano:

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Valor dos ativos do plano no início do exercício | 7.894.541 | 7.165.116 |
| Contribuição do empregador | 450.413 | 416.345 |
| Contribuições dos empregados | 7.690 | 7.569 |
| Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano | (39.564) | 480.748 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 804.230 | 815.885 |
| Benefícios pagos | (1.038.421) | (991.122) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 8.078.889 | 7.894.541 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Custo dos serviços correntes | 14.991 | 15.810 |
| Custo dos juros | 1.178.551 | 1.153.838 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (804.230) | (815.885) |
| Total das despesas benefício definido | 389.312 | 353.763 |
| Capitalização para o intangível em curso | (1.607) | (1.239) |
| Outras contribuições - Contribuição definida | 5.010 | 3.141 |
| Total das despesas no exercício | 392.715 | 355.665 |

(e) Movimentação contábil do passivo registrado:

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo no início do exercício | 3.777.347 | 2.604.967 |
| Despesa do exercício conforme laudo atuarial | 389.312 | 353.763 |
| Pagamento de contribuições | (450.413) | (416.345) |
| Ajuste de avaliação atuarial | (9.146) | 1.234.962 |
| Saldo no final do exercício | 3.707.100 | 3.777.347 |

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes:

| | 2017 | 2016 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo no início do exercício | (2.468.018) | (1.233.056) |
| Perda atuarial gerado pela taxa de desconto | (508.482) | (1.372.305) |
| Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica ⁽ⁱ⁾ | 563.769 | (343.405) |
| Perda atuarial gerado pela premissa demográfica ⁽ⁱⁱ⁾ | (6.577) | - |
| Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano | (39.564) | 480.748 |
| Saldo no final do exercício | (2.458.872) | (2.468.018) |

(i) Ganho gerado em virtude do índice de reajuste dos benefícios dos aposentados (IGP-DI), acumulado em 2017 ter sido negativo em 0,42%, enquanto que a meta do IGP-DI projetada para o exercício foi de 4,5% a.a..

(ii) Com base no último estudo realizado de aderência da tábua de mortalidade, a FUNCESP verificou a necessidade de ajustar a premissa de idade de entrada de aposentadoria de homens. Esta premissa considera que os colaboradores do sexo masculino ao fazerem sua opção pela aposentadoria na FUNCESP contarão com 35 anos de serviço acumulado reconhecido pelo INSS, enquanto que a premissa anterior considerava um tempo de serviço acumulado de 34 anos. Isto significa que tais colaboradores permanecerão por mais tempo no plano de aposentadoria da Companhia, aumentando o valor de seus benefícios. A alteração dessa premissa gerou um acréscimo no compromisso do plano na ordem de R\$ 6.577.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

| | Distribuição dos investimentos | | Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional |
|-----------------------------|--------------------------------|----------------|--|
| | 2017 | 2016 | |
| Renda fixa | 75,59% | 81,06% | até 100% |
| Renda variável | 16,22% | 12,97% | até 70% |
| Empréstimos a participantes | 1,68% | 1,70% | até 15% |
| Imóveis | 3,31% | 3,31% | até 8% |
| Investimentos estruturados | 3,20% | 0,96% | até 20% |
| Total | 100,00% | 100,00% | |

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela FUNCESP, tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da FUNCESP (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente.

(h) Premissas atuariais utilizadas:

| | 2018 | 2017 | 2º semestre de 2016 | 1º semestre de 2016 |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------------|
| a) Premissas econômicas: | | | | |
| a1) Determinação do passivo atuarial: | | | | |
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial | N/A | 10,04% a.a. | 10,56% a.a. | 10,82% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | N/A | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo | N/A | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Taxa nominal de reajuste de benefícios | N/A | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| a2) Determinação da despesa atuarial: | | | | |
| Taxa de desconto nominal | 10,04% a.a. | 10,56% a.a. | 10,82% a.a. | 12,13% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. | 6,59% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| Taxa nominal de reajuste de benefícios | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. | 4,50% a.a. |
| b) Premissas demográficas: | | | | |
| Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial) | N/A | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua biométrica de mortalidade (despesa) | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | N/A | Light fraca | Light fraca | Light fraca |
| Taxa de rotatividade esperada | N/A | EXPR 2012 | EXPR 2012 | EXPR 2012 |
| c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos | | | | |
| | N/A | 19,55 | 19,55 | 19,55 |

(i) Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2018:

| | 2018 |
|--|----------------|
| Custo dos serviços correntes | 18.040 |
| Custo dos juros | 1.132.587 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (782.645) |
| Total da despesa projetada para o exercício | 367.982 |

(j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.785.989, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado a seguir:

| Hipóteses | Índice estimado de aumento nominal dos salários | Taxa nominal de reajuste de benefícios | Taxa estimada de inflação de longo prazo | | Taxa de desconto | |
|--|---|--|--|------------|------------------|------------|
| Nível de sensibilidade | (+0,25%) | (+0,25%) | (+0,25%) | (-0,25%) | (+0,25%) | (-0,25%) |
| Impacto na obrigação de benefício definido | 15.649 | 278.768 | - | - | (257.224) | 267.826 |
| Total da obrigação de benefício definido | 11.801.638 | 12.064.757 | 11.785.989 | 11.785.989 | 11.528.765 | 12.053.815 |

(k) Outras informações sobre as obrigações atuariais:

Em 31 de dezembro de 2017, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 644.790 e R\$ 11.141.199, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2018 é de R\$ 435.961.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 9,3 anos (9,41 anos em 31 de dezembro de 2016).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

| | |
|---|-------------------|
| 1 ano | 1.010.486 |
| Entre 2 e 5 anos | 4.356.718 |
| Próximos 5 anos | 6.048.098 |
| Total de pagamentos esperados do plano | 11.415.302 |

16.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

| <u>NÃO CIRCULANTE</u> | Nota | 2017 | 2016 |
|---|--------|------------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos: | | | |
| Confissão de dívida IIa | 16.1.1 | 412.949 | 435.236 |
| Confissão de dívida IIb | 16.1.1 | 214.347 | 225.915 |
| Contrato de ajustes de reserva matemática | 16.1.2 | 2.457.842 | 2.902.614 |
| Total dos contratos | | 3.085.138 | 3.563.765 |
| Diferença entre premissas | 16.1.3 | 621.962 | 213.582 |
| Total registrado | | 3.707.100 | 3.777.347 |

- 16.1.1 Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à Companhia. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de IGP-DI + 6,20% a.a. (sendo esta taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em maio de 2028. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.

- 16.1.2 Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP. Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 6,20% a.a. (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em abril de 2028. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.
- 16.1.3 A parcela do déficit no montante de R\$ 621.962 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 6,20% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (6,17% a.a. em 31 de dezembro de 2016), enquanto a utilizada pela Companhia é de 5,30% a.a. (5,80% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

17. Obrigações sociais e trabalhistas

| <u>CIRCULANTE</u> | <u>Nota</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|-------------|----------------|----------------|
| Encargos sobre folha de pagamento | | 7.804 | 7.642 |
| Folha de pagamento - Outros | | 46 | 57 |
| Férias | | 43.615 | 42.931 |
| Participação nos lucros e resultados | | 47.684 | 46.179 |
| Encargos sociais sobre férias e gratificações | | 16.498 | 16.085 |
| Bônus de curto prazo | 17.1 | 3.412 | 2.125 |
| Bônus diferido - Incentivo de longo prazo | 17.1 | 320 | 715 |
| Total | | 119.379 | 115.734 |
| <u>NÃO CIRCULANTE</u> | | | |
| Bônus diferido - Incentivo de longo prazo | 17.1 | 937 | 743 |
| Total | | 937 | 743 |

- 17.1 A Companhia ofereceu aos seus executivos programa de remuneração variável em duas modalidades: Bônus (curto prazo) e Incentivo de Longo Prazo (ILP).

O bônus é baseado em um valor definido para cada nível e leva em consideração o desempenho individual e da Companhia, definido de acordo com o escopo de cada executivo (diretores estatutários). A depender do escopo da função exercida pelo executivo, são considerados indicadores da AES Corporation, AES Brasil e da Companhia.

O ILP também é baseado em um valor definido para cada nível, e dividido em duas modalidades: bônus diferido e ações restritas - Nota explicativa nº 21.4.1.

Até a migração para o Novo Mercado, ocorrida em 27 de novembro de 2017, o valor de bônus foi definido pela The AES Corporation, e atrelado ao cumprimento de metas trienais da própria The AES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário), sendo o pagamento assumido localmente pela Companhia por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

Dessa forma, após a migração para o Novo Mercado, essa obrigação foi assumida pela Companhia e está prevista para ser liquidada até 2021. No entanto, as premissas para pagamentos estão condicionadas aos indicadores definidos pela própria Companhia, e não mais ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Não são esperadas diferenças materiais entre os valores já provisionados e os que serão pagos, visto que a Companhia utilizará premissas próximas às utilizadas até a migração.

A partir de 2018, os programas de remuneração variável de curto e longo prazo estarão 100% atrelados a indicadores da Companhia.

18. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Uso de estimativas:

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Passivo | | Ativo | |
|---|--|----------------|--------------------------------|----------------|
| | Provisão para processos judiciais e outros | | Cauções e depósitos vinculados | |
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Processos trabalhistas (a) | 251.420 | 244.935 | 216.548 | 203.042 |
| Processos cíveis (b): | | | | |
| Plano cruzado - reajuste de tarifa (b.1) | 14.337 | 15.512 | 893 | 3.962 |
| Outros processos cíveis (b.2) | 20.872 | 16.681 | 2.247 | 764 |
| Autos de infração - Fundação Procon (b.3) | 14.317 | 12.969 | - | - |
| Imobiliário | 202 | 178 | - | 7 |
| Acordo Eletrobras (b.4) | 1.499.138 | - | - | - |
| Processos regulatórios (c) | 45.854 | 63.116 | - | - |
| Processos fiscais (d) | | | | |
| PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1) | 87.178 | 60.939 | 94.289 | 67.955 |
| IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2) | 66.020 | 63.398 | - | - |
| Outros processos fiscais (d.3) | 13.102 | 10.744 | 2.674 | 3.426 |
| Processos ambientais (e) | 6.636 | 10.164 | - | - |
| Outros processos | 9.741 | 24.546 | - | - |
| Total | 2.028.817 | 523.182 | 316.651 | 279.156 |
| Circulante | 481.893 | 163.602 | | |
| Não circulante | 1.546.924 | 359.580 | | |
| Total | 2.028.817 | 523.182 | | |

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 532.495 (R\$ 491.806 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

| | Cauções e depósitos vinculados | |
|---------------------|--------------------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Processos prováveis | 316.651 | 279.156 |
| Processos possíveis | 163.254 | 151.548 |
| Processos remotos | 52.590 | 61.102 |
| Total | 532.495 | 491.806 |

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros são como segue:

| | Passivo | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|-----------|--------------|------------|-----------|---------------------------|
| | Saldo inicial 31.12.2016 | Ingressos | Atualizações | Pagamentos | Reversões | Saldo final 31.12.2017 |
| Processos trabalhistas | 244.935 | 105.286 | 17.054 | (58.714) | (57.141) | 251.420 |
| Processos cíveis: | | | | | | |
| Plano cruzado - reajuste de tarifa | 15.512 | 903 | 1.112 | (1.659) | (1.531) | 14.337 |
| Processos cíveis | 16.681 | 41.506 | 1.940 | (25.372) | (13.883) | 20.872 |
| Autos de infração - Fundação Procon | 12.969 | - | 1.348 | - | - | 14.317 |
| Imobiliário | 178 | 10 | 19 | (8) | 3 | 202 |
| Acordo Eletrobras | - | 1.499.138 | - | - | - | 1.499.138 |
| Processos regulatórios | 63.116 | 1.562 | 5.465 | (10.324) | (13.965) | 45.854 |
| Processos fiscais: | | | | | | |
| PIS/COFINS sobre receitas financeiras | 60.939 | 19.864 | 6.375 | - | - | 87.178 |
| IRPJ e CSLL sobre juros moratórios | 63.398 | - | 2.622 | - | - | 66.020 |
| Outros processos fiscais | 10.744 | 6.218 | 678 | (972) | (3.566) | 13.102 |
| Processos ambientais | 10.164 | 1.187 | 272 | (4.666) | (321) | 6.636 |
| Outros processos | 24.546 | 1.208 | 61 | (780) | (15.294) | 9.741 |
| Total | 523.182 | 1.676.882 | 36.946 | (102.495) | (105.698) | 2.028.817 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Passivo | | | | | Saldo final 31.12.2016 |
|---------------------------------------|-----------------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|---------------------------|
| | Saldo inicial 31.12.2015 | Ingressos | Atualizações | Pagamentos | Reversões | |
| Processos trabalhistas | 247.899 | 119.686 | 17.828 | (46.452) | (94.026) | 244.935 |
| Processos cíveis: | | | | | | |
| Plano cruzado - reajuste de tarifa | 13.492 | 745 | 2.223 | (126) | (822) | 15.512 |
| Processos cíveis | 24.455 | 21.438 | 3.188 | (21.480) | (10.920) | 16.681 |
| Autos de infração - Fundação Procon | 1.566 | 10.859 | 938 | - | (394) | 12.969 |
| Imobiliário | 4.818 | 231 | 649 | (3.209) | (2.311) | 178 |
| Processos regulatórios | 71.445 | 58.922 | 5.051 | (10.909) | (61.393) | 63.116 |
| Processos fiscais | | | | | | |
| PIS/COFINS sobre receitas financeiras | 20.231 | 36.059 | 4.649 | - | - | 60.939 |
| IRPJ e CSLL sobre juros moratórios | 39.769 | 18.082 | 5.547 | - | - | 63.398 |
| Outros processos fiscais | 25.429 | 119 | 1.201 | (335) | (15.670) | 10.744 |
| Processos ambientais | 11.425 | 5.130 | 398 | (6.700) | (89) | 10.164 |
| Outros processos | 25.840 | 462 | 74 | - | (1.830) | 24.546 |
| Total | 486.369 | 271.733 | 41.746 | (89.211) | (187.455) | 523.182 |

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) Processos trabalhistas: A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.182 processos (4.190 processos em 31 de dezembro de 2016) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 2.497 processos (2.005 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2018 e 2023.
- b) Processos cíveis:
 - b.1) Plano cruzado - reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) durante o período em que o plano econômico (Plano Cruzado) estabelecia o congelamento geral de preços. O Plano Cruzado teve vigência de fevereiro a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 14.337 (R\$ 15.512 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2020.
 - b.2) Outros processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 20.872 (R\$ 16.681 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2019.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 16.666 (R\$ 14.725 em 31 de dezembro de 2016).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões com agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 4.206 (R\$ 1.956 em 31 de dezembro de 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b.3) Autos de Infração - Fundação Procon-SP: A Companhia possui 3 Autos de Infração lavrados pelo Procon/SP, em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor. A Companhia, no entanto, contesta judicialmente todos os Autos de Infração. Atualmente, os processos aguardam julgamento nos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 14.317 (R\$ 12.969 em 31 de dezembro de 2016).
- b.4) Acordo Eletrobras: Em 04 de outubro de 2017, a Companhia iniciou o processo de mediação junto a Eletrobras visando estabelecer critérios para negociar as bases para um acordo a fim de encerrar uma longa disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a CTEEP atuais.

Depois da finalização de um processo de mediação e obtenção da aprovação dos Conselhos de Administração de ambas as companhias, a Companhia celebrou, em 09 de março de 2018, um acordo com a Eletrobras, e com os advogados por ela indicados, visando encerrar a discussão quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo ECF-1046/86 (Acordo).

Com base nos termos do Acordo, a Companhia irá desembolsar o valor de R\$ 1.500.000, definido pelas partes no âmbito do processo de mediação, da seguinte forma: R\$1.400.000 em favor da Eletrobras e R\$100.000 em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

O valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250.000 a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$300.000, sendo a primeira 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$250.000, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Os valores serão atualizados, a partir de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% na efetiva data de pagamento de cada parcela.

A eficácia dos Acordos ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial e contribuirá para a estratégia de recuperação de valor da Companhia. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia considera que as chances de não homologação dos Acordos são remotas. Diante disso, a Companhia classificou esses montantes como provisão na rubrica de processos judiciais e outros e não como contas a pagar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A formalização dos Acordos evidenciou uma condição que já existia em 31 de dezembro de 2017, visto que o processo judicial que deu origem aos mesmos era reconhecido e divulgado pela Companhia como um passivo contingente. Considerando que as chances de não homologação dos Acordos são remotas, a Companhia avaliou como provável a saída de recursos e, desta forma, registrou o montante de R\$1.500.000 em contrapartida ao resultado financeiro (nota explicativa nº 26), visto que a questão envolvida era quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo de encargos financeiros oriundos do contrato ECF-1046, refletindo adequadamente a natureza do item, mantendo a consistência da prática adotada pela Companhia e permitindo comparabilidade nas demonstrações contábeis.

A Companhia incorreu em despesas pertinentes ao processo de mediação no total de R\$ 1.725, e tais despesas no momento do Acordo, foram rateadas na proporção de 50% para a Companhia e 50% para a Eletrobras. Dessa forma, o impacto total do Acordo foi de R\$1.499.138, registrado nas demonstrações contábeis, conforme segue:

| | Nota | 2017 |
|---|------|------------------|
| <u>Passivo - provisão para processos judiciais e outros</u> | | 1.499.138 |
| Circulante | 18 | 299.138 |
| Não circulante | 18 | 1.200.000 |
| <u>Demonstração do resultado - serviços de terceiros</u> | | |
| Reembolso processo de mediação | | 862 |
| <u>Demonstração do resultado - despesa financeira</u> | | |
| Provisão acordo Eletrobras | 26 | (1.500.000) |

Em adição às despesas do processo de mediação no montante de R\$862, a Companhia incorreu em outras despesas relacionadas ao Acordo, no valor de R\$8.300, totalizando R\$9.162, que foram registradas na rubrica de serviços de terceiros. A atualização monetária dessas despesas no montante de R\$8.312 foi registrada na rubrica de despesas financeiras (nota explicativa nº 26).

c) Processos regulatórios:

- c.1) A Companhia possui 2 autos de infração (nº 0014/2015- ARSESP-SFE - TN 0012/2015, nº 001/2016- ARSESP-SFE - TN 0005/2015) em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para os anos de 2014 e 2013, respectivamente, que refletem a avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices. As penalidades recebidas somam o total de R\$ 81.616, sendo: R\$ 35.887 referente ao AI nº 0014/2015 e R\$ 45.729 ao AI nº 001/2016. Em 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor das penalidades dos autos de infração nº 0014/2015 e nº 001/2016, reduzindo para R\$ 31.522 e R\$ 44.695, respectivamente. Com isso, o montante total de todas as penalidades reduziu de R\$ 81.616 para R\$ 76.217.

Considerando a avaliação da assessoria jurídica da Companhia, de um total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 96.483 relativo a essas penalidades, somente R\$ 26.978 e R\$ 18.458 (R\$ 24.529 e R\$ 16.786 em 31 de dezembro de 2016), são classificados como de perda provável no Judiciário, estando esses montantes provisionados nesta mesma data. Em dezembro de 2017 a Companhia deu continuidade às tratativas com a ANEEL sobre o seu recurso, tendo arquivado novas informações ao processo. Essas novas informações têm por objetivo materializar evidências que a Companhia acredita que poderão modificar a decisão manifestada pela ANEEL nos autos, oferecendo, a partir de então, a expectativa de cancelamento de algumas não conformidades e a reconsideração parcial de outras, com a consequente redução das multas aplicadas. Mesmo com as novas informações,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a Companhia manteve sua reavaliação em relação à provisão já constituída para esses dois autos, devido ao recebimento de mais dois processos de mesma natureza (nota explicativa nº 18.2 (b.4))

c.2) A Companhia recebeu, em 24 de março de 2016, o Auto de Infração nº 0014/2016 - TN nº 0001/2016, referente à Fiscalização Técnica Periódica ocorrida no período de 23 de novembro a 2 de dezembro de 2015, em relação a processos técnicos no ano de 2014, no montante de R\$ 14.637. Em juízo de reconsideração, a ANEEL deliberou em 19 de dezembro de 2017 pela redução da penalidade para R\$ 11.028, sendo que, atualizado até 31 de dezembro de 2017, o valor representa R\$ 13.114. Para pagamento, a Companhia parcelou o referido valor em 3 vezes, tendo sido paga a primeira parcela em 04 de janeiro de 2018 no valor de R\$ 4.391, e as demais a serem quitadas até o dia 10 dos meses de fevereiro e março de 2018, devidamente atualizadas (SELIC). O montante de R\$ 13.114 atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 12.228 em 31 de dezembro de 2016) foi reclassificado para outras obrigações (nota explicativa nº 20).

c.3) A Companhia está envolvida em outro processo regulatório, para o qual está provisionado o montante que, atualizado até 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 418 (R\$ 9.573 em 31 de dezembro de 2016). Esse processo refere-se a Termo de Notificação da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 01 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 87.178 (R\$ 60.939 em 31 de dezembro de 2016) e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 94.289. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Companhia em que se discute a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em outubro de 2011, foi concedida a medida liminar requerida para suspender a exigibilidade dos tributos questionados. Com base nesta decisão, a Companhia interrompeu os recolhimentos de IRPJ e CSLL sobre os referidos juros, passando a provisioná-los. Em março de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento em 2ª instância do recurso interposto pela Fazenda Nacional. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 66.020 (R\$ 63.398 em 31 de dezembro de 2016).

d.3) Outros processos fiscais: Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão corresponde a R\$ 13.102 (R\$ 10.744 em 31 de dezembro de 2016) e é estimado que os atuais processos serão concluídos até 2024.

e) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2017, tais demandas respondiam pela provisão de R\$ 6.636 (R\$ 10.164 em 31 de dezembro de 2016). Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como a do Complexo Cambuci, Miguel Yunes e Estações transformadoras de distribuição, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- e.1) **Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e a Secretaria do Meio Ambiente - SMA para a implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3.556 (R\$ 3.284 em 31 de dezembro de 2016).

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

| | Valor estimado da contingência | |
|----------------------------|--------------------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Processos cíveis (a) | 397.896 | 2.368.415 |
| Processos regulatórios (b) | 1.231.295 | 1.157.351 |
| Processos fiscais (c) | 1.836.171 | 1.594.381 |
| Processos trabalhistas (d) | 99.570 | 89.530 |
| Imobiliário | 26.910 | 15.636 |
| Total | 3.591.842 | 5.225.313 |

Processos Cíveis:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

| | Valor estimado da contingência | |
|---|--------------------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| (a) Processos cíveis: | | |
| (a.1) CTEEP/Eletrôbrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986 | Vide nota 18.1 (b4) | 1.957.346 |
| (a.2) Ações Anulatórias - multas de trânsito | 55.954 | 80.872 |
| (a.3) Ação indenizatória - Coração Sertanejo | Alterado para remoto | 21.828 |
| (a.4) Autos de Infração - Fundação Procon - SP | 69.529 | 56.565 |
| (a.5) Outros processos cíveis | 272.413 | 251.804 |
| | 397.896 | 2.368.415 |
| (a.6) Enquadramento de consumidores - ação civil pública | Não determinado | Não determinado |
| (a.7) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais | Não determinado | Não determinado |
| (a.8) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal | Não determinado | Não determinado |
| (a.9) Uso da faixa de domínio de rodovias | Não determinado | Não determinado |
| (a.10) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias | Não determinado | Não determinado |
| (a.11) Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos | Não determinado | Não determinado |
| (a.12) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC | Não determinado | - |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.1) CTEEP/Elektrobras - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Vide nota explicativa nº 18.1 (b4).

(a.2) Ações Anulatórias - Multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 8 ações anulatórias de multas de trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente à suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) rodízio municipal de veículos; (ii) zona máxima de restrição de circulação de caminhões; e (iii) não indicação de condutor correlatas. A redução do valor envolvido se deve ao trânsito em julgado de decisões favoráveis obtidas em 2017. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 55.954 (R\$ 80.872 em 31 de dezembro de 2016).

(a.3) Ação indenizatória - Coração Sertanejo

Em 14 de setembro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao Recurso Especial do Coração Sertanejo proposto contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que reduziu a condenação da Companhia de R\$ 8.693 para R\$ 65. Com a decisão, o prognóstico do caso foi alterado para remoto.

(a.4) Autos de Infração - Fundação Procon - SP

A Companhia possui 9 Autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em decorrência de supostas não conformidades na operação da Companhia em relação aos direitos de seus consumidores. A Companhia, no entanto, contesta administrativamente e judicialmente todos os autos de infração. A Companhia vem contestando administrativamente 4 autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, os quatro processos administrativos aguardavam julgamento dos recursos interpostos pela Companhia e o valor total envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 19.840 (R\$ 16.397 em 31 de dezembro de 2016). Na esfera judicial, a Companhia é parte em 5 demandas judiciais que visam à inexigibilidade do pagamento das multas impostas nos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, esses cinco autos encontravam-se com a exigibilidade suspensa em razão de liminares favoráveis concedidas à Companhia e o valor total envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2017 nestes casos é de R\$ 49.689 (R\$ 40.168 em 31 de dezembro de 2016).

(a.5) Outros processos cíveis

Outros processos cíveis são aqueles em que a Companhia figura no polo passivo e envolvem questões de contencioso massificado, como, por exemplo, ações indenizatórias de cunho consumerista vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica, queima de aparelhos eletrodomésticos, entre outras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava envolvida em 4.092 ações desta natureza, no montante de R\$ 272.413 (3.561 ações, no montante de R\$ 251.804, em 31 de dezembro de 2016).

(a.6) Enquadramento de consumidores - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 01 de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeira instância, bem como pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em outubro de 2008, a demanda foi julgada improcedente. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais aguardam julgamento. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.7) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais

O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A liminar foi indeferida pelo juiz de primeira instância e pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região - TRF3. A demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal ao TRF3 foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.8) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal

O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. A demanda foi julgada improcedente pelo juiz de primeira instância. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.9) Uso da faixa de domínio de rodovias

A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. A Companhia também ajuizou ações contra o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER), obtendo decisões favoráveis em primeira e segunda instância, adotando ainda outras medidas legais para discussão do tema. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

(a.10) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros. A Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3. Foi negado provimento ao recurso da Companhia no TRF3 e dado provimento ao recurso do MPF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram os TCD's. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão. No dia 28 de junho de 2016, o recurso especial foi admitido e o recurso extraordinário foi inadmitido. A Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário. Aguarda-se o julgamento dos recursos em Brasília.

Iniciada a execução provisória da parte da sentença que determinou a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Em 09 setembro de 2014 foi proferida decisão suspendendo a execução provisória requerida pelo Ministério Público Federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's em primeira instância. Em 15 de junho de 2015, os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução provisória da sentença e incabível a multa diária, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. O MPF apresentou agravo de instrumento pendente de julgamento perante o TRF3, no qual discute a suspensão de cumprimento de sentença. De acordo com o levantamento concluído pela Companhia na execução provisória, foram identificados 3.211 TCD's, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade de débitos de terceiros, no montante histórico em dobro de R\$12.859 (fevereiro de 2013).

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.11) Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos

Em 8 de junho de 1998, o Condomínio Parque Balneário Center moveu ação judicial em face da Bandeirante Energia, sucedida pela Companhia Piratininga Força e Luz S.A. em 2002 (CPFL), solicitando a restituição de diferenças tarifárias em razão de sua alegada classificação equivocada de tensão entre 1978 e 1997. Em 7 de junho de 1999, a Companhia foi denunciada à lide para responder ao processo em razão de sua responsabilidade pelas obrigações relativas ao período anterior à efetivação da sua cisão ocorrida em 31 de dezembro de 1997. A ação foi julgada improcedente em primeira instância em 29 de fevereiro de 2000. Em 4 de julho de 2011, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento à apelação do Condomínio condenando a CPFL ao pagamento das diferenças tarifárias e determinando que a Companhia responda pela via regressiva. O acórdão também determinou a apuração do valor da dívida através de liquidação de sentença. Em 30 de agosto de 2011, a CPFL apresentou Recurso Especial que teve seguimento negado ao STJ, ocorrendo o trânsito em julgado da decisão em 18 de maio de 2012. A ação está em fase de execução desde dezembro de 2015 e, em junho de 2017, teve o início do procedimento de liquidação de sentença para a apuração do valor devido, mediante a realização de uma perícia judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais somente poderão ser mensurados após perícia judicial a ser realizada no procedimento de liquidação de sentença.

(a.12) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (1) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (2) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em 31 de janeiro de 2018, a primeira instância julgou procedente a ação civil pública condenando a Companhia a restituir em dobro os consumidores indevidamente cobrados e ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 500. A Companhia apresentará recurso de apelação contra esta decisão, o qual será julgado em segunda instância. A Companhia identificou 14.187 consumidores afetados, tendo efetuado a restituição em dobro aos respectivos consumidores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

no total de R\$ 3.648. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação. A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica dos seus assessores legais externos, classifica o risco de perda como possível nesta discussão.

(b) Processos regulatórios:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos regulatórios, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

| | Valor estimado da contingência | |
|---|--------------------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| (b) <u>Processos regulatórios:</u> | | |
| (b.1) Devolução tarifária - Base Blindada | 769.579 | 773.609 |
| (b.2) Auto de Infração nº 1014/2015 - determinação de provisão | Cancelado | Cancelado |
| (b.3) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR) | 157.078 | 153.614 |
| (b.4) Autos de Infração - Indicadores de continuidade | 106.082 | 46.222 |
| (b.5) Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010) | 85.937 | 78.156 |
| (b.6) Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 101.231 | 92.080 |
| Outros processos regulatórios | 11.388 | 13.670 |
| | 1.231.295 | 1.157.351 |

(b.1) Devolução tarifária - Base blindada

A Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo.

A devolução da quantia de R\$ 626.052 foi determinada pelo Diretor Geral da ANEEL (Despacho nº 4.259 /2013). A devolução deveria ter sido feita por meio de componente financeiro negativo na tarifa da Companhia em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014.

A tutela antecipada foi indeferida pela primeira instância, interpondo a Companhia recurso de Agravo de Instrumento ("Agravo") perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1").

Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do mérito do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador em data ainda a ser definida.

Em 5 de janeiro de 2015, em razão da liminar obtida, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.844, determinando a devolução dos valores já descontados da Companhia. O montante anteriormente restituído aos consumidores, foi totalmente revertido à Companhia por meio da Revisão Tarifária de 2015, finalizando o recebimento no ciclo tarifário encerrado em 3 de julho de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL ajuizou perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) visando suspender a liminar em vigor, deferida pelo TRF1. O recurso foi negado de forma definitiva pelo STJ.

Em 31 de dezembro de 2017, os efeitos da liminar favorável à Companhia continuam vigentes. Aguarda-se o julgamento do caso em primeira instância, atualmente na fase de instrução probatória.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão, não havendo, portanto, nenhuma provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado pelo IGP-M da devolução tarifária em discussão é de R\$ 769.579 (R\$ 773.609 em 31 de dezembro de 2016).

(b.2) Auto de Infração nº 1014/2015 - determinação de provisão

Em 5 de maio de 2015, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 1014/2015-SFF no montante de R\$ 143.324 em função do descumprimento do TN 73/2014, para o qual não foi constituída provisão em razão dos pareceres jurídicos. Após o protocolo de recurso administrativo, na data de 22 de novembro de 2016, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 3.042/2016, conheceu o recurso dando provimento parcial, julgando pela (i) anulação do AI 1014/2015 e (ii) manutenção da determinação de provisão do valor de R\$ 626.052 (processo relacionado ao item b.1 descrito anteriormente) em até 30 dias. Em 12 de dezembro de 2016, a Companhia protocolou pedido de reconsideração frente ao Despacho nº 3.042/2016 quanto à determinação da provisão.

Em 08 de agosto de 2017, foi publicado o Despacho nº 2.389, pelo qual o Diretor Geral da ANEEL conheceu o recurso da Companhia para tornar sem efeito a determinação de provisionamento constante da decisão do dia 22 de novembro de 2016. Dessa forma, o processo administrativo foi encerrado sem nenhuma penalidade ou determinação à Companhia.

(b.3) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)

Ação Anulatória ajuizada pela Companhia contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Foi deferido o pedido liminar da Companhia, suspendendo a exigibilidade da multa. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em 07 de julho de 2017. A liminar não foi expressamente revogada pela decisão de primeira instância desfavorável, permanecendo em vigor. Em 20 de julho, a Companhia apresentou embargos de declaração apontando defeitos de contradição e omissão e exigindo que fossem resolvidos, requerendo que a decisão desfavorável fosse totalmente reformada. Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessa autuação corresponde a R\$ 157.078, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 153.614 em 31 de dezembro de 2016).

(b.4) Autos de Infração - Indicadores de continuidade

A Companhia possui 2 autos de infração (nº 0014/2015- ARSESP-SFE - TN 0012/2015, nº 001/2016- ARSESP-SFE - TN 0005/2015) emitidos em virtude de supostas não conformidades em relação à apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos para os anos de 2014, 2013, respectivamente. Para esses dois autos a Companhia efetuou provisão parcial conforme nota explicativa nº 18.1 (c.1).

Em 2017, a Companhia recebeu os autos de infração nº 0063/2017 e nº 0064/2017 nos montantes de R\$ 24.653 e R\$ 29.776, respectivamente, que são da mesma natureza dos demais (AI nº 0014/2015 e AI nº 001/2016). Tendo em vista que há expectativa de redução das multas relacionadas aos autos de infração anteriormente mencionados, a Companhia acredita que os eventuais desdobramentos das novas informações produzirão os mesmos efeitos redutores nessas penalidades mais recentes. A Companhia concluiu que, até que a ANEEL se manifeste sobre os recursos apresentados aos Autos de Infração nº 014/2015 e nº 001/2016, não é possível avaliar o risco jurídico-regulatório dos novos autos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresentados, considerando a expectativa de cancelamento e/ou redução das penalidades. A Companhia estima que a manifestação pela ANEEL ocorrerá durante o primeiro trimestre de 2018.

Considerando a avaliação da assessoria jurídica da Companhia, de um total de R\$ 151.518 atualizado até 31 de dezembro de 2017 relativo a essas penalidades, o valor de R\$ 106.082 (AI nº 0014/2015 de R\$ 13.882, AI nº 001/2016 de R\$ 37.165, AI nº 0063/2017 de R\$24.928 e AI nº 0064/2017 de R\$ 30.107) é classificado como de perda possível.

(b.5) Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)

Ação Anulatória ajuizada pela Companhia contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Foi deferido o pedido de tutela antecipada para suspender a exigibilidade da multa. O processo encontra-se na fase de produção de provas. Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessa autuação corresponde a R\$ 85.937, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 78.156 em 31 de dezembro de 2016).

(b.6) Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor total dessas autuações corresponde a R\$ 101.231, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 92.080 em 31 de dezembro de 2016).

AI nº 015/TN170:

Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação corresponde a R\$ 40.460, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 16.965 em 31 de dezembro de 2016).

AI 027/TN0336/1:

Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cancelando a multa imposta pela ANEEL. Contra a decisão favorável à Companhia, a ANEEL apresentou recurso no TRF1 endereçado ao STJ. Aguarda-se julgamento de admissibilidade do recurso no TRF1. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação corresponde a R\$ 60.771, atualizado até 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.259 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Processos fiscais:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Valor estimado da contingência | |
|--|--------------------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| (c) Processos fiscais: | | |
| (c.1) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | 91.816 | 88.953 |
| (c.2) PASEP - suspensão de exigibilidade | Cancelado | 41.070 |
| (c.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) - execuções fiscais | 50.753 | 49.541 |
| (c.4) CSLL - base negativa | 144.501 | 138.423 |
| (c.5) Execuções fiscais municipais - diversas | 188.624 | 169.703 |
| (c.6) PIS - Estatuto da decadência | 235.131 | 228.962 |
| (c.7) COFINS - anistia | 157.119 | 153.629 |
| (c.8) COFINS - Multa de Ofício | 58.988 | 58.988 |
| (c.9) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos | 91.239 | 83.726 |
| (c.10) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão | 165.188 | - |
| (c.11) PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988 | 49.394 | 49.394 |
| (c.12) FINSOCIAL | 210.145 | 199.267 |
| (c.13) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes) | 146.546 | 137.902 |
| (c.14) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado | 109.118 | 54.071 |
| (c.15) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos | 48.319 | 43.828 |
| Outros processos fiscais | 89.289 | 96.924 |
| | 1.836.171 | 1.594.381 |

Processos fiscais em fase judicial:

(c.1) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa. Na ação judicial proposta pela Companhia para seguir a discussão, foi proferida decisão de 1ª instância, em setembro de 2014, julgando parcialmente procedente o pedido da Companhia (cancelamento parcial do débito). Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela Companhia e pelo INSS. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 91.816 (R\$ 88.953 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) PASEP - suspensão de exigibilidade

Em julho de 2017, o recurso de apelação interposto pela Companhia contra a decisão desfavorável de 1ª instância foi julgado e provido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região. Em 9 de outubro de 2017, diante da ausência de recurso da Fazenda Nacional, foi certificado o trânsito em julgado da decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Com isso, o caso foi encerrado favoravelmente à Companhia com o cancelamento integral da exigência de contribuição ao PASEP.

(c.3) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais

Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas execuções fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e, no momento, aguardam decisão de 2ª instância. A terceira, por sua vez, aguarda decisão em 1ª instância. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 50.753 (R\$ 49.541 em 31 de dezembro de 2016).

(c.4) CSLL - base negativa

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A Companhia defende que a cisão em discussão é anterior à publicação da mencionada MP e, portanto, inaplicável a este caso. Em março de 2007, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia, a qual foi mantida por decisão de 2ª instância exarada em setembro de 2015. Atualmente, aguarda-se o julgamento, pelo STJ, do recurso especial interposto pela União

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Federal. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 144.501 (R\$ 138.423 em 31 de dezembro de 2016).

(c.5) Execuções fiscais municipais - diversas

A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, multas posturais e ISS, as quais se encontram em diferentes estágios processuais. A maior parte do valor envolvido refere-se a execuções fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, em que são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 188.624 (R\$ 169.703 em 31 de dezembro de 2016).

(c.6) PIS - Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em oposição a essa cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir esses valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do crédito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias. Em setembro de 2015, a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, os quais não foram admitidos pelo TRF da 3ª Região. Atualmente, contra tais decisões, pendem de julgamento recursos no STJ e no STF. Paralelamente, na 1ª instância, em setembro de 2017, foi indeferido pedido apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional de execução da garantia, ou seja, de substituição da fiança bancária que garante a ação por depósito judicial em dinheiro. Em 26 de fevereiro de 2018, a Procuradoria da Fazenda Nacional recorreu contra a decisão que negou a substituição da fiança bancária por depósito judicial em dinheiro. Quanto ao prognóstico de perda do caso, a Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica-o como possível, considerando os fundamentos a seu favor e que amparam os recursos que aguardam julgamento. Sustenta-se que (i) para que o crédito tributário tenha executividade, é imprescindível o lançamento, que não foi realizado pelo Fisco, (ii) apenas os tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no campo "saldo a pagar", com valores discriminados, são passíveis de inscrição direta em dívida ativa e (iii) nos termos da legislação aplicável, créditos tributários com exigibilidade suspensa devem ser necessariamente constituídos, sob pena de decadência, tal como a ocorrida neste caso. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 235.131 (R\$ 228.962 em 31 de dezembro de 2016).

(c.7) COFINS - anistia

Ação judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando ao reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em 1ª instância, foi proferida decisão favorável. Em maio de 2012, houve decisão em 2ª instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia, mas aduzindo que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito, decorrentes do ajuizamento de execuções fiscais, não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo a sua exigência. Contra esta decisão, a Companhia opôs embargos infringentes, os quais não foram acolhidos. Em agosto de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 157.119 (R\$ 153.629 em 31 de dezembro de 2016).

(c.8) COFINS - Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo à COFINS do período de abril de 1992 a março de 1993, acrescida de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP nº 2158/1999 e não no prazo original do pagamento do tributo. Na esfera administrativa, a exigência fiscal foi reduzida à multa de ofício de 75%. Em maio de 2015 foi ajuizada ação cautelar preparatória

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito remanescente e a consequente suspensão da exigibilidade. Em fevereiro de 2017, a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional e apresentou exceção de pré-executividade, pugnando pela retificação da certidão de dívida ativa (CDA) que embasa a exigência. Atualmente, este pedido pende de apreciação em 1ª instância. A exposição da Companhia refere-se exclusivamente à multa, a qual não sofre atualização. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 58.988 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2016).

(c.9) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. A Companhia contesta 4 autuações sobre esse assunto em ações judiciais que se encontram em diversos estágios processuais. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 91.239 (R\$ 83.726 em 31 de dezembro de 2016).

(c.10) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativo aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9532/97. Em resumo, a Companhia sustenta em sua defesa que despesas relativas a funcionários inativos não devem ser inseridas no cálculo deste limite, bem como que, considerado apenas o montante das despesas com empregados ativos, o referido percentual de 20% é respeitado. Apesar de ter julgado favoravelmente à Companhia processo anterior e idêntico em que se discutiu o período de 1998 a 2000, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 2017, por voto de qualidade, manteve a exigência do presente caso. Para prosseguir a discussão, a Companhia propôs ação judicial em outubro de 2017. Em novembro de 2017, foi concedida a medida liminar pleiteada para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Atualmente, aguarda-se o julgamento dessa ação em 1ª instância. Quanto ao prognóstico de perda, como este tema não está definido na esfera judicial, os assessores jurídicos da Companhia alteraram a avaliação de perda remota, mantida durante a discussão na via administrativa, para possível. A despeito do desfecho desfavorável da discussão na esfera administrativa e da alteração do prognóstico, a tese defendida pela Companhia não foi enfraquecida, uma vez que o entendimento do CARF foi fixado em julgamento com uso de voto de qualidade, já contestado inclusive pela decisão liminar concedida na ação judicial, bem como pelo fato de que os argumentos de defesa estão pautados na aplicação estrita dos termos da Lei nº 9532/97, o que deverá ser levado em conta pelo Poder Judiciário. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 165.188.

Processos fiscais em fase administrativa:

(c.11) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

A Companhia obteve judicialmente o reconhecimento de seu direito aos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Contudo, tramitam 6 execuções fiscais, em diferentes estágios processuais, que visam à cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como as compensações em questão foram efetuadas com créditos reconhecidos por decisão judicial definitiva, eventual exposição da Companhia cinge-se apenas à multa de mora de 20% cobrada pela Fazenda Nacional, a qual não sofre atualização. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 49.394 (R\$ 49.394 em 31 de dezembro de 2016).

(c.12) FINSOCIAL

Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, contra a qual foi apresentado recurso voluntário que aguarda julgamento. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 210.145 (R\$ 199.267 em 31 de dezembro de 2016).

(c.13) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual aguarda julgamento. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 146.546 (R\$ 137.902 em 31 de dezembro de 2016).

(c.14) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Em suma, a SEFAZ/SP alega que as mercadorias registradas no ativo imobilizado seriam alheias às atividades do estabelecimento ou destinadas ao uso e consumo, o que é contestado pela Companhia em todos os processos. Em 2017, a Companhia recebeu duas novas autuações no montante total de R\$ 49.358 referentes ao mesmo objeto dos autos já existentes. Atualmente, a Companhia discute 5 autuações em processos administrativos que aguardam julgamento de recursos. Os valores em 31 de dezembro de 2017 perfazem o total de R\$ 109.118 (R\$ 54.071 em 31 de dezembro de 2016).

(c.15) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), em 2015, lavrou o auto de infração nº 4.056.706-0 contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. A Companhia contesta esta autuação em processo administrativo que, atualmente, aguarda julgamento de recurso. O valor em 31 de dezembro de 2017 perfaz o total de R\$ 48.319 (R\$ 43.828 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

(d) Processos trabalhistas:

- (d.1) Ação Civil Pública - Terceirização
- (d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri

| Valor estimado da contingência | |
|--------------------------------|-----------------|
| 2017 | 2016 |
| Não determinado | Não determinado |
| 99.570 | 89.530 |
| 99.570 | 89.530 |

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando Ordem Liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de *dumping* social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o Pedido Liminar feito pelo MPT. As partes aguardam audiência agendada para 20 de abril de 2018.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia na ação, o risco de condenação na ação é possível e o risco de eventual concessão do pedido liminar é remoto. Apesar do valor pleiteado na ação ser de R\$ 120.000, na avaliação do escritório o valor envolvido é inestimável, pois não há previsão legal que fixe tais valores e, ainda, em razão da subjetividade envolvida. Dessa forma, a Administração da Companhia, suportada por seus assessores jurídicos internos e externos, concluiu que, em 31 de dezembro de 2017, não se faz necessário o registro de provisão para esse tema.

(d.2) Ações de periculosidade - Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando pagamento do adicional de periculosidade para todos os colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas para serem julgadas pelo mesmo juiz. Todos os processos se encontram em fase inicial para produção de provas. A Audiência de instrução foi designada para 04 de outubro de 2018. Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2017 de R\$ 99.570 (R\$ 89.530 em 31 de dezembro de 2016), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

| Natureza | Quantidade | Valor | Taxa a.a. |
|-------------|------------|-----------|---------------|
| Fiscal | 56 | 2.119.516 | 0,32% a 3,25% |
| Cível | 43 | 429.053 | 0,27% a 3,25% |
| Trabalhista | 72 | 144.608 | 0,34% a 3,25% |

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Pesquisa e desenvolvimento | | 60.726 | 19.563 |
| Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico | | 2.004 | 1.684 |
| Ministério de Minas e Energia | | 1.002 | 842 |
| Eficiência energética | | 44.886 | 49.828 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 10.3 | 187.209 | 366.307 |
| Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias | | - | 14.931 |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | | 1.050 | 1.267 |
| Outros encargos | | 56 | 59 |
| Total | | 296.933 | 454.481 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Pesquisa e desenvolvimento | | 30.868 | 56.508 |
| Total | | 30.868 | 56.508 |

20. Outras obrigações

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Devolução - Obrigações vinculadas à concessão | | 49.182 | 47.735 |
| Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP | | 102.547 | 102.996 |
| Outras devoluções a consumidores | | 68.843 | 56.186 |
| Repasse a terceiros | | 9.146 | 9.942 |
| Prêmio de consentimento dos credores | 15.6.1 | 3.084 | 22.077 |
| Penalidade - auto de infração 0014/2016 | 18.1 / c.2 | 13.114 | - |
| Outras | | 12.891 | 11.289 |
| Total | | 258.807 | 250.225 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Adiantamento relacionado a venda de bens | | 2.940 | 2.940 |
| Outras | | 5.513 | 4.107 |
| Total | | 8.453 | 7.047 |

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, e poderá ser aumentado por deliberação do Conselho de Administração.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.323.486 (R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 167.343.887 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 65.857, mediante a capitalização de parte do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sem a emissão de novas ações da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve emissão ou resgate de ações.

21.2 Ações em tesouraria

Conforme nota explicativa nº 1.1, 359 acionistas titulares de 3.058.154 ações preferenciais da Companhia correspondentes a 2,7% das ações preferenciais, que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas de 12 de setembro de 2017, se abstiveram de votar ou não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

aprovaram a migração da Companhia para o Novo Mercado, optaram pelo exercício do direito de retirada.

Dessa forma, em 9 de novembro de 2017 a Companhia realizou o pagamento do reembolso aos acionistas titulares das ações preferenciais que exerceram o direito de retirada com base no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2016 (R\$16,10 por ação), totalizando o montante de R\$ 49.236, registrado em ações em tesouraria.

21.3 Composição acionária:

| Acionistas: | Nota | 2017 | | 2016 | |
|---|------|--------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | | Ordinárias | | Ordinárias | |
| | | Quantidade | % | Quantidade | % |
| BNDSPar | | 31.350.329 | 18,73 | 12.397.144 | 22,22 |
| AES Holdings Brasil Ltda. | | 28.179.237 | 16,84 | 27.890.749 | 50,00 |
| União Federal | | 13.342.642 | 7,97 | 13.342.384 | 23,92 |
| GWI Asset Management S.A. | | 11.585.400 | 6,92 | - | - |
| Outros | | 79.828.125 | 47,70 | 2.151.019 | 3,86 |
| Total das ações ordinárias em poder dos acionistas | | 164.285.733 | 98,16 | 55.781.296 | 100,00 |
| Ações em tesouraria | 21.2 | 3.058.154 | 1,84 | - | - |
| Total das ações ordinárias | | 167.343.887 | 100,00 | 55.781.296 | 100,00 |

| Acionistas: | Preferenciais | |
|--|--------------------|---------------|
| | Quantidade | % |
| BNDSPar | 18.638.053 | 16,71 |
| União Federal | 258 | - |
| Outros | 92.924.280 | 83,29 |
| Total das ações preferenciais em poder dos acionistas | 111.562.591 | 100,00 |

| | | |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Total das ações | 167.343.887 | 167.343.887 |
|------------------------|--------------------|--------------------|

Conforme nota explicativa nº 1.1, a partir de 27 de novembro de 2017 a Companhia passou a fazer parte do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Com a migração para este segmento, a Companhia passou a não mais possuir ações preferenciais. As antigas ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de 1 ação ordinária para cada 1 ação preferencial.

21.4 Reservas de capital:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|--------|----------------|----------------|
| Ações e opções de ações outorgadas | 21.4.1 | 22.441 | 21.555 |
| Reserva especial de ágio na incorporação | 21.4.2 | 670.897 | 670.897 |
| Total | | 693.338 | 692.452 |

21.4.1 Até a migração para o Novo Mercado, o programa de remuneração de longo prazo esteve atrelado à The AES Corporation, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais registradas ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorria quando determinadas condições preestabelecidas fossem atingidas.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais até a migração para o Novo Mercado foi reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica a possibilidade da The AES Corporation de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos executivos da Companhia (liquidadas pela própria The AES Corporation em favor dos executivos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após a migração, a Companhia manteve em seu pacote de remuneração para os executivos o programa de remuneração de longo prazo. O novo programa de remuneração de longo prazo prevê a outorga de instrumentos patrimoniais atrelada a indicadores da própria Companhia.

O legado referente às outorgas antes da migração para o Novo Mercado e não disponíveis para exercício, será liquidado pela Companhia.

Tanto o legado, quanto o novo modelo que contemplará as novas outorgas estão em processo de aprovação pelo Conselho de Administração e, posteriormente, serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

Após a migração para o Novo Mercado, o registro do custo de transações de outorga de títulos patrimoniais permanece sendo no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, indicando o compromisso futuro da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos seus executivos. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia.

- 21.4.2 A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos ocorridos na reorganização societária de 2016: (i) incorporação do ágio da antiga controladora AES Elpa S.A. no montante de R\$ 445.654; e (ii) incorporação do ágio da antiga controladora Brasileira Participações S.A. no montante de R\$ 225.243, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2016. De acordo com a Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Holding Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantida aos acionistas a participação nesse aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, de forma a manter sua participação acionária.

21.5 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão. A composição desses saldos é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ajuste de avaliação patrimonial | 1.479.048 | 1.591.117 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (502.877) | (540.980) |
| Ajuste de avaliação patrimonial, líquido | 976.171 | 1.050.137 |
| Outros resultados abrangentes | (2.458.872) | (2.468.018) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 836.016 | 839.126 |
| Outros resultados abrangentes, líquido | (1.622.856) | (1.628.892) |
| Total registrado no patrimônio líquido | (646.685) | (578.755) |

21.6 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|---------------|
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (844.424) | 20.923 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida | 73.966 | 73.461 |
| Constituição de reserva legal | - | (4.719) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos | 358 | 282 |
| Base distribuível | (770.100) | 89.947 |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | (22.487) |
| Constituição de reserva estatutária | - | (1.603) |
| Aumento de capital proposto | - | (65.857) |
| Absorção pela reserva estatutária | 770.100 | - |
| Saldo de (prejuízos) lucros acumulados | - | - |

De acordo com o parágrafo único do artigo 189 da Lei 6.404/1976, o prejuízo do exercício deve, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Desse modo, a proposta da Diretoria Executiva da Companhia de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, face à apuração do prejuízo líquido ajustado do exercício no montante de R\$ 770.100, é reverter parcela da reserva estatutária de lucro da Companhia para absorver o prejuízo líquido do exercício. Tal proposta deverá ser deliberada pelo Conselho de Administração e submetida à deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. O pagamento do dividendo mínimo obrigatório ocorreu em 19 de dezembro de 2017, aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 20 de abril de 2017, e foi equivalente a R\$ 0,12597593504 por ação ordinária e R\$ 0,13857352854 por ação preferencial.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Conforme nota explicativa nº 1.1, em 27 de novembro de 2017 a totalidade das ações preferenciais da Companhia foi convertida em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária.

Para o cálculo do resultado por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (prejuízo/lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) lucro básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| Numerador: | 2017 | 2016 |
|--|------------------|----------------|
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (844.424) | 20.923 |
| Denominador (em milhares de ações): | | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 166.900 | 167.344 |
| (Prejuízo) lucro básico por ação (em Reais - R\$) | (5,05947) | 0,12503 |

Para cálculo do denominador, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria durante o período. O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as ações em tesouraria a partir do dia 09 de novembro de 2017.

| Período | Quantidade de ações | Número de dias - % | Média ponderada de ações (em milhares) |
|---------------------------|---------------------|--------------------|--|
| 01/01/2017 até 8/11/2017 | 167.344 | 85% | 143.045 |
| 09/11/2017 até 31/12/2017 | 164.286 | 15% | 23.855 |
| - | | 100% | 166.900 |

22.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A Companhia possui reserva especial de ágio no montante de R\$ 670.897, que poderá ser capitalizada a favor dos seus acionistas AES Holdings Brasil Ltda e BNDESPAR, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, mediante subscrição de novas ações, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2017, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio ainda não foram atendidas, em razão de permanecerem em estudo pela Companhia e, após conclusão dos referidos estudos, serão submetidos à aprovação de seus acionistas em Assembleia Geral, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum outro acionista exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 64,43% para 51,74% em 31 de dezembro de 2017, considerando os preços das ações nesta mesma data. Dessa forma, o número aproximado de potenciais ações consideradas diluidoras é de 41.033 mil (R\$ 16,35 por ação).

O instrumento de diluição (reserva especial do ágio) foi constituído somente em 30 de dezembro de 2016, portanto não impactou o cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2016.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado por ação diluído é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$ 844.424 e, dessa forma, as potenciais ações que poderiam ter efeito diluidor, foram consideradas não dilutivas. Vale ressaltar que as 41.033 mil potenciais ações diluidoras poderão apresentar efeito diluidor no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de emissão de ações decorrente do plano de pagamento baseado em ações, este evento não ocasionaria efeito diluidor significativo na Companhia, uma vez que o valor é imaterial para fins de cálculo.

23. Receita operacional líquida

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

(b) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

(c) Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

(d) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

| Nota | 2017 | | | 2016 | | |
|--|---|-------------------|--------------------|---|-------------------|--------------------|
| | Número de unidades consumidoras faturadas | MWh | R\$ | Número de unidades consumidoras faturadas | MWh | R\$ |
| Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica | | | | | | |
| Classe de consumidores: | | | | | | |
| Residencial | 6.705.497 | 16.090.127 | 9.121.123 | 6.564.721 | 15.859.515 | 9.214.807 |
| Industrial | 26.932 | 3.343.815 | 1.702.529 | 27.870 | 4.055.462 | 2.081.314 |
| Comercial | 402.368 | 10.698.857 | 5.689.102 | 402.341 | 11.828.313 | 6.327.270 |
| Rural | 493 | 30.965 | 5.710 | 480 | 29.055 | 4.217 |
| Poder público | 16.069 | 1.231.048 | 580.172 | 15.860 | 1.256.348 | 603.522 |
| Iluminação pública | 2.532 | 814.249 | 261.084 | 2.375 | 823.899 | 260.550 |
| Serviço público | 1.377 | 567.204 | 239.386 | 1.357 | 611.009 | 268.780 |
| Transferência para atividades de distribuição | - | - | (6.993.958) | - | - | (7.759.655) |
| Subtotal - fornecimento | 7.155.268 | 32.776.265 | 10.605.148 | 7.015.004 | 34.463.601 | 11.000.805 |
| Outras | | | | | | |
| Não faturado | - | - | 28.907 | - | - | (103.234) |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD | 1.192 | 10.205.609 | 1.000.369 | 905 | 8.362.083 | 943.448 |
| Transferência para atividades de distribuição | - | - | 6.993.958 | - | - | 7.759.655 |
| Energia no curto prazo | - | 1.176.814 | 170.087 | - | 4.600.552 | 684.294 |
| Receita de construção | - | - | 1.035.001 | - | - | 802.512 |
| Subvenção de recursos da CDE | 23.1 | - | 321.123 | - | - | 255.722 |
| Ativo e passivo financeiro setorial | 12 | - | 1.216.152 | - | - | (1.135.216) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão | 11.1 | - | 51.912 | - | - | 141.875 |
| Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais | 10.4 | - | 70.108 | - | - | - |
| Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais - AES Tietê Energia | 10.4/28.1 | - | 7.738 | - | - | - |
| Receitas com partes relacionadas | 10.4/28.1 | - | 2.181 | - | - | 2.309 |
| Outras receitas | - | - | 158.721 | - | - | 158.100 |
| Receita operacional bruta | 7.156.460 | 44.158.688 | 21.661.405 | 7.015.909 | 47.426.236 | 20.510.270 |
| Deduções da receita bruta | | | | | | |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | - | - | (118.625) | - | - | (104.566) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | (2.255.194) | - | - | (2.675.345) |
| Encargos do consumidor - PROINFA | - | - | (85.436) | - | - | (64.783) |
| Encargos do consumidor - CCRBT | - | - | (712.040) | - | - | (308.633) |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | - | - | (13.899) | - | - | (14.789) |
| ICMS | - | - | (3.567.777) | - | - | (3.770.705) |
| COFINS - corrente | - | - | (1.430.176) | - | - | (1.571.792) |
| PIS - corrente | - | - | (309.566) | - | - | (339.551) |
| ISS | - | - | (200) | - | - | (207) |
| Deduções da receita bruta | - | - | (8.492.913) | - | - | (8.850.371) |
| Receita operacional líquida | 7.156.460 | 44.158.688 | 13.168.492 | 7.015.909 | 47.426.236 | 11.659.899 |

23.1 Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Repasse CDE - descontos na tarifa” - nota explicativa nº 10.3.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

A Companhia registrou os seguintes valores:

| Competência | Bandeiras tarifárias | | | | |
|-------------|----------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|---|
| | Valores faturados | Valores não faturados | Repasse à CCRBT | Recebimento da CCRBT | Valor de cobertura de custos da Companhia |
| 2016 | 377.944 | - | (103) | 12.675 | 390.516 |
| 2017 | 668.005 | 44.035 | (14.739) | 252.890 | 950.191 |

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

| | Custo total | Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias | Saldo coberto (devolvido) no Processo Tarifário | Saldo da CCRBT |
|-----------------------------|--------------------|--|---|------------------|
| Acumulado até dezembro/2015 | (1.350.704) | 1.297.925 | 127.349 | 74.570 |
| Exercício de 2016 | (395.706) | 390.516 | (314.094) | (319.284) |
| Exercício de 2017 | (1.511.485) | 950.191 | 116.034 | (445.260) |
| Total | (3.257.895) | 2.638.632 | (70.711) | (689.974) |

A Companhia retém o déficit da CCRBT no montante de R\$ 689.974, referente às competências de abril a novembro de 2017, ocasionado principalmente pelos custos com compra de energia (basicamente risco hidrológico de quotas e Itaipu). Vale ressaltar que este montante está contemplado no saldo da CVA de custo de aquisição de energia em constituição em 31 de dezembro de 2017 - nota explicativa nº 12.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custo do serviço de energia elétrica

| | | MWh | | R\$ | |
|---|------|------------|------------|-------------|-------------|
| | Nota | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Energia elétrica comprada para revenda: | | | | | |
| Itaipu | | 9.344.497 | 9.166.819 | (1.869.543) | (1.764.939) |
| ANGRA 1 e 2 | | 1.631.309 | 1.635.778 | (371.254) | (328.853) |
| Compra - CCEE | | 137.132 | - | (39.251) | - |
| Compra - CCEAR | | 16.844.764 | 22.240.664 | (3.495.090) | (3.983.438) |
| Compra - CCEAR - AES Tietê Energia | 28.1 | 122.648 | 430.047 | (18.511) | (60.356) |
| Quotas de garantia física | | 10.448.045 | 10.285.511 | (580.725) | (586.254) |
| Risco hidrológico | 12.4 | - | - | (2.023.957) | (398.962) |
| (-) Ressarcimento - leilões de energia | | - | - | 75.745 | 38.131 |
| (-) Créditos de PIS/COFINS | | - | - | 764.553 | 651.998 |
| Subtotal | | 38.528.394 | 43.758.819 | (7.558.033) | (6.432.673) |
| Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA | | 838.809 | 904.041 | (241.326) | (305.213) |
| Total | | 39.367.202 | 44.662.860 | (7.799.359) | (6.737.886) |
| | | | | | |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição: | | Nota | | 2017 | 2016 |
| Uso da rede básica | 24.1 | | | (974.556) | (587.760) |
| Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER | | | | (213.758) | (343.952) |
| (-) Ajustes referente ao alívio retroativo | 24.2 | | | 35.460 | - |
| (-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER | 24.3 | | | 309.647 | - |
| Transporte de energia - Furnas/Itaipu | 24.1 | | | (126.912) | (46.547) |
| Operador Nacional do Sistema - ONS | | | | (27.803) | (25.318) |
| Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD | | | | (6.935) | (6.639) |
| Conexão a Rede Básica - CTEEP | | | | (59.975) | (40.996) |
| (-) Créditos de PIS/COFINS | | | | 120.552 | 108.053 |
| Total | | | | (944.280) | (943.159) |

- 24.1 O aumento decorre principalmente da indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013. Uma vez que o reajuste de tarifas da Rede Básica e Transporte Itaipu (01 de julho de 2017) é praticamente na mesma data do reajuste tarifário da Companhia (4 de julho de 2017), não há impacto relevante no fluxo de caixa da Companhia.
- 24.2 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.
- 24.3 A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A CCEE arrecada o EER pago pelas distribuidoras de energia elétrica e efetua o pagamento para as usinas que geraram a energia de reserva. Se a CONER apresentar saldo positivo (excedente financeiro), a CCEE efetua a restituição por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras despesas operacionais

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|-----------|------------------|------------------|
| Ganhos (perdas) na alienação de bens e direitos | | 7.763 | (619) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (19.920) | (24.228) |
| Seguros | | (4.333) | (4.185) |
| Tributos | | (49.593) | (46.622) |
| Doações, contribuições e patrocínios | 25.2 | (3.614) | (3.710) |
| Doações - partes relacionadas | 28.1 | (382) | - |
| Tarifa bancária | | (51.430) | (48.375) |
| Publicidade | | (2.199) | (1.618) |
| Responsabilidade social | 25.3 | (215) | (932) |
| Perdas na desativação de bens e direitos | | (16.642) | (18.458) |
| Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID | | (24.564) | (16.340) |
| Baixa do ativo financeiro da concessão | 11.1 | (7.830) | (4.867) |
| Taxa de administração do plano - Funcesp | | (11.152) | (10.655) |
| Créditos de PIS/COFINS | | 1.190 | 1.179 |
| DIC/FIC/DMIC/DICRI | 25.1 | (85.320) | (125.557) |
| Recuperação de despesas | | 681 | 8.454 |
| Cobrança contratual - empreiteiras | 10.6 | 15.401 | - |
| Cobrança contratual - empreiteiras - partes relacionadas | 10.6/28.1 | 1.473 | - |
| Penalidades - devoluções a consumidores | | (4.441) | (12.508) |
| Contribuição associativa CCEE | | (8.219) | (6.566) |
| Outros | | (8.312) | (9.215) |
| Total | | (271.658) | (324.822) |

25.1 DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

A partir de janeiro de 2018, os valores ressarcidos ao cliente, através de crédito na fatura, passarão a ser contabilizados como um redutor da receita de fornecimento de energia, conforme novo pronunciamento CPC 47/ IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes (nota explicativa nº 3.1.2).

25.2 As doações representam valores repassados para entidades que realizam projetos sociais alinhados à estratégia da Companhia e promovem o relacionamento com a comunidade onde atua. As contribuições são pagamentos realizados para apoio e manutenção a organizações que representam interesses da Companhia e de seus principais *stakeholders*, incluindo a sociedade. As contribuições a título de patrocínios viabilizam projetos culturais, esportivos e outros que possam promover visibilidade da marca da Companhia (patrocínio). Os recursos para estes fins, desde que o beneficiado for uma organização sem fins lucrativos e os projetos apoiados se enquadrarem em leis de incentivo, podem ser deduzidos do imposto de renda e contribuição social a pagar.

25.3 São despesas com empresas fornecedoras de serviços ou materiais, relacionadas às atividades de responsabilidade social, tais como elaboração do relatório de sustentabilidade, manutenção dos sites de sustentabilidade e de voluntariado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------------|--------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | | |
| Renda de aplicações financeiras | | 60.481 | 96.627 |
| Multas sobre contas de energia elétrica em atraso | 26.1 | 102.651 | 117.662 |
| Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso | 26.1 | 69.748 | 98.180 |
| Subvenções governamentais | | 4.119 | 3.897 |
| Atualização de créditos tributários | | 1.479 | 1.382 |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais | | 30.959 | 30.590 |
| Receita financeira da alienação de imóvel | | - | 3.509 |
| Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial | 12 | - | 47.975 |
| Precatórios judiciais - juros e atualização monetária | | 1.880 | 3.351 |
| Atualização monetária - PIS/COFINS sobre ICMS-ST - clientes ACL | 8.1 | 43.363 | - |
| Outras receitas financeiras - partes relacionadas | 28.1 | 401 | - |
| Outras receitas financeiras | | 24.984 | 31.735 |
| Subtotal | | 340.065 | 434.908 |
| Despesas financeiras | | | |
| Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional | | (420.962) | (564.461) |
| Subvenções governamentais | | (4.119) | (3.897) |
| Atualização monetária de P&D e eficiência energética | | (11.604) | (12.740) |
| Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso | 11.2 | 11.892 | 24.323 |
| Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias | | (3.662) | (11.251) |
| Cartas de fiança e seguros garantia | | (50.610) | (44.689) |
| Atualização monetária de processos judiciais e outros | | (49.773) | (37.354) |
| Atualização monetária - Energia livre | 13.2 | (9.484) | (11.766) |
| Atualização monetária de tributos | | (89) | (143) |
| Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC | | (1.863) | (4.742) |
| Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial líquido | 12 | (66.185) | - |
| Provisão Acordo Eletrobras | 18.1 / b.4 | (1.500.000) | - |
| Atualização dos gastos referente ao Acordo Eletrobras | 18.1 / b.4 | (8.312) | - |
| Outras despesas financeiras | | (23.890) | (31.967) |
| Subtotal | | (2.138.661) | (698.687) |
| Variações cambiais, líquidas | | | |
| Itaipu | | (3.923) | 35.964 |
| Outras variações cambiais | | 103 | (645) |
| Subtotal | | (3.820) | 35.319 |
| Total do resultado financeiro | | (1.802.416) | (228.460) |

- 26.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia, multa de 2% e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

| | 2017 | | 2016 | |
|---|--------------------|--------------------|-----------------|----------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| a) Composição dos tributos no resultado: | | | | |
| Na rubrica de tributos: | | | | |
| Correntes | (2) | - | (13.357) | (4.696) |
| Diferidos | 308.712 | 111.136 | 17.327 | 6.238 |
| Total | 308.710 | 111.136 | 3.970 | 1.542 |
| b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa: | | | | |
| Resultado antes dos tributos | (1.264.270) | (1.264.270) | 15.411 | 15.411 |
| Adições: | | | | |
| Doações | 979 | 979 | 1.243 | 1.243 |
| Gratificação a administradores | 5.463 | 5.463 | (7) | (7) |
| Perdas indedutíveis no contas a receber | 10.427 | 10.427 | - | - |
| Perdas na baixa de bens e direitos | 3.023 | 3.023 | 26.048 | 26.048 |
| Multas indedutíveis | 6.125 | 6.125 | 4.276 | 4.276 |
| Despesas indedutíveis | 2.056 | 2.056 | 4.609 | 4.609 |
| Salário maternidade e paternidade | 465 | 465 | 439 | 439 |
| Outros | 886 | 886 | 1.128 | 1.128 |
| Total das adições | 29.424 | 29.424 | 37.736 | 37.736 |
| Base de cálculo | (1.234.846) | (1.234.846) | 53.147 | 53.147 |
| Alíquota nominal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Despesa com tributos às alíquotas nominais | 308.712 | 111.136 | (13.287) | (4.783) |
| Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores | (2) | - | (986) | (250) |
| Ajuste IRPJ/CSLL - exclusão P&D | - | - | 1.331 | 487 |
| Créditos tributários sobre ágio na incorporação | | | 16.912 | 6.088 |
| Total da receita (despesa) com tributos | 308.710 | 111.136 | 3.970 | 1.542 |
| Alíquota efetiva | 24,4% | 8,8% | -25,8% | -10,0% |

28. Partes relacionadas

Desde março de 2017, a Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas foram submetidos e anuídos pela ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

A AES Holdings Brasil Ltda. foi a controladora da Companhia até 27 de novembro de 2017, momento que ocorreu a migração da Companhia para o Novo Mercado (nota explicativa nº 1.1). Contudo, mesmo após a migração, a AES Holding Brasil exerce influência significativa sobre a Companhia, e devido a isso, as transações comerciais realizadas com empresas controladas direta ou indiretamente por ela, permanecem sendo consideradas transações entre partes relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28.1 Partes relacionadas:

Ativos e receitas:

| Natureza da transação | Parte relacionada | Influência significativa | Total estimado | Vigência | Ativo | | Receita | |
|--|---|---|----------------------------------|--------------------------------------|-------|------|--------------|--------|
| | | | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Aluguel (*) Sublocação (parte imóvel comercial) | AES Holding Brasil Ltda. | Influência significativa | R\$ 5 - anual | Setembro de 2012 até janeiro de 2022 | - | - | 5 | 5 |
| | AES Tietê Energia S.A. | Influência significativa | R\$ 1.194 - anual | | 101 | 27 | 1.194 | 1.091 |
| | Brasília Participações S.A. (AES) | Influência significativa | R\$ 5 - anual | | 1 | 1 | 5 | 5 |
| | AES Serviços TC Ltda. | Influência significativa | R\$ 162 - anual | | 12 | 17 | 162 | 197 |
| | AES Elpa S.A. | Influência significativa | R\$ 5 - anual | Maio de 2014 até janeiro de 2022 | - | - | 5 | 5 |
| | AES Brasil Ltda. | Influência significativa | R\$ 15 - anual | | 1 | 1 | 15 | 14 |
| | Southern Electric Brasil Particip. Ltda (AES) | Influência significativa | R\$ 5 - anual | | - | - | 5 | 4 |
| | AES Sul S.A. | Mesmo grupo econômico até outubro de 2016 | | Setembro de 2012 até outubro 2016 | - | - | - | 106 |
| Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em fatura de energia) | AES Serviços TC Ltda. | Influência significativa | De acordo com a venda do serviço | Outubro de 2014 até outubro de 2018 | 53 | 882 | 790 | 882 |
| Ressarcimento Ônus de acordos bilaterais | AES Tietê Energia S.A. | Influência significatva | R\$ 7.738 | Abril de 2017 até janeiro 2019 | 5.333 | - | 7.738 401 | - - |
| Indenização inventário | AES Serviços TC Ltda. | Influência significativa | R\$ 1.473 | Dezembro de 2017 até outubro 2019 | 1.473 | - | 1.473 | - |
| Total outros créditos - nota explicativa nº 10: | | | | | 6.974 | 928 | - | - |
| Total receita operacional - nota explicativa nº 23: | | | | | - | - | 9.919 | 2.309 |
| Total outras despesas operacionais - nota explicativa nº 25: | | | | | - | - | 1.473 | - |
| Total receita financeira - nota explicativa nº 26: | | | | | - | - | 401 | - |

(*) O valor total estimado de sublocação considera uma estimativa anual do aluguel, que contempla também o rateio do condomínio e IPTU do imóvel comercial. Adicionalmente, a Companhia firmou contratos de sublocação em comodato com a AES Comsul, AES Guaíba e AES Florestal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

| Natureza da transação | Parte relacionada | Total estimado | Vigência | Passivo | | Despesa | |
|--|--|-------------------------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Prestação de serviços | Substituição de postes | R\$ 14.754 | Janeiro de 2014 até dezembro de 2017 | - | 1.399 | (2.076) | (3.365) |
| | Atendimento de lojas | R\$ 81.322 | Agosto de 2015 até setembro de 2019 | - | - | (23.704) | (21.522) |
| | Corte/religa | R\$ 17.400 | Abril de 2015 até setembro de 2016 | - | - | - | (8.534) |
| | Corte/religa | R\$ 26.400 | Outubro de 2016 até abril de 2019 | - | 1.143 | (19.487) | (4.584) |
| | Poda de árvores | R\$ 3.500 | Julho de 2015 até julho de 2019 | - | 793 | (804) | (1.957) |
| | Manutenção | R\$ 25.000 | Março de 2015 até março de 2019 | - | 2.677 | (9.576) | (4.666) |
| | Técnicos e comerciais - baixa renda | R\$ 11.922 | Dezembro de 2017 até dezembro de 2020 | - | - | (59) | - |
| | Projeto Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | R\$ 2.777 | Novembro de 2017 até agosto de 2019 | - | - | - | - |
| Energia (Leilão A-1 2015) | AES Tietê Energia S.A. | Influência significativa | Contrato rescindido em abril de 2017 (acordo bilateral) | - | 4.920 | (18.511) | (60.356) |
| Doações (i) | Instituto AES Brasil | Influência significativa | Não aplicável | - | - | (382) | - |
| Dividendos | AES Holding Brasil Ltda. | Influência significativa | Não aplicável | - | 3.514 | - | - |
| Prestação de serviços | AES Big Sky LLC | Influência significativa | Contrato rescindido em setembro de 2016 | - | - | - | (2.424) |
| Plano de previdência | FUNCESP | Integrante do Conselho Deliberativo | R\$ 3.707.100 Até maio de 2028 | 3.707.100 | 3.777.347 | (389.312) | (353.763) |
| Fornecedores - nota explicativa nº 13: | | | | - | 10.932 | - | - |
| Dividendos a pagar: | | | | - | 3.514 | - | - |
| Obrigações com entidade de previdência privada nota explicativa nº 16: | | | | 3.707.100 | 3.777.347 | (389.312) | (353.763) |
| Energia elétrica comprada para revenda - nota explicativa nº 24: | | | | - | - | (18.511) | (60.356) |
| Serviços de terceiros: | | | | - | - | (55.706) | (47.052) |
| Outras despesas operacionais - nota explicativa nº 25: | | | | - | - | (382) | - |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A partir de 2017, o Instituto AES Brasil passou a consolidar a atuação social voluntária das empresas do Grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. As doações que foram efetuadas ao Instituto AES Brasil tiveram como objetivo subsidiar projetos que impulsionem a inovação social, viabilizando novas soluções de energia e de geração de renda que promovam transformações positivas na vida das pessoas e das comunidades.

Com a conclusão da migração para o Novo Mercado, em novembro de 2017, a política de Investimento Social Privado (ISP), no que tange ao uso de recursos em projetos de interesse público, deixou de ser responsabilidade do Instituto AES e passou a ser realizada pela Companhia, com os projetos de ISP diretamente conectados com a marca 'Eletropaulo'.

Contrato de cooperação

A AES Tietê Energia e a Companhia assinaram, em 5 de junho de 2014, um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental ("TCRAs") celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") a serem cumpridos. Desta forma, a parceria se caracteriza com: (i) a AES Tietê Energia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente; e (ii) a Companhia sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada.

Através desta parceria já foram plantados 118,41 hectares, sendo 50,7 hectares no reservatório da Usina Hidrelétrica de Promissão e 67,7 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos financeiros a serem demonstrados como partes relacionadas.

28.2 Remuneração da alta administração

Remuneração alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração seguindo o regime de competência, foi como segue:

| Descrição: | Nota | 2017 | 2016 |
|--|--------|--------------|---------------|
| Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus) | | 8.820 | 10.913 |
| Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida) | | 314 | 288 |
| Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo) | 17.1 | 230 | 303 |
| Benefícios de rescisão contrato de trabalho | | 224 | 978 |
| Remuneração baseada em ações | 21.4.1 | 366 | 1.127 |
| Total | | 9.954 | 13.609 |

29. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Período de vigência | | Importância segurada |
|---|------|---------------------|-------------|---|
| | | de | até | |
| Riscos operacionais | | 31-dez-2017 | 1-jul-2019 | R\$ 131.446 |
| Vida em grupo | | 1-jan-2018 | 1-jan-2019 | 25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833 |
| Responsabilidade civil geral | 29.1 | 1-abr-2017 | 1-abr-2018 | R\$ 40.000 |
| Responsabilidade civil de administradores - D&O | | 27-nov-2017 | 27-nov-2018 | R\$ 100.000 |
| Riscos ambientais | 29.1 | 1-abr-2017 | 1-abr-2018 | R\$ 10.000 |
| Frota de veículos - RCF | | 1-abr-2017 | 1-abr-2018 | RCFV Garantia Única R\$ 1.000 |

- 29.1 Antes da migração para o novo mercado, os contratos de seguros eram compartilhados entre as empresas do Grupo AES. Após a migração, os contratos foram individualizados e passaram a cobrir somente a Companhia, exceto os seguros de responsabilidade civil geral e de riscos ambientais que serão compartilhados entre as empresas até o fim da vigência.

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | | 2017 | | 2016 | | |
|---|-------|----------------|-------------|----------------|-------------|--|
| | Notas | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Categoria |
| ATIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 309.283 | 309.283 | 198.773 | 198.773 | Empréstimos e recebíveis |
| Investimentos de curto prazo | 4 | 291.994 | 291.994 | 868.858 | 868.858 | Ativos financeiros disponíveis para venda |
| Consumidores, revendedores e outros | 5 | 2.140.773 | 2.140.773 | 2.090.732 | 2.090.732 | Empréstimos e recebíveis |
| Contas a receber - acordos | 6 | 152.870 | 152.870 | 96.857 | 96.857 | Empréstimos e recebíveis |
| Cauções e depósitos vinculados | 18 | 532.495 | 532.495 | 491.806 | 491.806 | Empréstimos e recebíveis |
| Ativo financeiro da concessão | 11.1 | 3.011.833 | 3.011.833 | 2.386.192 | 2.386.192 | Ativos financeiros disponíveis para venda |
| Ativo financeiro setorial, líquido | 12 | 18.288 | 18.288 | 44.243 | 44.243 | Empréstimos e recebíveis |
| Total | | 6.457.536 | 6.457.536 | 6.177.461 | 6.177.461 | |
| PASSIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | |
| Fornecedores | 13 | 1.789.718 | 1.789.718 | 1.468.254 | 1.468.254 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro | 15 | 3.569.012 | 3.570.412 | 3.271.395 | 3.224.844 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 2.046 | 2.046 | 23.083 | 23.083 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Passivo financeiro setorial, líquido | 12 | 113.379 | 113.379 | 312.902 | 312.902 | Passivos financeiros pelo custo amortizado |
| Total | | 5.474.155 | 5.475.555 | 5.075.634 | 5.029.083 | |

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

| | 2017 | | | | 2016 | | | |
|--|------------------|------------|------------------|----------|------------------|------------|------------------|----------|
| | Valor justo | Mensuração | | | Valor justo | Mensuração | | |
| | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| ATIVO (Circulante e não circulante) | | | | | | | | |
| Investimentos de curto prazo | 291.994 | - | 291.994 | - | 868.858 | - | 868.858 | - |
| Ativo financeiro da concessão | 3.011.833 | - | 3.011.833 | - | 2.386.192 | - | 2.386.192 | - |
| Total | 3.303.827 | - | 3.303.827 | - | 3.255.050 | - | 3.255.050 | - |

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*, conforme descritas a seguir.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A área de Gestão de Riscos é liderada pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com os Investidores, responsável por acompanhar o modelo de gestão de riscos e assegurar que seja executado conforme metodologia predefinida, assegurar diretrizes e metas, e garantir que os recursos necessários sejam alocados para o bom funcionamento da área.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos, analisar o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange a gestão de riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores de riscos e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

O Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre as questões estratégicas de gestão de riscos, incluindo aprovar e avaliar a Política de Gestão de Riscos e o modelo de gestão de riscos adotados. Trimestralmente, os riscos prioritários são levados a reuniões de conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

A Diretoria Executiva deve assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. O Comitê Executivo de Riscos é composto pela Diretoria Executiva da Companhia, tendo como principal objetivo a supervisão e o monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos. As reuniões do Comitê Executivo de Riscos ocorrem mensalmente, e nelas são avaliados e validados os modelos de gestão de risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia, bem como a aprovação de metas e ações e a priorização de recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Ao Conselho Fiscal cabe acompanhar a avaliação dos riscos da Companhia, bem como discutir periodicamente com a Administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de Controles Internos atua também na manutenção das políticas e procedimentos internos, na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria interna e externa que afetam as demonstrações para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinente. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e, posteriormente, informa ao Conselho Fiscal o resultado dos mesmos.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, apresentando as recomendações e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria, Conselhos de Administração e Fiscal, periodicamente.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê supervisionar as atividades da Auditoria Interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna (qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados).

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

A partir do terceiro trimestre de 2017, com a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, compete a este Comitê monitorar o cumprimento das leis, regulamentos e efetividade dos sistemas de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

compliance, monitorar os aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias da Companhia, as políticas e atividades de prevenção, investigação e apuração de eventuais casos de fraudes.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem por principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das demonstrações contábeis.

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2017 é:

| | Nota | 2017 |
|-------------------------------------|-------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | b.1.1 | 309.283 |
| Investimentos de curto prazo | b.1.1 | 291.994 |
| Consumidores, revendedores e outros | b.1.2 | 2.140.773 |
| Contas a receber - acordos | b.1.2 | 152.870 |
| Ativo financeiro setorial, líquido | b.1.3 | 18.288 |
| Ativo financeiro da concessão | b.1.3 | 3.011.833 |
| Total da exposição | | 5.925.041 |

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (notas explicativas nºs 5 e 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. Em 2017, a Companhia implementou uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, definindo a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 934.155 | 788.826 |
| Debêntures | 2.551.374 | 2.405.847 |
| Arrendamento financeiro | 83.483 | 76.722 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (309.283) | (198.773) |
| Investimentos de curto prazo | (291.994) | (868.858) |
| Dívida líquida | 2.967.735 | 2.203.764 |
| Patrimônio líquido | 1.808.432 | 2.694.812 |
| Dívida líquida / Patrimônio líquido | 164,11% | 81,78% |

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2017, 28,8% era de curto prazo (27,0% em 31 de dezembro de 2016) e o prazo médio era de 2,1 anos (2,3 anos em 31 de dezembro de 2016).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 1.022.901 (R\$ 169.684 em 31 de dezembro de 2016). A piora no cenário hidrológico verificada no segundo semestre de 2017 ocasionou uma redução no fluxo de caixa da Companhia e, consequentemente, uma maior necessidade de capital de giro. Os efeitos do impacto na hidrologia são reconhecidos contabilmente como Ativo Financeiro Setorial em constituição, e serão recuperados financeiramente pela Companhia quando do reajuste tarifário a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2018. A redução do fluxo de caixa anteriormente mencionada, acompanhada dos investimentos realizados na melhoria da infraestrutura de distribuição, contribuíram para redução nas disponibilidades em 31 de dezembro de 2017. O aumento dos investimentos faz parte do plano de criação de valor da Companhia, e tem como objetivo a melhora da base de remuneração a partir da próxima revisão tarifária e, consequentemente, é esperada uma maior geração de caixa operacional, seguindo modelo tarifário vigente. O plano de investimento da Companhia contribui também para redução das despesas operacionais, pois o foco é em eficiência e aumento da qualidade dos serviços. Adicionalmente, a Companhia busca reestruturação do seu perfil de endividamento, bem como o alongamento do seu perfil de dívida. A Companhia entende que o risco de liquidez encontra-se mitigado pelos fatores anteriormente mencionados, de forma que seus estudos de projeção de fluxo de caixa demonstram a capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

| Posição em 31 de dezembro de 2017 | Menos de 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais que 5 anos |
|--|------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------|
| Fornecedores | 1.789.718 | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 52.105 | 480.522 | 269.433 | 282.226 | 21.094 |
| Debêntures | 40.112 | 686.367 | 647.239 | 1.751.869 | - |
| Arrendamento financeiro | 6.604 | 24.012 | 21.518 | 26.396 | 4.953 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 2.046 | - | - | - | - |
| Total | 1.890.585 | 1.190.900 | 938.190 | 2.060.491 | 26.047 |

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2017.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2017 é:

| | 2017 |
|-----------------------------------|--------------------|
| Equivalentes de caixa | 125.872 |
| Investimentos de curto prazo | 291.994 |
| Empréstimos e financiamentos | (899.381) |
| Debêntures | (2.598.245) |
| Total da exposição líquida | (3.079.760) |

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread (nota explicativa nº 15.2).

| Aplicações financeiras | Posição em 31.12.2017 | Projeção receitas financeiras - 01 ano | | | | |
|------------------------------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| CDI | | 3,41% | 5,11% | 6,81% | 8,51% | 10,22% |
| Equivalentes de caixa | 125.872 | 4.292 | 6.432 | 8.572 | 10.712 | 12.864 |
| Investimentos de curto prazo | 291.994 | 9.957 | 14.921 | 19.885 | 24.849 | 29.842 |
| Subtotal | 417.866 | 14.249 | 21.353 | 28.457 | 35.561 | 42.706 |

| Dívidas | Posição em 31.12.2017 | Projeção despesas financeiras - 01 ano | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário Provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
| CDI / SELIC | | 3,41% | 5,11% | 6,81% | 8,51% | 10,22% |
| Debêntures | (2.598.245) | (136.483) | (183.984) | (231.572) | (279.239) | (327.271) |
| Empréstimos | (734.978) | (44.534) | (57.348) | (70.163) | (82.978) | (95.867) |
| TJLP | | 3,50% | 5,25% | 7,00% | 8,75% | 10,50% |
| FINEM | (89.268) | (6.916) | (8.543) | (10.169) | (11.795) | (13.421) |
| FINEP 2 | (75.135) | (6.518) | (7.899) | (9.279) | (10.660) | (12.040) |
| Subtotal | (3.497.626) | (194.451) | (257.774) | (321.183) | (384.672) | (448.599) |
| Total da exposição líquida | (3.079.760) | (180.202) | (236.421) | (292.726) | (349.111) | (405.893) |

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

| Exposição às taxas de câmbio | 2017 | | 2016 | |
|--------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Moeda estrangeira | R\$ | Moeda Estrangeira | R\$ |
| Fornecedores (Itaipu) | 110.518 | 365.593 | 96.651 | 314.994 |
| Passivo líquido exposto | 110.518 | 365.593 | 96.651 | 314.994 |

(b.4.3) Risco de preço

Reajuste tarifário de 2017

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 27 de junho de 2017, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2017, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2017. A ANEEL aprovou um reajuste de +5,57% composto por (i) reajuste econômico de +4,60%, sendo 4,39% de Parcela A e 0,21% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de 1,09%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +4,48%.

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Encargos setoriais - redução de 13,35%, representando -3,79% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 20,82% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
 - Energia comprada - aumento de 2,38%, inferior ao IPCA de 3,25%, decorre principalmente do aumento do volume de cotas de garantia física de 18%, cujo preço é mais barato do que a tarifa média de compra de energia da Companhia. O aumento do custo da compra de energia representa 1,07% no reajuste econômico; e
 - Encargos de transmissão - aumento de 142,74% decorrente principalmente da indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013, representando 7,11% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em 0,98%, representando uma participação de 0,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IGP-M de -0,30%, no período de 12 meses findos em junho de 2017; e
 - Fator X de -1,28%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários desse ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,04%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 129.460, dentre os quais destaca-se: R\$ 880.651 negativo referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 88.773, Sobrecontratação de R\$ 245.216, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 133.834 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 473.072.

O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 2,37% e 5,37% para alta e baixa tensão, respectivamente.

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 15.7) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Concomitantemente, o órgão regulador solicitou à 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive à Companhia, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, direcionando-as para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de recuperação dos indicadores da Companhia foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela Agência em 16 de dezembro de 2015. Decorrido o período de realização do plano, a Companhia destaca que atendeu 99% das ações e obras do plano de recuperação dos indicadores previstas para o plano, sendo que a única ação do plano não atendida no prazo inicial, não foi finalizada por dificuldades ambientais.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço, participará do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figura entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Ao final do segundo ciclo do plano, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades previstas na REN 63/2004, que consistem em advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados demandam investimentos e custos adicionais.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2017 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 7 a 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,3%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 90.105 (valor atualizado de R\$ 106.140 em 31 de dezembro de 2017) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que vem impactando consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e portanto deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCSDs. Como resultado dessas ações, o nível de sobrecontratação de energia em 31 de dezembro de 2017 é de 103,5%, dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto aos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

No Reajuste Tarifário de 2017, a ANEEL considerou o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo de atividade.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência, e, assim evitar ou mitigar os impactos adversos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento socioambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política de Sustentabilidade consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

31. Informações complementares

31.1 Às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|-----------|---------|---------|
| Compensações de PIS e COFINS | | 202.065 | 21.275 |
| Doações de linhas e redes (Adição de ativos financeiros e intangíveis) | | 7.493 | 25.170 |
| Aumento de capital, conforme destinação do resultado de 31.12.2016 | | 65.857 | - |
| 20ª emissão de debêntures - Dação em pagamento da 9ª e 15ª emissões | 15.2 (a3) | 514.104 | - |
| Compensações CDE | 10 | 252.498 | 236.496 |
| Prêmio de consentimento dos debenturistas | 15.6.1 | 3.084 | 22.077 |

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

| | Nota | 2017 | 2016 |
|---|------|---------|---------|
| Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais | | 377.539 | 479.630 |
| Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados) | 26 | 11.892 | 24.323 |
| Pagamento de juros | 15.6 | 389.431 | 503.953 |

31.2 Às demonstrações do valor adicionado

Em 2016, a Companhia investiu em projetos sociais nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, capacitação profissional inclusiva, acesso à energia e eficiência energética, influência social com recursos financeiros próprios, de leis de incentivo e do Programa de Eficiência Energética.

Em 2017, a atuação social voluntária da Companhia foi gerida pelo Instituto AES Brasil, com foco promover inovação social. A Companhia investiu em projetos em quatro programas: Formação do Cidadão, Inovação para o Desenvolvimento Social, Empreendedorismo Consciente e Voluntariado, com recursos financeiros próprios e do Programa de Eficiência Energética.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 28.1, a partir da migração para o Novo Mercado, o uso de recursos em projetos de interesse público deixou de ser responsabilidade do Instituto AES Brasil e passou a ser gerido pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Investimentos e gastos em meio ambiente

A Companhia manteve em 2017 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001 e mantém programas e práticas que evidenciam a sua responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante dos investimentos foi no valor de R\$ 75.355 (R\$ 76.543 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 72.174 (R\$ 56.225 em 31 de dezembro de 2016) registrados no resultado do exercício e R\$ 3.181 (R\$ 20.318 em 31 de dezembro de 2016) destinados a investimento ao ativo imobilizado. Foram realizados gestão de arborização urbana, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

33. Demonstrações contábeis regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014 e ao despacho de encerramento nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até 30 de abril de 2018 no seguinte sítio <http://ri.eletropaulo.com.br/>.

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações contábeis, apresentados por maturidade de vencimento, cujos valores foram calculados considerando os preços vigentes e montantes contratados nesta data:

| Transmissão | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Após 2023 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| CTEEP | 79.829 | 79.829 | 79.829 | 79.829 | 79.829 | 478.974 |
| Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD | 10.542 | 10.542 | 10.542 | 10.542 | 10.542 | 63.251 |
| Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS | 1.439.549 | 1.486.460 | 1.502.278 | 1.265.411 | 1.265.411 | 7.592.469 |
| Itaipu / Furnas | 201.943 | 201.943 | 201.943 | 201.943 | 201.943 | 1.009.714 |
| Total | 1.731.863 | 1.778.774 | 1.794.592 | 1.557.725 | 1.557.725 | 9.144.408 |
| Arrendamento mercantil operacional | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Após 2023 |
| Imóveis | 18.418 | 17.602 | 16.252 | 15.181 | 13.910 | 48.816 |
| Outros alugueis | 2.302 | 1.594 | 693 | 693 | 462 | - |
| Total | 20.720 | 19.196 | 16.945 | 15.874 | 14.372 | 48.816 |

Abaixo, estão demonstrados em MWh os compromissos contratuais futuros de compra de energia em 31 de dezembro de 2017, incluindo os montantes homologados anualmente pela ANEEL (Itaipu, Proinfa, Angra e cotas de garantias):

| Contrato de compra de energia - MWh | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Após 2023 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Itaipu | 8.736.412 | 8.638.748 | 8.381.440 | 8.077.649 | 7.985.345 | 47.983.110 |
| PROINFA | 837.848 | 837.848 | 837.848 | 837.848 | 837.848 | 2.513.544 |
| Leilão CCEAR (Hidrelétrica): | 10.880.478 | 8.559.975 | 8.761.844 | 8.740.023 | 8.740.023 | 236.074.077 |
| Leilão CCEAR (Térmica): | 5.550.014 | 6.200.680 | 6.916.335 | 7.269.862 | 7.269.871 | 91.876.419 |
| Leilão CCEAR (Outros): | 1.728.269 | 2.228.226 | 2.272.475 | 2.266.266 | 2.266.266 | 61.226.369 |
| Angra 1 e 2 (Nuclear): | 1.631.309 | 1.631.309 | 1.631.309 | 1.631.309 | 1.631.309 | 32.626.173 |
| Cotas de garantia física | 9.699.269 | 9.673.726 | 9.781.457 | 9.835.746 | 9.836.322 | 9.836.898 |
| Total | 39.063.599 | 37.770.512 | 38.582.708 | 38.658.703 | 38.566.984 | 482.136.590 |

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujos montantes também são homologados pela ANEEL (nota explicativa nº 23).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2017, exceto a linha de crédito citada na nota explicativa nº 15.1.

35. Eventos subsequentes

35.1 Empréstimo, financiamentos e debentures obtidos após 31 de dezembro de 2017

As captações de dívidas relacionadas abaixo foram realizadas entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a data de aprovação destas demonstrações contábeis:

| Descrição | Valor do ingresso | Data da emissão | Taxa contratual a.a | Amortização e pagamentos de juros | Vencimento | Finalidade | Garantias |
|---|-------------------|-----------------------|---|---|-----------------|--|------------|
| 22ª Emissão | R\$ 300.000 | 08 de janeiro de 2018 | CDI + 2,00% Até julho de 2018 CDI + 2,30% A partir de agosto de 2018 | Mensal a partir de agosto de 2018, conforme fluxo de pagamentos | Janeiro de 2019 | Investimentos, reforço de capital de giro (empréstimo-ponte para Finem) | Recebíveis |
| FINEM - Subcrédito A (3º protocolo) | R\$ 52.000 | 09 de janeiro de 2018 | SELIC + 4,69% | Mensal a partir de abril de 2018, conforme fluxo de pagamentos | Março de 2022 | Implementação do programa de investimento, destinado a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica | Recebíveis |
| FINEM - Subcrédito B e C (3º protocolo) | R\$ 46.216 | | TJLP + 4,43% | | | | |

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, segregados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 - Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A Companhia informa a sua projeção de sobrecontratação e o impacto financeiro associado a tal sobrecontratação.

3 - Programa de Produtividade

A Companhia informa a projeção de redução das despesas operacionais, com valores em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

b.) Período projetado e prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A Companhia divulga sua projeção de sobrecontratação para o ano de 2018, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

3 - Programa de Produtividade

A Companhia divulga suas projeções de redução das despesas operacionais, com valores em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018, para os anos de 2018 e 2019, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2 - Exposição da sobrecontratação de energia elétrica

A projeção do impacto financeiro da sobrecontratação de energia divulgada, considera:

- Volume de energia contratada para o ano vigente;
- Demanda de energia pelos consumidores;
- Preço médio de energia contratada pela Companhia;
- Preço médio do mercado de curto prazo (“spot” ou “PLD”);
- Limites regulatórios de repasse desse efeito para a tarifa;
- Migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

3 - Programa de Produtividade

A projeção de redução das despesas operacionais, excluindo fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018, considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade da Companhia: Duração (“DEC”) e Frequência (“FEC”);
- Gestão da receita;
- Ganhos de eficiência devido à maior produtividade.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle.

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos diverjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o período de cinco anos (2018-2022), incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

| Investimentos estimados* | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Ciclo: 2018-2022 |
|--------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|----------------|------------------|
| Recursos próprios | 1.090,2 | 632,0 | 770,9 | 966,2 | 1.064,0 | 4.523,3 |
| Financiado pelo cliente | 94,0 | 77,2 | 76,6 | 83,0 | 87,8 | 418,7 |
| Total | 1.184,2 | 709,2 | 847,6 | 1.049,2 | 1.151,7 | 4.942,0 |

* termos nominais

2 - Exposição sobrecontratação

A Companhia projeta para 2018 um nível de contratação de energia de 102,5%, sem impacto em seu resultado, dentro do limite de repasse à tarifa.

3 - Programa de Produtividade

A Companhia projeta redução de R\$ 150 milhões de suas despesas operacionais para 2018 e R\$ 100 milhões para 2019. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Atualização 4T17

1 - Investimentos

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2018-2022). As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens “d” e “e”, este último no subitem “Atualização 4T16”.

As projeções atualizadas e substituídas serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência e estarão disponíveis no site da CVM em www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores da Companhia em <http://ri.eletropaulo.com.br>.

Para o ano de 2017, a Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados no ano, conforme tabela e explicações a seguir:

| Investimentos - R\$ MM | Estimativa 2017 | Realizado 2017 | Variação |
|--------------------------|-----------------|----------------|--------------|
| Recursos Próprios | 841,3 | 911,2 | +8,3% |
| Financiados pelo Cliente | 100,7 | 114,9 | +14,1% |
| Total | 942,0 | 1.026,0 | +8,9% |

Em 2017, a Companhia inicialmente planejava investir R\$ 942,0 milhões, sendo R\$ 841,3 milhões com recursos próprios e R\$ 100,7 milhões financiados pelo cliente. A variação de R\$ 84,0 milhões entre o investimento realizado e o projetado para o ano tem como justificativas: (i) a variação positiva, de R\$ 69,9 milhões da conta de investimentos com Recursos Próprios, resultante principalmente de investimento no sistema para a melhoria da qualidade do fornecimento de energia, e (ii) a variação positiva, de R\$ 14,2 milhões, dos projetos financiados pelos clientes referente principalmente à conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

2 - Demanda dos consumidores

Encerrado o quarto trimestre de 2017, a Companhia deixou de divulgar o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores.

Para o ano de 2017, a Companhia apresenta um comparativo entre o valor realizado e o valor projetado para o ano, conforme tabela e explicações a seguir:

| Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor | Estimativa 2017 | Realizado 2017 |
|---|-----------------|----------------|
| Base consumo de 2017 vs. 2016 | 0,5% a 0,9% | 0,4% |

A variação entre o projetado e o realizado se deve ao desempenho do mercado total da área de concessão, com expansão mais modesta do que o esperado, refletindo os efeitos da economia, cuja recuperação da recessão tem ocorrido de modo moderado e desigual entre os setores.

3 - Exposição sobrecontratação

Encerrado o quarto trimestre de 2017, a Companhia não revisou o valor projetado da exposição da sobrecontratação para o ano de 2018, conforme apresentado no item “d” e detalhado a seguir:

| Exposição Sobrecontratação (2018) | Estimativa divulgada no 1T17 | Estimativa divulgada no 2T17 | Estimativa divulgada no 3T17 | Estimativa divulgada no 4T17 |
|--|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Sobrecontratação (%) | 107,3% | 105,1% | 102,5% | 102,5% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Efeito negativo de R\$ 21 milhões | Imaterial | n/a | n/a |

Para o ano de 2017, a Companhia apresenta um comparativo entre o valor realizado e valores projetados para o ano, conforme tabela e explicações a seguir:

| Exposição Sobrecontratação (2017) | Estimativa 2017 | Realizado 2017 |
|--|-----------------|----------------|
| Sobrecontratação (%) | 103,0% | 103,5% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | n/a | n/a |

A variação entre o projetado e o realizado se deve ao desempenho do mercado total da área de concessão, com expansão mais modesta do que o esperado, refletindo os efeitos da economia, cuja recuperação da recessão tem ocorrido de modo moderado e desigual entre os setores.

Para o ano de 2016, a Companhia atualizou os valores de sobrecontratação e o respectivo impacto e efeito financeiro para o ano, substituindo as informações apresentadas anteriormente no subitem “Atualização 4T16”, conforme tabela e explicações a seguir:

| Exposição Sobrecontratação | Valor Realizado em 2016 divulgado no 4T16 | Valor Realizado em 2016 atualizado |
|---|---|------------------------------------|
| Sobrecontratação (%) | 110,87% | 110,31% |
| Impacto EBITDA (R\$ milhões) exposição voluntária | n/a | n/a |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% (R\$ milhões) ¹ | 92 | 90 |

1 - Valor financeiro bruto

A atualização dos valores decorre de recontabilizações usualmente realizadas pela CCEE. Para maior detalhamento, por favor, consulte as demonstrações financeiras referentes à 2017.

4 - Programa de Produtividade

Encerrado o quarto trimestre de 2017, a Companhia não atualizou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2018 e 2019, conforme apresentado no item “d”.

Para o ano de 2017, a Companhia apresenta um comparativo entre o valor realizado e projetado no ano, conforme tabela e explicações a seguir:

| Redução de despesas operacionais - R\$ MM | Estimativa 2017 | Realizado 2017 | Variação |
|---|-----------------|----------------|----------|
| Total | 200,0 | 203,0 | +1,5% |

Em 2017, a Companhia inicialmente planejava reduzir as despesas operacionais em R\$ 200,0 milhões. A variação de R\$ 3,0 milhões entre a redução realizada e o projetado para o ano tem como justificativa a variação positiva em PCLD, provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa, acima do esperado.

Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

Atualização 3T17

1 - Investimentos

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021).

2 - Demanda dos consumidores

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, na faixa de 0,5% a 0,9% para o ano de 2017, conforme apresentado no item “d” e detalhado a seguir:

| Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 1T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 3T17 para 2017 |
|---|--|--|--|--|
| Base consumo de 2017 vs. 2016 | 0,8% a 1,2% | 0,8% a 1,2% | 0,6% a 1,0% | 0,5% a 0,9% |

3 - Exposição sobrecontratação

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d” e detalhado a seguir:

| Exposição Sobrecontratação (2017) | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 1T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 3T17 para 2017 |
|--|--|--|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 111,3% | 105,9% | 104,2% | 103,0% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Imaterial | Efeito positivo de R\$ 45 milhões | n/a | n/a |

| Exposição Sobrecontratação (2018) | Estimativa divulgada no 1T17 para 2018 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2018 | Estimativa divulgada no 3T17 para 2018 |
|--|--|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 107,3% | 105,1% | 102,5% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Efeito negativo de R\$ 21 milhões | Imaterial | n/a |

4 - Programa de Produtividade

Encerrado o terceiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018. A Companhia informa que no terceiro trimestre reduziu suas despesas operacionais em R\$ 101,3 milhões, acima do valor projetado inicialmente de R\$ 80 milhões para o período. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

Atualização 2T17

1 - Investimentos

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021).

2 - Demanda dos consumidores

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, na faixa de 0,6% a 1,0% para o ano de 2017, conforme detalhado a seguir:

| Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 1T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2017 |
|---|--|--|--|
| Base consumo de 2017 vs. 2016 | 0,8% a 1,2% | 0,8% a 1,2% | 0,6% a 1,0% |

3 - Exposição sobrecontratação

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor projetado da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e 2018, conforme detalhado a seguir:

| Exposição Sobrecontratação (2017) | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 1T17 para 2017 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2017 |
|--|--|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 111,3% | 105,9% | 104,2% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Imaterial | Efeito positivo de R\$ 45 milhões | n/a |

| Exposição Sobrecontratação (2018) | Estimativa divulgada no 1T17 para 2018 | Estimativa divulgada no 2T17 para 2018 |
|--|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 107,3% | 105,1% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Efeito negativo de R\$ 21 milhões | Imaterial |

4 - Programa de Produtividade

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d”, incluindo apenas o valor projetado para o terceiro trimestre de 2017, de R\$ 80 milhões. A Companhia informa que no segundo trimestre reduziu suas despesas operacionais em R\$ 77 milhões, acima do valor projetado inicialmente de R\$ 70 milhões para o período. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

Atualização 1T17

1 - Investimentos

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021).

2 - Demanda dos consumidores

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou o valor projetado de demanda de energia por seus consumidores, mantendo 0,8% e 1,2% para o exercício de 2017 em relação a 2016.

3 - Exposição sobrecontratação

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia revisou o valor da exposição da sobrecontratação para o ano de 2017 e apresentou projeções para o ano de 2018, conforme detalhado a seguir:

| Exposição Sobrecontratação (2017) | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 1T17 para 2017 |
|--|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 111,3% | 105,9% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Imaterial | Efeito positivo de R\$ 45 milhões |

| Exposição Sobrecontratação (2018) | Estimativa divulgada no 1T17 para 2018 |
|--|--|
| Sobrecontratação (%) | 107,3% |
| Impacto EBITDA exposição voluntária | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% | Efeito negativo de R\$ 21 milhões |

4 - Programa de Produtividade

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores de redução de despesas operacionais projetados para os anos de 2017 e 2018, conforme apresentado no item “d”, apenas incluiu o detalhamento do valor previsto para 2017 entre o segundo trimestre (R\$ 70 milhões) e o valor remanescente para o segundo semestre do ano. Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), em comparação com as despesas operacionais de 2016, excluindo-se despesas com o fundo de pensão e o impacto do reconhecimento, em dezembro de 2017, dos valores decorrentes do acordo com a Eletrobras celebrado em março de 2018.

Atualização 4T16

1 - Investimentos

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos (2017-2021), conforme tabela a seguir:

| Investimentos estimados* R\$ MM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Ciclo: 2017-2021 |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|
| Recursos próprios | 841,3 | 649,2 | 680,0 | 671,1 | 700,5 | 3.542,1 |
| Financiado pelo cliente | 100,7 | 82,9 | 79,5 | 80,9 | 84,2 | 428,2 |
| Total | 942,0 | 732,1 | 759,5 | 752,0 | 784,7 | 3.970,3 |

* termos nominais

2 - Demanda dos consumidores

A Companhia informa a projeção de demanda de energia em seu mercado para o ano corrente, conforme tabela a seguir.

| Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor (Base consumo de 2016 vs. 2017) | Estimativa divulgada no 3T16 | Estimativa divulgada no 4T16 |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Total | 0,8% a 1,2% | 0,8% a 1,2% |

Para o ano de 2016, a Companhia apresenta um comparativo entre o valor realizado e valores projetados para o ano, conforme tabela e explicações a seguir:

| Estimativa da variação da demanda do mercado consumidor (Base consumo de 2016 vs. 2017) | Estimativa divulgada no 1T16 | Estimativa divulgada no 2T16 | Estimativa divulgada no 3T16 | Valor Realizado 2016 |
|---|------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| Total | -4,0% | -3,1% a -3,4% | -2,8% a -3,0% | -3,2% |

A variação entre o projetado e o realizado se deve a performance do mercado total de sua área de concessão, pior do que o esperado, fruto do resultado da atividade econômica.

3 - Exposição sobrecontratação

A Companhia atualiza o resultado realizado da sobrecontratação de 2016 e a estimativa para o ano de 2017, conforme tabelas abaixo:

| Exposição Sobrecontratação | Estimativa divulgada no 1T16 | Estimativa divulgada no 2T16 | Estimativa divulgada no 3T16 | Valor Realizado em 2016 |
|--|------------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| Sobrecontratação (%) | 116% | 114% | 112% | 110,31% |
| Impacto EBITDA (R\$ milhões) exposição voluntária | n/a | 5-14 ¹ | n/a | n/a |

| | | | | |
|---|---------|--------|--------|----|
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% (R\$ milhões)¹ | 320-375 | 60-165 | 30-110 | 90 |
|---|---------|--------|--------|----|

1 - Valor financeiro bruto

A variação da estimativa da sobrecontratação e efeito financeiro estão principalmente associados: (i) ações da Companhia junto ao regulador para redução da sobrecontratação, como participação nos leilões de MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) e negociações bilaterais com geradores de energia; (ii) migração de consumidores especiais para o mercado livre; (iii) performance do mercado total da Companhia; (iv) variação dos preços de mercado de curto prazo.

A Companhia revisou a sua projeção para o nível de sobrecontratação e impacto financeiro associado para o ano de 2017. Estas variações ocorreram em função de reavaliações da Companhia em relação à (i) expectativa de melhora do mercado total da área de concessão, (ii) ações da Companhia junto ao regulador para redução da sobrecontratação, como participação nos leilões de MCSD e negociações bilaterais com geradores de energia e (iii) manutenção de cenários de preços do mercado de curto prazo.

| Exposição Sobrecontratação | Estimativa divulgada no 3T16 para 2017 | Estimativa divulgada no 4T16 para 2017 |
|---|---|---|
| Sobrecontratação (%) | 113% | 111,3% |
| Impacto EBITDA (R\$ milhões) exposição voluntária | 0 | 0 |
| Efeito Financeiro da Sobrecontratação total - acima dos 105% (R\$ milhões) | Imaterial | Imaterial |

Nota

i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE
DE SÃO PAULO S.A.**

NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Barueri, 09 de março de 2018.

Diretores:

Charles Lenzi
Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Marcelo Antonio de Jesus
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Artur Manuel Tavares Resende
Diretor Vice-Presidente

Relatório anual do Comitê de Auditoria da ELETROPAULO

O Comitê de Auditoria da ELETROPAULO (Comitê) é órgão estatutário de assessoramento do conselho de administração da companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio. Foi instituído pelo conselho de administração em 07 de agosto de 2017. Quatro de seus cinco membros são conselheiros de administração, três independentes. O presidente do Comitê é especialista financeiro, membro independente e não integra o Conselho de Administração. **Atividades exercidas no período:** O Comitê realizou dez reuniões presenciais e duas por teleconferência no período com mais de setenta horas de trabalhos colegiados. Na reunião de 8 de março de 2018, o Comitê encerrou seu ciclo de discussão e avaliação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2017. **Principais assuntos discutidos pelo Comitê:**

Governança: Segregação da ELETROPAULO do Grupo AES, processos de governança para conformidade com a listagem no Novo Mercado; revisão, validação e recomendação das políticas da Companhia. **Auditoria Independente:** revisão da política de contratação de trabalhos de auditoria e instituição de processo de avaliação dos trabalhos da auditoria independente. Discussão dos principais assuntos de auditoria (PAAs) e matérias de julgamento dos trabalhos de auditoria do exercício, da cédula de ajustes e do parecer das demonstrações financeiras de 2017, das recomendações e apontamentos do relatório de controles internos, do ambiente de controles e análise de propostas de outros trabalhos não de auditoria. O Comitê realizou reuniões em separado com os representantes da auditoria independente. O Comitê considerou adequados os trabalhos de auditoria independente no exercício de 2017 e não encontrou evidências de que não tenham sido efetivos. **Auditoria Interna:** discussão, revisão e acompanhamento dos trabalhos de segregação da auditoria interna, originalmente compartilhada pela ELETROPAULO e o Grupo AES, para a gestão direta e exclusiva da ELETROPAULO; acompanhamento do plano de trabalho, discussão dos achados de auditoria; encaminhamento da revisão da diretriz para trabalhos de auditoria interna da Companhia; integração da auditoria interna com controles internos, gestão de riscos e conformidade; discussão e recomendação de aprovação do plano de auditoria para o exercício de 2018. **Controles Internos:** plano de migração dos controles internos, originalmente compartilhados pela ELETROPAULO e o Grupo AES para gestão exclusiva e independente da ELETROPAULO; discussão dos controles contábeis-chaves; avaliação de contratação de consultoria externa para aperfeiçoamento dos controles internos. **Gestão de riscos:** discussão e aprovação de nova modelagem para os processos de gestão de riscos; discussão dos procedimentos de gestão de riscos cibernéticos; discussão da lista de riscos-chave, mapa de riscos, interações entre áreas, maturidade dos controles discussão e avaliação das contingências. **Conformidade (compliance) e ouvidoria de clientes.** Programa de *compliance*, código de conduta, canal de denúncias, estatísticas e providências, processo de migração da gestão de Compliance, originalmente compartilhada pela ELETROPAULO e o Grupo AES, para gestão exclusiva e independente da ELETROPAULO. **Ambiente SOX:** Os controles internos, os processos de gestão de riscos, os processos de gestão de conformidade e a auditoria interna até a segregação em 27 de novembro de 2017, foram conduzidos no escopo SOX, sendo os controles internos certificados pela auditoria independente para atendimento SOX da então controladora indireta AES Corp. A partir de então, a ELETROPAULO passou a gerir esses processos de forma segregada e independente, sob a supervisão do Comitê. Com base nos trabalhos desenvolvidos no período, o Comitê considerou esses processos adequados e não encontrou evidências de que não tenham sido efetivos no período. **Demonstrações Financeiras Anuais de 2017:** Os membros do Comitê de Auditoria da ELETROPAULO examinaram as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, a proposta de destinação do resultado e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos trabalhos e discussões durante o exercício, nas informações e nos esclarecimentos prestados pela administração e pelas áreas da Companhia e pela EY Auditores Independentes, e na ausência de divergências entre a administração, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia, opinaram por unanimidade, que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A em 31 de dezembro de 2017 e recomendaram a aprovação das referidas demonstrações ao Conselho de Administração da Companhia para encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São Paulo, 09 de março de 2018. **Ana Marta Horta Veloso** - Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração **Ana Maria Loureiro Recart** - Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. **Britaldo Soares** - Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. **Marcelo Gasparino da Silva** - Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. **Roberto Lamb** - Membro e Presidente do Comitê de Auditoria.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE

DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274

CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Ernst Young Auditores Independentes, e Relatório emitido pelo Comitê de Auditoria da Companhia, opina por unanimidade que as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 27 de abril de 2018.

Barueri, 09 de março de 2018.

Mário Daud Filho

Mário Shinzato

Raimundo Cláudio Batista

Wilton de Medeiros Daher

Karen Sanchez Guimarães